



UFAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

MÁRCIO ADRIANO COSTA DOS SANTOS

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL: um
estudo nas bases de dados BRAPCI, *Scopus* e *SciElo***

**MACEIÓ-AL
2023**

MÁRCIO ADRIANO COSTA DOS SANTOS

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL: um estudo
nas bases de dados BRAPCI, *Scopus* e *SciElo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre
em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Guilhermina de Melo Terra
Coorientadora: Profa. Dra. Rosilene Agapito da Silva
Llarena

MACEIÓ-AL
2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237c

Santos, Márcio Adriano Costa dos.

Competência em informação e inclusão digital: um estudo nas bases de dados BRAPCI, Scopus e SciELO / Márcio Adriano Costa dos Santos. – 2023.

133 f. : il.

Orientadora: Guilhermina de Melo Terra.

Co-orientadora: Rosilene Agapito da Silva Llarena

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 107-133.

1. Letramento informacional. 2. Inclusão digital. 3. Sociedade da informação. 4. Apropriação da informação. I. Título.

CDU: 007

DEDICO

*Construir uma dissertação de mestrado é uma caminhada curta, solitária e dolorosa, em alguns casos, até demais; à medida que você observa, e, percebe que precisa ser resiliente, diante das circunstâncias da vida, portanto, dedico esta dissertação aos meus filhos: **Maitê Adria (7 anos), Miquéias Ábner (6 anos), Maria Alice (4 anos) e Myriam Aysha (3 anos)**, pois, estes são a minha principal motivação.*

A informação é considerada como fator predominante para o desenvolvimento social, econômico e cultural e constitui o principal elemento para a construção do conhecimento.

Em decorrência, o acesso à informação é decisivo para o aprimoramento do indivíduo, assim como da comunidade da qual ele faz parte (Belluzzo, 2018).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ter me proporcionado e permitido sonhar. Em segundo lugar, em especial, a minha coorientadora Profa. Dra. Rosilene Agapito da Silva Llarena, que, desde os primeiros dias de orientação do projeto de pesquisa, foi muito atenciosa. E, muito dedicada à docência, característica de uma professora, que ama o que faz. Por isso, nós discentes do PPGCI-UFAL, seremos gratos pelas aulas de Competência em Informação e Produção Colaborativa da Informação e do Conhecimento. Eu, em particular, agradeço-lhe não só pelas riquíssimas orientações, mas, sobretudo, pelo ombro amigo que me deste ao longo dessa árdua caminhada. Logo, isso é impagável. E, em especial, agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Guilhermina de Melo Terra, pelo suporte, nas horas mais delicadas do mestrado, e também, pessoais. Portanto, a Profa. Dra. Guilhermina de Melo Terra, foi mais que uma orientadora, em certa medida, agiu como mãe, quando um filho, pede seu suporte. Assim sendo, a nossa parceria acadêmica está apenas começando e, se depender de mim, não vai parar, pois, para trás nem para pegar impulso.

Agradeço em especial, também, ao Prof. Dr. Ronaldo Ferreira de Araújo, pela parceria desde a minha graduação, na ocasião, ele sempre dizia, “quero ver você no mestrado. Contudo, tem que ler os textos... Viu Marcinho”! E, depois de muita luta, persistência e resiliência, passei na seleção, e, hoje estou aqui, para agradecer ainda, pela sua coordenação no Estágio Docência, onde, tive a oportunidade de ministrar aulas, em duas turmas distintas, porém, me proporcionou, um crescimento acadêmico substancial, nas disciplinas de Tecnologias e Disseminação da Informação e Informática Aplicada à Biblioteconomia, ambas, deram um grande aporte, teórico e prático para o desenvolvimento do meu projeto de pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Manoel Narciso e Maria do Socorro, por ensinar que na vida, as escolhas têm consequências positivas e negativas sempre. E, na maioria das vezes praticar a paciência é a melhor atitude diante das dificuldades, que sempre estarão presentes para quem é negro, porém, sabedor de que nada nesse mundo vem sem luta e sem protagonismo social.

Em terceiro lugar, agradeço aos meus irmãos Michel Fabiano e Marcos André, que sempre me ajudaram dentro do possível. Em quarto lugar, agradeço ao meu amigo escritor, filósofo e mestre em educação, prof. Cícero Feitosa Gomes, pela riquíssima

contribuição e parceria. Em quinto lugar, agradeço a todos os docentes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas, que, sempre me incentivaram a galgar novos horizontes na vida acadêmica, bem como profissional.

Quero aqui agradecer, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a conquista desse sonho, que, por hora, está se realizando na minha vida, bem como da minha família, em especial, na estrutura social de onde venho.

Finalmente, o meu muito obrigado a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas – PPGCI-UFAL e, também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela parceria ao longo desses 24 meses intensos de pesquisas em alto nível.

RESUMO

Na Sociedade do Conhecimento a informação torna-se o elemento mais importante de crescimento econômico e de desenvolvimento social/digital. Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a relação teórica e empírica entre os termos “competência em informação” e “inclusão digital”; “competência informacional” e “inclusão digital” e “competência crítica em informação” e “inclusão digital”. Para tanto, teve como objetivos específicos, mapear, discorrer, relacionar e propor uma convergência de atributos de competência em informação, que, promovam a inclusão digital. Utilizou-se de metodologia de natureza básica, com abordagem quali-quantitativa, de caráter bibliográfico e descritivo. A investigação utilizou os indicadores booleanos AND e/ou OR nos três termos: ‘competência em informação’ AND ‘inclusão digital’ OR ‘competência informacional’ OR ‘inclusão digital’ e ‘competência crítica em informação’ AND ‘inclusão digital’, a fim de quantificar o número relevante de publicações de artigos de periódicos científicos inter-relacionados a pesquisa. O período de coleta deu-se no mês e janeiro de 2022, o levantamento quantificou um universo de 124 publicações recuperadas, 07 eram duplicadas, e em cerca de 117, foi feita a leitura técnica, que, resultou na exclusão de 85 artigos, desse modo, o *corpus* de análise deu-se em 32 artigos de periódico científico. Observou-se, no primeiro estágio da análise, que, a relação entre os termos foi efetivada apenas por um autor dos textos analisados, fato que chama a atenção, haja vista que, tal relação, trata-se de um tema relevante na era digital, sobretudo, para o campo da Ciência da Informação no Brasil, principalmente, da Perspectiva crítica da Ciência da Informação e da Tecnologia. Percebeu-se, ainda, que o sistema político brasileiro de inclusão digital necessita investir nos ambientes de ensino-aprendizagem, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da competência em informação, incluindo os arquivos, as bibliotecas, os museus e nos centros culturais, por serem lugares construtores de informação e conhecimento, bem como o uso e a apropriação da informação no meio digital, como instrumento conquista da cidadania de todos e para todos. Conclui-se, que, o principal desafio da CoInfo na conjuntura atual está centrado nos processos de exclusão digital sistêmica em escala global, anula os diversos modelos de desenvolvimento, em especial, o sustentável. À medida não haver Sociedade da Informação, tendo em vista que lhes faltam os atributos característicos, tais como ética, moral, consciência cidadã, caráter sociopolítico, bem como justiça epistêmica. Pode-se afirmar que, de certo modo, a corrida pela construção de uma Sociedade da Informação no Brasil, ocorrida nos 2000, ainda, está em processo, necessitando frisar que a inclusão digital não pode ser compreendida apenas como sinônimo de instalação e uso de computadores pela população de baixa renda, apenas voltado para a capacitação: tecnicista, capacitismo e instrumentalismo, e sim, como um instrumento aplicado ao desenvolvimento social, sustentável, político, econômico, cultural e informacional, potencializando, portanto, a capacidade de criticidade sobre a realidade social e o indivíduo está inserido, no sentido de contribuir para a sua transformação social e digital.

Palavras-chave: Competência em Informação. Inclusão Digital. Sociedade da Informação. Apropriação da Informação.

ABSTRACT

In the Knowledge Society, information becomes the most important element of economic growth and social/digital development. In this context, the research had as general objective to analyze the theoretical and empirical relationship between the terms "competence in information" and "digital inclusion"; "informational competence" and "digital inclusion" and "critical competence in information" and "digital inclusion". To this end, its specific objectives were to map, discuss, relate and propose a convergence of attributes of competence in information, which promote digital inclusion. We used a basic methodology, with a qualitative-quantitative approach, of a bibliographic and descriptive nature. The research used the Boolean indicators AND and/or OR in the three terms: 'information competence' AND 'digital inclusion' OR 'informational competence' OR 'digital inclusion' and 'critical information competence' AND 'digital inclusion', in order to quantify the relevant number of publications of articles from scientific journals interrelated to research. The collection period took place in the month and January of 2022, the survey quantified a universe of 124 publications retrieved, 07 were duplicated, and in about 117, the technical reading was made, which resulted in the exclusion of 85 articles, thus, the corpus of analysis took place in 32 articles of scientific journal. It was observed, in the first stage of the analysis, that the relationship between the terms was effected only by one author of the analyzed texts, a fact that draws attention, given that this relationship is a relevant theme in the digital age, especially for the field of Information Science in Brazil, especially from the critical perspective of Information Science and Technology. It was also noticed that the Brazilian political system of digital inclusion needs to invest in teaching-learning environments, in order to contribute to the development of competence in information, including archives, libraries, museums and cultural centers, as they are places that build information and knowledge, as well as the use and appropriation of information in the digital environment, as an instrument conquest of citizenship of all and for all. It is concluded that the main challenge of CoInfo in the current conjuncture is centered on the processes of systemic digital exclusion on a global scale, nullifies the various models of development, especially the sustainable one. To the extent there is no Information Society, since they lack the characteristic attributes, such as ethics, morals, citizen conscience, socio-political character, as well as epistemic justice. It can be stated that, in a certain way, the race for the construction of an Information Society in Brazil, which occurred in the 2000s, is still in process, needing to emphasize that digital inclusion cannot be understood only as a synonym for the installation and use of computers by the low-income population, only focused on training: technicist, ableism and instrumentalism, and yes, as an instrument applied to social, sustainable, political, economic, cultural and informational development, thus enhancing the capacity for criticality on the social reality and the individual is inserted, in order to contribute to its social and digital transformation.

Keywords: Information Competency. Digital inclusion. Appropriation of Information. Social Transformation. Information Society.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	CoInfo para o século XXI	36
Figura 02	Os três domínios da CoInfo para o século XXI	37
Figura 03	Atividade na <i>Internet</i> - Cultura e Comércio.....	63
Figura 04	Mapa do Estado de Alagoas.....	65
Figura 05	Fluxograma da seleção do <i>corpus</i> da pesquisa.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Dimensões da Competência em Informação.....	31
Quadro 02	CoInfo voltada às políticas públicas.....	33
Quadro 03	Compreensão acerca da Inclusão Digital no Brasil.....	43
Quadro 04	Modelos de CoInfo.....	48
Quadro 05	Modelos de CoInfo aplicado a Educação Profissional e Tecnológica.....	49
Quadro 06	Artigos de periódicos coletados na BRAPCI que relacionam a Inclusão Digital e a Competência em Informação.....	83
Quadro 07	Artigos de periódicos coletados na <i>SCOPUS</i> que relacionam a Inclusão Digital e a Competência em Informação.....	86
Quadro 08	Artigos de periódicos coletados na <i>SciELO</i> que relacionam a Inclusão Digital e a Competência em Informação.....	90
Quadro 09	Quadro 09 - Atributos de competência em informação que promovem a inclusão digital.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Quantitativo de periódicos recuperados por base de dados.....	78
Tabela 02	Quantitativo de periódicos analisados por base de dados.....	81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	18
1.2 OBJETIVOS.....	20
1.3 OBJETIVO GERAL.....	20
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
1.5 JUSTIFICATIVA.....	21
2 MARCO TEÓRICO DA PESQUISA.....	25
2.1 Competência em Informação: aspectos conceituais, históricos e relacionais.....	25
2.2 1 Competência em Informação e Inclusão Digital: aproximações e relações.....	28
2.2.2 Políticas públicas, Competência em Informação e Inclusão Digital: desafios e perspectivas.....	34
2.2.3 Inclusão Digital e Políticas Públicas: criticidade no processo.....	39
2.2.4 Competência em Informação e Inclusão Digital: reflexão, internacional, nacional, regional e local.....	50
2.2.5 Marco Civil da <i>Internet</i> no Brasil: avanços, desafios e perspectivas.....	69
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	73
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	74
3.2. Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados.....	77
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICE.....	129

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea pode ser considerada uma das mais singulares em relação ao volume de informação e de conhecimento produzido pelas diferentes áreas do conhecimento científico. Os avanços dos processos de informação (armazenamento, organização, disseminação e recuperação) são influenciados pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, implicando diretamente no comportamento daqueles que usam a informação nos diferentes contextos de ensino, profissional e/ou pessoal.

Esta sociedade surge no contexto de grandes transformações sociais no mundo, em especial, na nova forma de produção econômica, isso em nível global, que antes estava na produção de riqueza centrada na indústria e, a partir da reestruturação do sistema capitalista, a sociedade contemporânea passa a ter a informação e o conhecimento como insumos principais do sistema capitalista vigente.

Cabe salientar que, nos últimos anos deste século, a expressão Sociedade da Informação passou a ser utilizada como substituto do complexo conceito sociedade pós-industrial e como forma de transmitir o conteúdo específico do novo paradigma técnico-econômico-informacional, fenômeno que atinge todos os contextos sociais da contemporaneidade (Wertheim, 2000 *apud* Llarena, 2015; Santos, 2008).

Sendo assim, percebe-se que a transformação da sociedade industrial para informacional é uma perspectiva do sistema de produção econômico, que percebeu que a lógica do sistema deveria mudar e, principalmente, os processos de produção e desenvolvimento de riqueza. Desta forma, “[...] dificilmente alguém discordaria de que a sociedade da informação é o principal traço do debate sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global, no alvorecer do século XXI” (Llarena, 2015, p. 48), principalmente, em contextos tão complexos como os dias atuais da sociedade brasileira.

Com efeito, percebe-se que o surgimento da Sociedade da Informação deu-se nas novas tecnologias e a ênfase na flexibilidade – ideia central das transformações organizacionais – têm permitido realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho, característico do capitalismo industrial. Essa nova sociedade possui características específicas, pois faz uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação de forma exponencial, sobretudo, na segunda metade do Século XX.

Impulsionada pela Revolução Técnico-Científica como principal elemento que fragmentou a ciência, em nível global. Assim, em relação a essa nova morfologia social Castells (1999, p. 497), nos faz refletir sobre as presentes transformações sociais advindas dos processos da chamada Sociedade da Informação.

Tais transformações, oriundas da construção desta sociedade implicam, sobremaneira, na avaliação dos seus impactos na população em geral, em especial, na perspectiva de desenvolvimento para setores, que, de alguma forma, estão à margem desse processo de transformação sócio técnico mundial, tais como: cidades com um baixo nível de IDH, comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos), comunidades rurais (agricultores familiares – assentados e acampados/sem terras), bairros periféricos em cidades grandes e pequenas. Tudo isso, confirma que os processos tecnológicos estão sincronizados com os objetivos desta sociedade.

Afirma-se isso, pois, há lacunas e/ou brechas digitais que precisam, necessariamente, de avaliação, para poder ter condições de reverter problemas de ordens sociais que ficaram para trás ou de fora desse processo, por critérios de concepção hegemônicos. Assim, tais critérios não justificam as ausências de políticas públicas de igualdade e, principalmente, de inclusão social na perspectiva digital. Posto que [...] há significativos desafios a enfrentar para criar um arcabouço internacional apropriado que minimize as desigualdades globais no acesso à informação (Werthein, 2000 *apud* Llarena, 2015).

Nesta perspectiva, em concordância com os autores, defende-se a ideia da necessidade de avaliar as implicações e critérios trazidos e aplicados na sociedade, de modo que estes possam, de fato, atender e incluir os mais pobres, na Sociedade da Informação, no presente século.

Apesar de existir, uma quantidade relevante de tecnologia e informação na sociedade, ainda há indivíduos excluídos digitalmente e de informações, cujos fluxos se dão por tecnologia, ou seja, para estarem imbricados à Sociedade da Informação, grupos e/ou sujeitos precisam, necessariamente, passar pelo processo de inclusão digital, como condição real para participação em sociedade e no pleno desenvolvimento social, político, econômico, cultural e informacional.

Nesse sentido, de acordo com Câmara (2005), a inclusão digital compreende a alfabetização informacional, com ênfase na tecnologia da informação, ou seja, a habilidade de operar e comunicar-se, a partir de computadores. Para o autor, a inclusão

digital perpassa o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), à medida que os sujeitos incluídos digitalmente têm domínio desse conjunto de tecnologias, que condicionam as atividades do cotidiano da população de modo geral, possuindo competências tecnológicas que estão inter-relacionadas com o uso da informação mediada no contexto do processo de inclusão digital.

Por isso, a inclusão digital na sociedade contemporânea, constitui-se como um arcabouço teórico e prático, capaz de transformar um estado atual de exclusão social e digital, visto que, também, deve ser compreendida como uma política pública de Estado, que não se configure apenas como um mecanismo de regulação social. Pelo contrário, que seja mitigada, a partir dos estudos e pesquisas de perspectiva social e justiça epistemológica no mundo, em especial, no continente brasileiro.

Afirma-se isso, pois, de acordo com Freire (2006), as políticas públicas de inclusão digital apontam para uma democratização do acesso às tecnologias intelectuais de informação e comunicação, que, precisam ser compreendidas como dispositivo legal efetivo para a transformação social da sociedade brasileira. A partir desse cenário, deve-se valorizar a competência em informação para a população como condição *sine qua non*¹ para inclusão na Sociedade da Informação.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2019, p. 1)² “[...] a desigualdade não está acima das soluções”. Neste contexto, entende-se que o declínio de políticas públicas sociais e digitais, no contexto brasileiro, nos últimos quatro anos, levou o país a ocupar a 84ª classificação no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano – (IDH). Isso significa frisar que, na América Latina, o Brasil (com índice de 0,761) ficou atrás do Chile (com índice de 0,851), Argentina (com índice de 0,845), Uruguai (com índice de 0,817), Peru (com índice de 0,777) e Colômbia (com índice de 0,767), haja vista que, apesar de ser um dos principais países, no que diz respeito ao território, produção agrícola, fontes renováveis de energias, entre outros ativos econômicos, o Brasil não atingiu, de forma eficiente e eficaz, os avanços nas políticas públicas de saúde, renda, educação e, essencialmente, informação.

Nesse sentido, “[...] as políticas públicas de caráter social são estratégias que objetivam a acessibilidade às informações, as quais auxiliam na qualidade de vida e na busca pelos direitos à cidadania” (Hetkowski, 2008, p. 9). No entanto, de acordo com Jesus, Semeão e Martins (2016), é importante que haja políticas públicas voltadas à competência em informação à inclusão digital, como um ato do poder público, devendo

atender os informacionais para atuação na Sociedade da Informação e que sejam inovativas voltadas, também, aos processos sociais, políticos, econômicos e culturais da população em geral.

O desenvolvimento de políticas públicas inovativas voltadas à inclusão digital deve estabelecer de acordo com realidades específicas (regional, estadual ou municipal), tendo em vista as necessidades informacionais dos sujeitos envolvidos, essencialmente, direcionadas à população mais pobre do Brasil, com interesse em combater e/ou minimizar os diversos formatos de exclusão social em especial a informacional, já que a informação é considerada como insumo básico de sobrevivência na Sociedade da Informação contemporânea.

Com efeito, o Relatório de Desenvolvimento Humano (2019), faz um chamado para a ação e recomenda políticas públicas que podem apoiar os governos de todo o mundo no combate às novas e variadas formas de desigualdade, que vão para além da renda, das médias e do hoje. A sociedade contemporânea exige dos governos, sejam eles federal, estadual e municipal políticas públicas de Estado, a fim de desenvolver o processo de inclusão digital, como também de competência em informação, posto que estamos sob a dinâmica da sociedade em rede (Castells, 1999), isto é, diante de uma sociedade que está imbricada de tecnologias e seus processos.

Nesse sentido, a fluidez da sociedade contemporânea exige que todos os indivíduos tenham competências diversas para dar suporte técnico e intelectual às tomadas de decisão e aos domínios sobre as tecnologias da informação e comunicação. Neste contexto, pensa-se a inclusão digital como processo que torna eficiente e eficaz a apropriação e uso da informação, por meio de construção de habilidades informacionais e essencialmente, competências em informação. A competência em informação, nesse caso, enquanto aquela que fornece habilidades, conhecimentos e valores relacionados aos processos informacionais no contexto de busca, acesso, avaliação, classificação, organização, difusão e uso poderá solucionar lacunas em torno da capacidade cognitiva dos sujeitos na sociedade informacional.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O mito da caverna, discorrido no livro República de Platão, edição de 2011, faz-

nos refletir o quanto a realidade social pode ser diferente daquela que nos é mostrada como verdade, principalmente, quando se fala em questões sociais, culturais, políticas, econômicas e informacionais. O mesmo pode-se refletir no caso da inclusão social, sobretudo, da inclusão digital, tendo em vista que, pela Sociedade da Informação todos estão incluídos socialmente e digitalmente.

Nesse sentido, a competência em informação, nas ações de inclusão digital desenvolvidas pelos telecentros, torna-se uma possibilidade de estratégia de análise, uso e disseminação da informação de maneira hábil, competente, dinâmica, contínua, interventiva e inovativa para discutir as pautas de maneira interligada, à medida que os textos analisados, nesta dissertação, enfocam a necessidade de uma ruptura com as práticas informacionais de caráter funcionalista e a necessidade daquelas que influenciam criticidade e atitude, junto aos processos sociais de direitos e inclusão digital, sobretudo, no contexto dos processos informacionais tecnológicos, da sociedade em rede (Belluzzo, 2020). Nessa perspectiva, corrobora-se com Carvalho (2010 *apud* Silva; Ottonicar; Yafushi, 2017), quando afirma que o sistema político brasileiro de inclusão digital deve, portanto, privilegiar espaços (bibliotecas, arquivos, museus, telecentros, pontos de culturas) entre outros ambientes de ensino-aprendizagem, capazes de desenvolver a competência em informação, por meio das ações de inclusão digital e, por fim, a apropriação da informação no meio digital, como conquista da cidadania ativa e consciente de todos e paratodos.

Assim, pode-se afirmar que, de certo modo, a corrida pela construção de uma Sociedade da Informação no Brasil, ocorrida nos anos 2000, ainda está em processo, necessitando frisar que a inclusão digital não pode ser compreendida apenas como sinônimo de instalações e uso de computadores pela população de baixa renda e sim, como um instrumento aplicado ao desenvolvimento político, econômico, cultural e informacional, potencializando, portanto, a capacidade de criticidade sobre a realidade social em que o indivíduo está inserido, no sentido de contribuir para sua transformação social.

Nesse contexto, acredita-se que a produção científica, seja ela nacional ou internacional, ambas precisam refletir sobre os processos de exclusão que imputa o desenvolvimento socio informacional dos sujeitos, numa sociedade cada vez mais conectada; mas, nem todos estão em rede como deveriam estar. Por fim, mais não menos importante, compreendemos que a Ciência da Informação como ciência social pode e

deve contribuir para a construção de uma consciência social da ciência.

A partir do exposto, algumas perguntas estão norteando a investigação:

- Qual a relação entre Inclusão Digital e Competência em Informação nessa produção científica?
- Como essa relação é refletida nessa produção científica?
- De que maneira a aquisição de Competência em Informação e Inclusão Digital pode auxiliar a informação nessa produção científica?

A partir das perguntas norteadoras chegamos ao problema central da investigação:

Qual o panorama dessa produção científica que apresentam proposições teóricas e empíricas relacionais entre Competência em Informação e Inclusão Digital, nas bases de dados BRAPCI, *Scopus* e *SciELO*?

Quanto à escolha dessas bases como instrumentos de caleta de dados, esta por sua vez, deu-se, devido ao entendimento de que, essas ferramentas são utilizadas constantemente pelos (as) pesquisadores (as) de diversas áreas do campo científico, em especial, pelo campo constituído pela Ciência da Informação nos últimos anos no Brasil. Sendo assim, a escolha de BRAPCI, deu-se, devido o seu escopo específico, voltado para a produção científica da Ciência da Informação, no país. A *Scopus* por ser uma base de dados de domínio privado, mas que oferta a busca livre de artigos científicos, voltado para a produção científica, relacionada à competência em informação e inclusão digital. A *SciELO* foi escolhida por da possibilidade de maior recuperabilidade da produção científica sobre a problemática desta pesquisa, principalmente, pelo poder de alcance que esta base de dados tem no continente latino americano.

1.2 OBJETIVOS

Dado o exposto e buscando responder aos questionamentos de investigação e analisar os pressupostos de pesquisa, traçamos os seguintes objetivos:

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar junto às bases de dados BRAPCI, *Scopus* e *SciElo*, as publicações de

artigos de periódicos que apresentam proposições teóricas e empíricas relacionais entre Competência em Informação e Inclusão Digital.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Mapear as bases de dados, com publicações que apresentam proposições teóricas empíricas relacionais entre Competência em Informação e Inclusão Digital;
2. Verificar as publicações que apresentam proposições teóricas e empíricas relacionais entre Competência em Informação e Inclusão Digital;
3. Discorrer acerca das proposições teóricas relacionais que envolvem a Competência em Informação e a Inclusão Digital;
4. Relacionar as Competências em Informação necessárias para a promoção do fortalecimento do processo de Inclusão Digital; e
5. Propor uma convergência de atributos de Competência em Informação que promovam a Inclusão Digital.

1.3 JUSTIFICATIVA

Antes de iniciar o texto desta justificativa, cabe dizer que, o mesmo apresenta três aspectos: justificativa voltada para a perspectiva social, para o prisma científico e para a concepção técnico-profissional acerca do tema.

Nos últimos anos, principalmente, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e, em certa medida de Dilma Rousseff, o Brasil passou a constituir em seu plano de Estado preocupações sociopolíticas e econômicas diretamente relacionadas ao combate das desigualdades sociais e culturais brasileiras. Isso se efetivou na criação e estabelecimento de políticas públicas de inclusão digital na agenda da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT & I), buscando trazer soluções reais em torno dos problemas de vulnerabilidade social, política, econômica e cultural.

Dentro desse contexto, estudos em torno da temática de inclusão digital devem se enquadrar, criticamente, no universo da chamada Sociedade da Informação, sobretudo, tendo em vista as condições efetivas em que se estabelecem os processos de inclusão e exclusão mediados pelas tecnologias de informação e comunicação, à medida que o processo de inclusão digital se torna efetivamente eficaz para o desenvolvimento social,

econômico, político e cultural de uma sociedade.

Para tanto, políticas públicas voltadas ao processo de inovação possibilitam atingir indicadores reais em torno de situações sociais, políticas, econômicas e culturais da população em geral. De modo que, o desenvolvimento de processos de inovação possa se estabelecer de acordo com realidades específicas (regional, estadual ou municipal), isto é, tendo em vista as necessidades informacionais dos sujeitos envolvidos nesses processos, para que não resulte, simplesmente, em formar sujeitos puramente tecnicistas, a partir de uma inclusão digital que não inclui social e culturalmente a população.

Trazendo para o contexto da comunidade científica, sabe-se que Ciência da Informação, como uma área emergente do conhecimento científico, preocupa-se com processos de informação (armazenamento, organização e disseminação), visando à recuperação e usabilidade para produção de valor do conhecimento. E, nesses termos, alguns estudos possibilitam discutir as condições reais sobre a inclusão e exclusão digitais e competência em informação para tornar eficaz outros processos, como buscar, compreender o uso e o compartilhamento de informações para agregar valor e produzir conhecimento em cidadania.

A Ciência da Informação surge, nesse contexto, para que bibliotecários e cientistas da informação possam desenvolver uma visão sistêmica e holística dos processos de busca e o uso da informação. E, desse modo, estudos sobre a competência informacional podem debater questões que visam às condições dos processos informacionais de modo integrado. Isto é, para que a gestão da informação possa se desenvolver de modo eficiente e eficaz, considerando não só as práticas de tratamento técnico, mas também os elementos relacionados à alfabetização e ao letramento dos usuários, a fim de contribuir com o crescimento de sua competência em informação.

Durante a graduação foi realizado o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre inclusão digital na biblioteca pública. Cita-se, também, a participação no Grupo de Trabalho: articulação e comunicação em rede dos pontos de cultura de Alagoas e Sergipe nos anos de 2012 a 2013, bem como a atuação como CEO (diretor executivo) e sócio fundador da *Startup Rede Digital – LTDA (SRD)*¹, a partir de 2021, levando-nos a pensar junto à Ciência da Informação sobre a temática discutida nas experiências citadas.

¹ A empresa encontra-se inativa, de acordo com a Receita Federal.

No que tange à relevância desta proposta, acredita-se que esta contribuirá muito para a formação pessoal, acadêmica e profissional do pesquisador, por se defender a ideia da necessidade de ter uma perspectiva humanista sobre a realidade social do país, sobretudo, enquanto bibliotecário orgânico, isto é, atuando por meio de uma postura proativa, crítica e política que compreende seu entorno, buscando estabelecer parcerias intra e extra institucionais, a fim de ressaltar o potencial transformador da comunidade destinada a atender, e, também como discente do Mestrado em Ciência da Informação (PGCI/UFAL), na Linha de Pesquisa 1 – Produção, Mediação e Gestão da Informação. Produzindo e desenvolvendo pesquisa, estudos e investigação científica, contribuindo para o alargamento do campo da Ciência da Informação, no estado de Alagoas, sobretudo, fortalecendo a produção científica do (PPGCI/UFAL), no âmbito regional e internacional.

À medida que a Ciência da Informação se preocupa com as necessidades de informação nos mais diversos contextos sociais, visto que tem como objeto de investigação a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação nos diversos contextos sociais. Assim, acreditamos que esta investigação possui caráter original para a construção do campo da Ciência da Informação no Brasil. Busca, a partir da abordagem social da informação, um excedente de problematização e um excedente de informação, que, caracteriza a peculiaridade da Ciência da Informação, das demais ciências, ao longo de sua história no campo científico na segunda metade do Século XX.

Não obstante, assim como foi descrito, o mito da caverna de Platão e suas analogias não representa a realidade social, tampouco, de inclusão digital da Sociedade do Conhecimento, mas representa o perigo de adquirir informações e conhecimento em uma sociedade, cuja informação é manipulada para que a população continue sem a consciência clareadora. Analisar as proposições teóricas relacionais entre a competência em informação e a inclusão digital pode ajudar a tirar os indivíduos da caverna de Platão e, torná-los sujeitos partícipes desta sociedade e de sua própria realidade.

Nessa perspectiva, analisar a produção científica que promovam, de certo modo, a aquisição de competência em informação no contexto da inclusão digital torna-se importante tanto para a comunidade científica que, dessa forma, consegui observar as

lacunas de inclusão sociodigital, como também contribui para que os sujeitos sociais tenham a possibilidade de se apropriar de estudos que refletem o cotidiano dos desprovidos de instrumentos informacionais, como a informação e conhecimento capazes de colocá-los na Sociedade da Informação. Dessa forma, estudar os aspectos relacionais, teóricos e práticos dessa produção científica é observar como o conhecimento científico se relaciona com o conhecimento empírico e como a junção desses dois conhecimentos influencia de forma direta a visão e a prática no processo de aquisição de competência em informação e inclusão digital, pois o olhar sobre essa relação começa a ser mais humanista e não mais tecnológico.

Sob o ponto de vista estrutural, essa dissertação está com seis seções. A primeira seção trata dessa introdução, responsável em apresentar uma visão inicial do que será abordado. A segunda seção, discorre sobre o marco teórico da pesquisa, suscitando os aspectos conceituais e históricos da competência em informação e inclusão digital, sob as lentes da Ciência da Informação, resgatando ainda, sobre cultura organizacional, cultura de aprendizagem nos espaços de memória tradicional (arquivos, bibliotecas, museus, entre outros) e não tradicional (centro de cultura, centro de documentação, pontos de leitura, ponto de cultura digital, entre outros), ambientes públicos e privados.

A terceira seção trata dos procedimentos metodológicos, características, métodos, técnicas e instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa. A quarta seção, volta-se para o processo de apresentação e análise dos resultados obtidos trazendo as inferências, a partir dos aspectos descritivos, explicativos e interpretativos e, deste modo, refletindo sobre como a competência em informação pode ser eficiente e eficaz, junto à formação crítica da sociedade e, por fim, a quinta traz as reflexões, inferências e, sobretudo, o panorama da relação entre Competência em informação e inclusão digital na contemporaneidade.

2 MARCO TEÓRICO DA PESQUISA

O marco teórico desta investigação deu-se nos aspectos histórico-conceituais da CoInfo e da inclusão digital, frente aos desafios do presente século no contexto socioinformacional da Sociedade da Informação, principalmente, diante dos avanços nos processos tecnológicos imergidos na era digital. À medida que se cunha a nossa perspectiva em consonância com o marco teórico, sobre o tema em tela discutido. Demonstrando cientificamente para a sociedade contemporânea a importância do estudo para o campo da CI como também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com vista à formação de consciência social da ciência, em tempos tão complexos como atualmente, de muita fome de comida, mas também, fome de informação, de conhecimento e de justiça epistêmica, por parte das ciências, em especial das Ciências Sociais Aplicadas.

Nesse sentido, a referida seção se debruça de forma sistêmica sobre o processo evolutivo da CoInfo em nível internacional e nacional ao longo da história do termo criado nos Estados Unidos, como *Information Literacy*, que, no entanto, no Brasil, passou a ser conceituado como CoInfo, por diversas razões, entre elas a de atender a realidade política, social, econômica, cultural informacional do povo brasileiro. Demonstrando cientificamente que uma sociedade só se tornará justa quando hover de fato todos incluídos no mundo da informação do conhecimento dentro do novo paradigma informacional – a informação como um direito fundamental de crescimento econômico e de desenvolvimento social.

2.1 Competência em Informação: aspectos históricos, conceituais e relacionais

Esta seção discute como os construtos teóricos sobre a CoInfo são compreendidos no campo científico da Ciência da Informação no que lhe concerne, no cenário nacional e internacional, haja vista que o tema CoInfo vem sendo discutido de forma exponencial neste contexto, essencialmente, em países considerados hegemônicos, como os Estados Unidos da América. Contudo, “[...] no contexto dos países emergentes ou em desenvolvimento, em especial, no Brasil, a competência em informação está [ainda] em

situação emergente”. (Belluzzo, 2020, p.1).

Porém, é uma área do conhecimento científico que vem se debruçando sobre temas relevantes, que afetam os processos de necessidades informacionais tanto nos âmbitos das unidades de informação tradicional como nos espaços considerados não tradicionais, visando sobremaneira questões relacionadas aos processos de ensino-aprendizagem ao longo da vida, bem como o aprender a aprender, de maneira que, a informação possa estar no centro desse processo como elemento fundamental de apropriação para o desenvolvimento informacional dos sujeitos em sua realidade social. Em seu contexto de evolução em perspectivas global e nacional, a CoInfo vem sendo refletida quanto à função de possibilitar habilidades e capacidades técnicas que permitam os indivíduos conseguirem compreender, utilizar e avaliar, criticamente, a informação de que precisam, para tomadas de decisão diante do fluxo crescente de informação na sociedade contemporânea.

As primeiras noções da CoInfo, surgem voltadas à *information literacy*, no início da década de 1970, referenciadas pelo bibliotecário americano Paul Zurkowski. Nessa linha de pensamento, seu sentido se voltava a um conjunto de técnicas e de habilidades necessárias à utilização de recursos informacionais como soluções para problemas no ambiente de trabalho.

Na década de 1980, *American Library Association* (ALA) publicou o documento de sua autoria denominado *Report of the Presidential Committee on information literacy: Final Report*, que estabeleceu a função social da CoInfo e sua relação com os cidadãos, a necessidade de implantação de um novo modelo de aprendizado contínuo voltado para o desenvolvimento de pessoas com pensamento crítico a fim de minimizar lacunas entre currículos, salas de aulas e bibliotecas. (Belluzzo, 2020; Campelo, 2009; Belluzzo; Feres, 2013).

A década seguinte (1990) foi marcada pela busca de fundamentação teórica e metodológica para o desenvolvimento de programas de competência na organização, ampliando a importância e aplicação da CoInfo; e pelas contribuições de Christine Bruce com a criação de um modelo relacional que analisava a CoInfo como um fenômeno experimentado por indivíduos que interagem e vivenciam o universo informacional e com as chamadas *SEVEN faces of Information Literacy* (As sete concepções de Bruce) descrevendo a CoInfo como um fenômeno que sobressai à questão do desenvolvimento de competências, uma vez que pondera as experiências vividas pelas pessoas.

Entre 2000 e 2010 a CoInfo sofreu influências das tecnologias, como também com o contexto político como meio de chegar à cidadania e pela publicação da Proclamação de Alexandria (Os Faróis da Sociedade da Informação) como marco histórico da CoInfo, validando a importância da inclusão social, do desenvolvimento socioeconômico e da promoção do bem-estar das pessoas, mediante a existência de políticas, programas e projetos de CoInfo e aprendizado ao longo da vida. Os Faróis da Sociedade da Informação marcam o início da relação entre a CoInfo e a inclusão social.

Destaca-se o ano de 2008, em que a ALA criou o termo CoInfo, antes se utilizava competência informacional³, alfabetização informacional e outros termos conforme as questões de traduções do termo em inglês sob o conceito de um conjunto de habilidades que exigem que as pessoas reconheçam quando as informações são necessárias e consigam localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias (Belluzzo, 2020).

Em 2011, consolidou-se no seminário Competência em Informação: cenários e tendências, realizado durante o XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, na cidade de Maceió (AL). A partir de então, autores como Campelo (2009), Belluzzo (2014, 2020) entre outros vem proporcionando ampliação do tema no Brasil.

Na atualidade a CoInfo vem sendo refletida sob diversas abordagens, inclusive a de Belluzzo (2014, 2020) quando a referência como processo contínuo de ensino-aprendizagem nos diversos ambientes de acesso, comunicação, transmissão e transferência de informação. Para a autora, a CoInfo é conceituada como um fenômeno complexo, que atua como um catalisador para a aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento científico, filosófico, popular ou tácito.

Desta forma, ao longo de sua evolução, o de CoInfo vem assumindo alguns posicionamentos: *CoInfo para a cidadania* voltada ao compromisso ativo com a comunidade, política e desenvolvimento global mediante o livre acesso e o uso crítico de dados e informação; *CoInfo para o crescimento econômico* voltada ao fomento desenvolvimento de empresa já existentes e de criação mediante o uso criativo e intensivo do conhecimento e a combinação eficiente dos serviços de informação; e *CoInfo para a empregabilidade* voltada para a educação, a formação e desenvolvimento contínuo dos conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para o acesso e o êxito econômico (Belluzzo; Feres, 2013).

De acordo com Silva *et al.* (2018) a CoInfo vem se tornando fundamental no contexto da “pós verdade”, pois contribui para a avaliação crítica das informações. Posto que a competência em informação envolve um conjunto de habilidades que desenvolvem a reflexão a respeito da informação, assim como a compreensão da maneira pela qual a informação é produzida e valorizada nos diversos contextos sociais.

A CoInfo, pode ser tão eficiente, quanto as tecnologias no dia a dia, posto que não são os domínios sobre as tecnologias, que podem garantir a inclusão de sujeitos na Sociedade do Conhecimento, mas, sim, ser competentes em informação, ou seja, saber acessar, selecionar, recuperar, bem como, saber interpretar a informação no ambiente de fluxo de informação, isto é, no processo de inclusão digital, que proporciona a apropriação da informação.

Conforme Silva *et al.* (2018) a CoInfo não está voltada apenas para a capacitação de profissionais, mas para que as pessoas sejam atores em toda a sua vida, deixando de receberas informações de forma passiva, interpretando e refletindo sobre as informações que recebem, sobretudo, em ambiente de grande fluxo de informação como os espaços de mediação da informação digital.

2.2.1 Competência em Informação e Inclusão Digital: aproximações e relações

Nesta seção serão apresentados os conceitos dos processos de CoInfo e inclusão digital na perspectiva da CI, em especial, dos cientistas da informação, pois entendemos que estes compreendem melhor a CoInfo no processo de inclusão digital. E, desta forma, divergem da visão, puramente tecnicista, atendendo apenas os interesses do poder econômico, bem como político, à medida que inversa o desenvolvimento da sociedade, ou melhor, dos vulneráveis.

A competência em informação, quando voltada à inclusão digital, pode-se trazer a hipótese da investigação, de que a CoInfo é refletida, mais fortemente, nos contextos voltados para a cidadania e para a empregabilidade, onde a inclusão digital vem sendo compreendida como um processo, localizada no espaço de conquista do cidadão um direito social fundamental para o pleno desenvolvimento político, econômico, cultural e informacional.

Nesses contextos, a inclusão digital voltada à construção de competência em informação pode potencializar a capacidade de criticidade sobre a realidade social em que o indivíduo está imerso. Para Machado, Santos e Araújo (2014), a inclusão digital

caracteriza-se por ensinar os indivíduos a utilizar os programas, habilitando-os quanto ao uso do computador e da informação eletrônica como ferramenta imprescindível no crescimento pessoal e social.

De acordo com Marques (2014), esta se caracteriza pelo processo de democratização do acesso às tecnologias da informação, visando à inserção na Sociedade da Informação. Para tanto, estratégias inclusivas por meio de programas, projetos e ações devem permitir o acesso às TIC 's, ampliando o acesso, essencialmente para usuários com deficiência, idosos e pessoas de baixa renda.

Ao que se percebe, na literatura sobre inclusão digital e CoInfo, é não haver uma dicotomia e/ou um dualismo entre os termos. Muito pelo contrário, os dois termos se complementam em suas funções e objetivos. Nesse sentido, a inclusão digital se realiza a partir de ações de Competência em informação que sinalizam o domínio das TIC's, sobretudo, da informação enquanto insumo básico de produção de conhecimento (Cubillos; Silva, 2009).

A inclusão digital tem de ser compreendida como um processo e, como tal, deve estar no espaço do cidadão, com sendo um direito social fundamental para o pleno desenvolvimento: político, econômico, cultural e informacional, visto que a inclusão digital como foco na competência em informação potencializa a capacidade de criticidade sobre a realidade social em que o indivíduo está inserido.

Nesse sentido, a inclusão digital pode se efetivar a partir da competência em informação pelos indivíduos, enquanto essa nova estrutura social, exige domínios dos processos tecnológicos, bem como dos recursos informacionais, frente aos regimes de informação impostos pela Sociedade da Informação, sobretudo, diante da nova ordem mundial de consumo desenfreado e sem questionamentos, de informação e conhecimento, que devem ser utilizados sempre de forma crítica à realidade local (Cubillos; Silva, 2009).

A inclusão digital compreende a alfabetização informacional com ênfase na tecnologia da informação, ou seja, a habilidade de operar e comunicar-se a partir de computadores; entender o funcionamento de equipamentos (*hardware*), seus programas (*software*) e aplicações; produzir, organizar, disseminar e visitar a informação de forma automatizada; resolver problemas por meio do uso da tecnologia (Câmara, 2005, p. 50).

Para o autor, a inclusão digital perpassa ao acesso às TIC's, à medida que sujeitos incluídos digitalmente têm domínio desse conjunto de tecnologias, que condicionam as

atividades do cotidiano da população de modo geral. Posto que quem esteja devidamente incluído, digitalmente, possui competências tecnológicas que estão inter-relacionadas com o uso da informação mediada no contexto do processo de inclusão digital.

Por isso, a inclusão digital na sociedade contemporânea se constitui como um arcabouço teórico e prático, capaz de transformar um estado atual de exclusão social e digital, visto que ela deve ser compreendida como uma política pública de Estado, que, no que lhe concerne, não permita que a inclusão digital se configure apenas como um mecanismo de regulação social, mas como um direito fundamental constitucional, permitindo assim, o desenvolvimento e aplicação de recursos humanos e financeiros para a sua eficiência e eficácia, junto à sociedade brasileira.

Brasil é um país de dimensões continentais com regiões peculiares, no que diz respeito tanto a sua formação geográfica, quanto a sua produção e disseminação de recursos, serviços, produtos de informação à população mais pobre, por instituições públicas, que tem como prerrogativa institucional o desenvolvimento dos sujeitos menos abastados deste país. Essa percepção pode ser observada, a partir de indicadores de IDH, em nível internacional, nacional e, principalmente, regional.

De acordo com Santos e Hetkowski (2018), a política pública de inclusão e digital apontam para uma democratização do acesso às tecnologias intelectuais de informação e comunicação, que precisa ser compreendida como dispositivo legal efetivo para a transformação social da sociedade brasileira. Tendo em vista que ter acesso às tecnologias em geral, no país, ainda é uma lacuna que pode ser preenchida por meio das políticas públicas de inclusão digital, consistente e sistêmica, pois sem esta perspectiva, o país, poderá entrar em colapso social e digital, mesmo sendo líder na América Latina (em alguns setores).

Com efeito, o Relatório de Desenvolvimento Humano (2019), faz um chamado para a ação e recomenda políticas públicas que possam apoiar os governos de todo o mundo no combate às novas e variadas formas de desigualdade, que vão para além da renda, das médias do hoje, significa dizer que, há outras formas de desigualdades sociais como de: gênero, cor, étnica, geográfica, geração, origem, acesso entre outras. A sociedade contemporânea exige dos governos federal, estadual e municipal a publicação de políticas públicas de Estado, a fim de desenvolver o processo de inclusão digital como também de competência em informação.

Posto que estamos sob a dinâmica da sociedade em rede como defendido por

Castells (2010), onde a principal característica é participação, fusão, colaboração entre grupos, econômicos, políticos e/ou sociedade civil, com vistas à resolução de um problema sistêmico a sociedade ou a manutenção e ampliação dos problemas sociais.

É sabido que a competência em informação pode ser desenvolvida nos mais diversos contextos sociais, bem como em múltiplos setores da sociedade contemporânea. A competência em informação, ainda, se apresenta como aquele conjunto de habilidades e técnica, onde os sujeitos necessitam, devido à dinâmica da contemporaneidade, principalmente, quando se trata da capacidade de análise crítica da informação e suas dimensões, sejam estas explícitas ou implícitas.

Nesse contexto, esta seção apresenta de forma sucinta as dimensões da competência em informação do trabalho de Vitorino e Piantola (2011) onde as pesquisadoras mostram que as dimensões técnica, estética, política e ética, como também com a concepção de Belluzzo e Feres (2013) ao tratarem da tríade: Competência em informação para a cidadania; para o crescimento econômico e para a empregabilidade, constituindo-se como um conjunto de competências imprescindíveis para estar contextualizado com a sociedade contemporânea.

Percebe-se que tanto a perspectiva de Vitorino e Piantola (2011), quanto à de Belluzzo e Feres (2013), relacionam-se ao ponto que a dimensão política e ética está diretamente em consonância com a referida tríade e, desta forma, corroboram com a proposta desta dissertação. Assim sendo, para melhor compreensão têm-se as quatro dimensões de Vitorino e Piantola (2011) e a tríade de Belluzzo e Feres (2013).

Quadro 1 - Dimensões da Competência em Informação

Dimensão técnica	Dimensão estética	Dimensão ética	Dimensão política
Meio de ação prática no processo de busca, acesso, seleção da informação analógica ou digital	Criatividade sensível	Uso responsável da informação	Exercício da cidadania
Consiste nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos	Capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação	Visa à realização do bem-estar comum	Participação indivíduos e decisões e transformações referentes
Faz referência às atividades práticas, no planejamento de atividades em arquivos, bibliotecas, museus entre outras unidades de informação	Experiência interior, individual e única dos sujeitos ao lidar com os conteúdos de informação e sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo	Relaciona-se a questões de apropriação e uso da informação, tais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória do mundo	Capacidade de ver além da superfície do discurso

			Considera que a informação é produzida a partir de (e em) um contexto específico
--	--	--	--

Fonte: Vitorino; Piantola (2011)

No quadro 1, a dimensão técnica está relacionada com a atividade prática do uso e da busca pela informação para gerar conhecimento. Assim, para Souza, Valério e Campos (2020 *apud* RIOS, 2006) a dimensão técnica, condiz à atividade prática resultante em informação, posto que, o sujeito em competente em informação consegue utilizar, manipular e, principalmente, dominar-meios, avaliando sempre a informação buscada.

Ao tratarem da dimensão estética, os autores dizem que ela abrange os meios para a criação e aspectos sensíveis, isto é, a capacidade de aprendizagem ao longo da vida, em outras palavras é a capacidade de compreender as informações encontradas, de maneira que se possa colaborar com a manifestação do seu saber (Souza; Valério; Campos, 2020, p. 4 *apud* Rios, 2006). Sendo assim, a dimensão estética se revela na reflexão sobre a informação encontrada, sobre o tema ou assunto pesquisado, no exame das partes e na composição do todo, considerando o contexto e relacionando com outros conhecimentos (Miranda; Alcará; Martins, 2021). A competência em informação para o crescimento econômico trata justamente da capacidade de fomento e desenvolvimento da instituição, enquanto se supõe que ela já possua competências necessárias, para o uso criativo e intensivo do conhecimento gerado pela informação e, desse modo, agindo eficaz e eficiente junto a gestão das atividades do cotidiano da empresa a fim de se manter competitiva e sustentável.

A competência em informação para a empregabilidade volta-se para as peculiaridades da educação, que deve ser com vistas à formação e desenvolvimento constantes dos conhecimentos adquiridos, ou melhor, apropriados. Desta forma, gerando valor às habilidades necessárias para agir de forma estratégica em um determinado eixo e/ou nicho econômico da sociedade.

Nessa perspectiva, perceber o quanto as dimensões técnica, estética, política e ética desenvolvida, Vitorino e Piantola (2011), corroboram na perspectiva da tríade, fomentada pelas autoras Belluzzo e Feres (2013), são aportes teóricos e práticos que, podem e devem ser utilizados nos contextos das políticas públicas, em diversos contextos institucionais, sobretudo, ao nível educacional, à medida que a educação é um dos

campos de atuação e aplicação de Competência em informação.

A dimensão ética, no que lhe concerne, diz respeito como são utilizadas as informações, com qual propósito e/ou interesses, elas são usadas. De acordo com Souza, Valério e Campos (2020) a dimensão ética se refere ao uso responsável que se faz da informação, isto é, trata-se do uso consciente da informação por parte da sociedade, enquanto produto de transformação social ou não do indivíduo.

Para Miranda, Alcará e Martins (2021) esta dimensão se refere ao caráter crítico frente à informação, que permite ao indivíduo tomar posição, fazer uma análise de valor em uma situação pessoal e/ou coletiva. Desta forma, a dimensão ética abrange o uso responsável no contexto da busca e do uso da informação, de maneira que possam cooperar com as leis de acesso e os valores quanto ao uso da informação (Souza; Valério; Campos, 2020 *apud* Rios, 2006).

Já sobre os aspectos da dimensão política, estes no que lhe concerne, compreendem-se na relação dos cidadãos com a informação no contexto do exercício para a cidadania a partir da interlocução entre sujeito consciente e Estado. Para Miranda, Alcará e Martins (2021) a dimensão política da competência exige dos sujeitos o protagonismo diante de sua própria história, com disposição para modificar as relações sociais, de fazer suas próprias escolhas e tomar decisões individuais como parte do coletivo.

Nesse contexto, pode-se compreender que a tríade construída por Belluzzo e Feres (2013) se configura como imprescindível no cenário da competência em informação voltada às políticas públicas no contexto brasileiro, conforme aponta o quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Competência em informação voltada às políticas públicas

DIMENSÃO DA COINFO	APLICAÇÃO DA COINFO
Coinfo para a cidadania	voltada ao compromisso ativo com a comunidade, política e desenvolvimento global mediante o livre acesso e o uso crítico de dados e informação
Coinfo para o crescimento econômico	voltada ao fomento e desenvolvimento de empresa já existente e de nova criação mediante o uso criativo e intensivo do conhecimento e a combinação eficiente dos serviços de informação
Coinfo para a empregabilidade	voltada para a educação, a formação e desenvolvimento contínuo dos conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para o acesso e o êxito econômico

Fonte: Adaptado em Belluzzo; Feres, 2013

No quadro 2, a CoInfo para a cidadania assume um papel de destaque e uma

grande responsabilidade com a comunidade. Posto que a relação ativa com a mesma perpassa, em primeiro lugar, pelo acesso e uso da informação de forma crítica, visando à formação de cidadãos críticos em informação. Portanto, configurando-se como um direito fundamental básico garantido na constituição de 1988. Sendo assim, a dimensão política relaciona-se à informação para uma cidadania ativa e responsável, a qual necessita de pessoas (Miranda; Alcará; Martins, 2021). Por conseguinte, vê-se na contemporaneidade a necessidade de aquisição da Competência em informação como sendo um dispositivo de política pública voltada para as ações e atividades de inclusão digital, conforme mostra a próxima subseção a seguir.

2.2.2 Políticas públicas, Competência em Informação e Inclusão Digital: desafios e perspectivas

Toda sociedade na maioria das vezes tem suas necessidades, sejam elas quais forem resolvidas a partir de uma política pública social específica. Estas, no que lhe concerne, devem ser alocadas em setores, com problemas de ordem social, de origem histórica e, sobretudo, de cunho estrutural. A política pública de caráter social no Brasil teve três momentos históricos marcantes, na qual estabelece uma relação de forças e dá evidência do quanto esse processo é uma luta de forças entre instituições (públicas e privadas), classes sociais (ricos, pobres e miseráveis), países (desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos).

Para Durlin (2008) as políticas públicas com foco no social no contexto brasileiro foram marcadas historicamente por três períodos: o primeiro período foi marcado pelo controle da política, caracterizado pela ditadura de Getúlio Vargas e ao populismo nacionalista marcado pela ditadura militar, evento inescrupuloso, que, sangrou toda história do povo brasileiro.

O segundo período, foi marcado por atos políticos em relação à execução de política social, mas, voltada para a necessidade em dar legitimidade aos interesses dos governos e suas bases sociais, a fim de mantê-los no poder, posto que, ainda se tratava de uma política social sem direitos sociais (Durlin 2008, p. 22); porém, o terceiro período, fora o momento da existência da política social no Brasil, a partir da promulgação da Constituição de 1988, com assuntos como o da educação, saúde, social, trabalho entre outros. Considera-se, assim, um avanço nas políticas públicas sociais até então. Por outro lado, a década de 1990, se constituiu em um tempo fértil, enquanto representa um marco

na implantação e implementação de políticas públicas de caráter social, de corte neoliberal, pelas quais o Estado busca desvencilhar dos compromissos sociais firmados na Constituição de 1988. Neste contexto, a função do Estado, ainda, segundo (Durli, 2008) é:

[...] preparar sujeitos para o crescimento econômico e, conseqüentemente, garantir o sistema ideológico hegemônico, são as perspectivas delineadas pelas reformas que determinam diretrizes e parâmetros à organização dos espaços educacionais, sociais, políticos e culturais da sociedade. (Durli, 2008, p. 23).

Não obstante, para Jesus, Simeão e Martins (2016) a participação da sociedade na formulação [de políticas públicas sociais contextualizadas com a realidade social, é imprescindível], acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos são asseguradas na própria lei que as instituiu.

A legislação brasileira assegura a existência e aplicação de políticas públicas na maioria dos contextos sociais da população do país. Sendo assim, entende-se que na atual globalização da economia, bem como da nova ordem mundial e, principalmente, dos regimes de informação que em certa medida influenciam toda estrutura social e suas relações do dia a dia, como, por exemplo, a cidadania informacional em escala internacional, nacional e regional, atingindo sobremaneira a cultura informacional e, desta forma, condicionando para uma cultura totalmente digital.

Assim, o presente século caracterizado em certa medida pela era digital também apresenta alguns desafios que a Competência em informação pode ser utilizada como estratégica de política pública com intuito de resolução das lacunas, de ensino-aprendizagem no contexto das tecnologias e suas dimensões.

Nesse sentido, a figura 1, mostra como a competência em informação se configura eficaz e eficiente diante dos desafios na era digital.

Figura 1 - Competência para o Século XXI



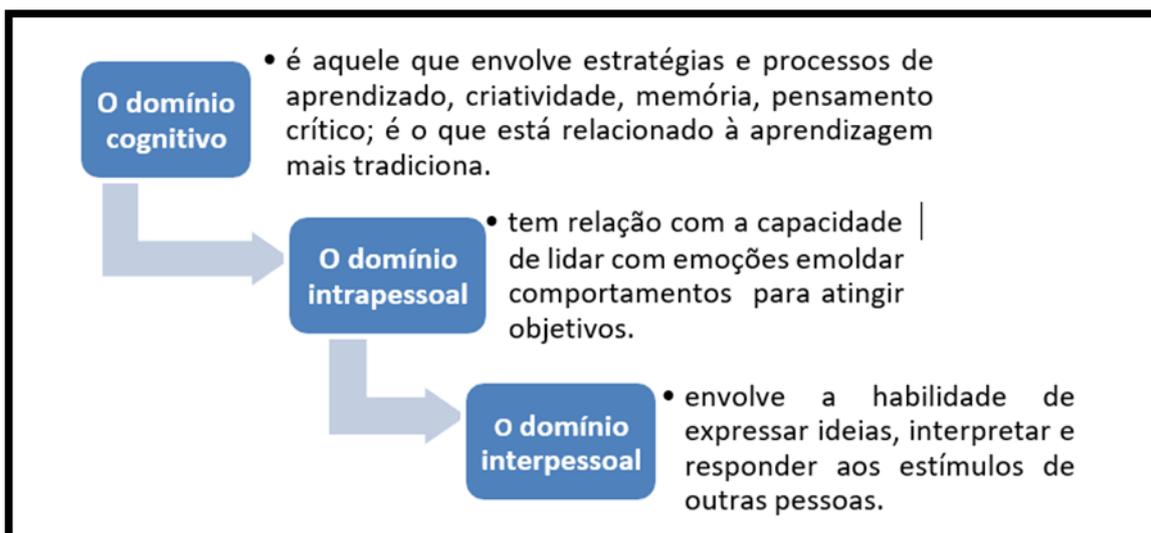
Fonte: National Research Council, 2012.

A Figura 01, mostra um estudo desenvolvido pela National Research Council (2012), e apresentado por Belluzzo (2017) no 2º Seminário: Tecnologia e Cultura. Assim, o estudo trouxe dados importantes para ajudar os governos a formular e desenvolver políticas públicas em torno da educação no contexto dos Estados Unidos da América.

O resultado das pesquisas produzidas por especialistas de diversas áreas do conhecimento foi publicado no livro em formato digital intitulado “Educação para vida e para o trabalho [educação e cidadania ativa]: desenvolvimento e habilidades do século XXI”. Conforme o estudo “[...] não basta o aluno aprender os conceitos matemáticos de média, moda e mediana, ele precisa conseguir usar o que aprendeu na sua vida” (National Research Council, 2012). Essa habilidade de transferir o que se sabe, seja em circunstâncias da realidade, seja dividindo conhecimento com outras pessoas, ajuda os estudantes a desenvolverem as competências para o século XXI, é essencial frente aos desafios da contemporaneidade.

O estudo ainda evidencia três grandes domínios na atual conjuntura. Em primeiro lugar, domínio cognitivo; em segundo lugar, o domínio intrapessoal e, em terceiro lugar, o domínio interpessoal. Conhecimento com outras pessoas ajuda os estudantes a desenvolverem as competências para o século XXI (National Research Council, 2012).

Figura 2: Os três domínios da competência em informação para o século XXI



Fonte: Baseado em National Research Council, 2012⁴

Cabe ressaltar que os três domínios não são lineares, desse modo, trata-se de um processo contínuo no contexto da competência em informação para o século XXI. Assim sendo, o segundo domínio, que, depende de novas abordagens no sistema educacional e políticas públicas específicas, por exemplo, a de competência em informação, e a oferta de capacitação/qualificação de professores, para que eles consigam criar ambientes favoráveis à troca de conhecimento (National Research Council, 2012).

Pode-se inferir mediante os construtos teóricos sobre o tema deste estudo que, a CoInfo deve e pode ser uma solução sistêmica para educação, se for tratada como ferramenta e instrumento de ensino-aprendizagem e capacitação para todos que garantidamente necessita da competência em informação como política pública de desenvolvimento para o longo da vida.

E, de certa forma, apesar da competência em informação ainda estar se consolidando no Brasil, os estudos de Belluzzo (2021, 2020); Campello (2009); Miranda, Alcará e Martins (2021); Vitorino (2016); Pellegrine e Vitorino (2018); Teixeira, Brito, Dorneles e Marques (2017), demonstram que a competência em informação é uma área de estudos no âmbito da Ciência da Informação, que se refere ao conjunto de habilidades exigidas aos indivíduos para que estes possam buscar e utilizar informações de forma plena para realização de suas atividades (Miranda; Alcará; Martins, 2021).

Vê-se que a competência em informação é fundamental para a formação de habilidades de sujeitos capazes de desenvolverem um protagonismo social, que só será

possível por meio da apropriação da informação e de múltiplas competências. A competência em informação é uma área de estudos no âmbito da Ciência da Informação e se refere ao conjunto de habilidades exigidas aos indivíduos, para que estes possam buscar e utilizar informações de forma plena para realização de suas atividades do cotidiano (Miranda, Alcará; Martins, 2021).

Pode-se inferir que a competência em informação pode ser a única ferramenta e instrumento, capaz de viabilizar o desenvolvimento da sociedade contemporânea, como também das políticas públicas, principalmente, políticas públicas de inclusão digital. Uma vez que estamos na era digital, que, no que lhe concerne, exige que os sujeitos possuam um conjunto de competências informacionais, operacionais e comunicacionais (Borges, 2005). Pode-se, ainda, inserir o contexto político e social, cuja demanda de informação exige tais habilidades informacionais, que contribuam para que o indivíduo reconheça seu papel na sociedade e utilize informação de maneira crítica para modificar o meio no qual se encontra. Na atualidade, a competência em informação se configura como um movimento capaz de subsidiar o estado, tornando-se uma política pública de Estado.

A competência em informação e, principalmente, o acesso à informação, uso e apropriação da informação na sociedade contemporânea é condição imprescindível para o crescimento econômico de qualquer indivíduo. Sobretudo, quando se trata de política econômica, que, em tese, deveria atingir e beneficiar a todos, ricos e pobres no Brasil. Assim, a política pública no contexto da competência em informação se apresenta como um dispositivo legal, que busca minimizar as lacunas do Estado frente à ausência destas, com viés no acesso à informação, uso e apropriação da informação e do conhecimento como instrumento para mudança de *status quo* de uma determinada população, excluída historicamente que, necessariamente, precisa de outras habilidades técnicas, diante da lógica do sistema capitalista vigente.

A competência em informação como política pública pode e deve ser sistêmica, a fim de alcançar as peculiaridades regionais. Tendo em vista que a sociedade contemporânea tem suas bases econômicas no consumo, produção, transmissão e transferência da informação por meio das tecnologias da informação e comunicação. Pois, diante de uma sociedade complexa, como afirma Morin (2010) e, como tal, é premente pensar a competência em informação como política pública, justamente pelo fato, da competência em informação possibilitar que os indivíduos possam ser eficazes e

eficientes no contexto da nova economia, isto é, a informação, o conhecimento e as tecnologias da informação e comunicação. Esta última, como vetor principal da produção de bens econômicos, mudança social e de comportamento individual e coletivo.

Assim sendo, pode-se compreender que: “as políticas públicas de caráter social são estratégias que objetivam a acessibilidade às informações, as quais auxiliam na qualidade de vida e na busca pelos direitos à cidadania” (Hetkowski, 2008, p. 9). No entanto, é necessário dizer que, a política pública voltada à competência em informação é um ato do poder público, que está na dimensão da governança, que não pode ser confundido com o governo e seu poder frente aos anseios da sociedade contemporânea.

Decerto, a governança é definida como exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo (Jesus; Simeão; Martins, 2016). Os autores salientam que as políticas públicas devem atender, em princípio, dois objetivos essenciais: resolver realmente problemas sociais e serem instrumentos de controle popular. As políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público a fim de atender e tentar solucionar as necessidades de setores específicos da sociedade contemporânea. A contemporaneidade ainda apresenta lacunas históricas que, ao longo dos anos e séculos, aumentaram constantemente. Tais brechas foram crescendo pelo fato, de haver pelo poder público, a incapacidade política, econômica, social, cultural e informacional para resolver tais brechas sociais que assolam a sociedade, em especial, os mais pobres do Brasil, algo que atualmente se acentua justamente, por não se ter uma política pública sistêmica e de Estado.

2.2.3 Inclusão Digital e Políticas Públicas: criticidade no processo

Discorre-se nesta seção, acerca de pesquisas que abordam a temática da inclusão digital no contexto brasileiro, produzido pelas diversas áreas do conhecimento científico, principalmente, pelos estudos oriundos da CI, por entender que, este campo científico compreende melhor o fenômeno da inclusão digital no cotidiano das comunidades, grupos, sujeitos e indivíduos, alocados em zona urbana e/ou rural. Contudo, tais critérios de análise não impediram de nos debruçarmos sobre o tema estudado por áreas correlatas ao campo da CI, como: Comunicação, Jornalismo, Sociologia, Antropologia, Tecnologia da Informação, entre outras.

Assim, a maioria dos estudos acerca da inclusão digital no Brasil traz uma concepção ainda muito restrita do termo, que, nos últimos anos, foi muito influenciado pela perspectiva hegemônica (tecnicista, capacitista e instrumentalista), sobre o uso da tecnologia da informação e comunicação no contexto da inclusão digital ao nível global, sobretudo, em países considerados pobres do continente africano e Latino Americano, como bem mencionou Silveira (2003, p. 1), no artigo inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica, “a política de inclusão digital e o movimento de software livre como um nexos fundamental da malha de iniciativas pelo desenvolvimento sustentável do país, de combate à pobreza e de globalização contra-hegemônica”.

Na verdade, o autor está dizendo que, não se desenvolve um processo de Inclusão Digital sem a concepção do uso de tecnologias sociais que garantidamente, não pode estar sob o domínio do controle das grandes corporações tecnológicas existentes no mundo. Assim, a importância do uso e da cultura do compartilhamento do software livre, à medida que o contexto socioeconômico, ou seja, a condição econômica dos sujeitos que necessitando processo de inclusão não condiz com a realidade social das demais pessoas, com outro poder aquisitivo econômico. O que implica em dizer, o movimento pelo software livre é uma alternativa para oportunizar as pessoas a adquirirem tecnologias fora do padrão do mercado dominantes de tecnologias, que, no que lhe concerne, não estão preocupados, de fato, com inclusão digital de milhões de pessoas no mundo em plena era do digital.

Conforme a perspectiva do autor, e, ainda, com a concepção do Materialismo Histórico, de Marx, bem como no texto, microfísica do poder, de Foucault, nos permite fazer uma análise crítica sobre a realidade: política, econômica, social, cultural, histórica e informacional dos programas de inclusão digital implantados pelo governo brasileiro de caráter mais social, a partir dos estudos e pesquisas desse tema. Outro aspecto, que deve ser considerado é que, a inclusão digital vai para além do fornecimento de equipamentos tecnológicos às comunidades pobres.

O combate à pobreza precisa se dar a partir de uma visão mais ampla dessa realidade (Corrêa, 2007). Ou seja, “o poder é a própria base das relações humanas, é a malha a partir da qual essas relações se efetivam. Por isso, todas as relações humanas são relações de poder” (Rocha, 2022, p. 1). Estas, no que lhe concerne, se efetivam nas relações entre: atores sociais, atores institucionais, atores setoriais, atores interinstitucionais, atores multinacionais e atores-multi-institucionais, que, atuam para

manter o poder hegemônico sobre as necessidades sociais, isto é, informacionais, visto que

[...] o poder político também é exercido por um certo número de outras instituições que não parecem ter nada em comum com o poder político, o qual parece ser independente, mas que, na verdade, não é. **Todos nós sabemos que as universidades e todo o sistema educacional, que aparentemente deveria distribuir o saber, servem, na verdade, para manter o poder nas mãos de uma certa classe social e para excluir as demais classes sociais deste instrumento de poder.** (Foucault, 1978, p. 101, grifo nosso).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o fenômeno da inclusão digital, envolve algumas dimensões como: política, econômica, informação e conhecimento. A manutenção dessas dimensões por parte dos governos: federal, estadual e municipal funciona como um instrumento contrário à inclusão digital, que no que lhe concerne, tenta mitigar a pobreza permanente. Por meio de programas e projetos de inclusão digital, ainda desconectado do estado mínimo e o aumento da miserabilidade em larga escala, como se viu nos últimos 15 anos no Brasil, haja vista que nessa sociedade a matéria prima mais fundamental não é as máquinas e equipamentos, mas o conhecimento, fruto do processamento da informação disponível pelas unidades de informação, bem como pela meio digital e impresso (Corrêa, 2007, p.13). Logo, o principal insumo de desenvolvimento social e econômico de qualquer país, é a informação e o conhecimento disponível, transmitido e transferido pela *internet*.

Corrêa (2007) analisou, sob o prisma da perspectiva sociológica, os dois principais Programas de inclusão digital, criados no governo Lula, em 2003. Foram analisados o primeiro programa (Gesac)² e o último programa (Casa Brasil) do Governo, até o momento. Segundo o autor, houve uma evolução nos aspectos conceituais, no formato, na operacionalização dos programas, buscando uma melhor integração entre inclusão digital e inclusão social. No entanto, um fato que nos chama a atenção é a frágil integração dos programas de inclusão digital entre si e entre esses programas e outros programas sociais do Governo.

No entanto, apesar de haver uma integração do programa com a sociedade civil

² O Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) é um programa do Governo Federal, coordenado pelo MCTIC, em parceria com o MEC e o Ministério da Saúde. Oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga – por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o território brasileiro.

organizada, outro ponto que deve ser (analisado), é compreender que a inclusão digital ainda não se estabeleceu como uma política pública de governo, carecendo ainda de uma articulação política mais forte, envolvendo os três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Notadamente, observa-se que a dimensão política, econômica e informacional são decisivas para o processo de inclusão digital, pois o principal elemento – a informação, foi negligenciado dentro do contexto dos programas de inclusão digital no Brasil, desde sua concepção política, econômica e institucional. À medida que:

A questão da inclusão digital nasce, então, com duas fortes ênfases, que persistem até hoje: A primeira ênfase é na separação entre os que têm acesso físico à rede, utilizando a tecnologia disponível naquele momento, e os que não têm acesso. A segunda ênfase é na importância que este acesso passa a ter para as questões sociais, dentro do contexto de uma sociedade movida pela tecnologia (Corrêa, 2007, p. 8).

Nota-se que a compreensão da inclusão digital é puramente de viés tecnológico e de concepção tecnicista, por acreditarem que apenas ofertar tais equipamentos às comunidades, grupos, sujeitos, etc. bastava para que ocorresse a inclusão digital, de modo que “[...] o conceito de inclusão digital existente é aquele que vê a tecnologia apenas como meio e recurso que deve ser apropriado para um fim social” (Corrêa, 2007, p. 159). A este respeito, é salientado que

[...] a integração dos programas com outras políticas públicas de cunho social é quase nula se considerarmos integração pensando no uso das TIC_s dentro dos programas sociais como ferramentas centrais para alavancar os programas sociais do Governo. Muitas das parcerias, como a que ocorreu entre o GESAC e o projeto Fome Zero não foram um encontro entre inclusão digital com a inclusão social, mas a utilização da infra-estrutura tecnológica de conexão do GESAC pelos gestores do Fome Zero para a transferência de dados das regiões remotas para o centro de cadastro do fome zero, ou seja, embora tenha havido algum nível de interação entre os programas e, foi bom que tenha ocorrido, não é do tipo programático e estratégico voltado para o desenvolvimento local ou promoção da cidadania nem passa necessariamente pelo uso da tecnologia pelas comunidades. (Corrêa, 2007, p.160).

Mais adiante será visto que a lógica de entendimento de programas e outros projetos de inclusão digital são de caráter vertical das instituições públicas no Brasil. Isso pode estar relacionado à concepção burguesa, que, alguns gestores e/ou responsáveis

incorporam quando assumem algum cargo de direção, ou seja, a relação de poder tem mais prioridade do que a inclusão digital. Mesmo que haja algum Ministério afirmando que o governo está preocupado com "a problemática da inclusão social dos menos favorecidos a partir da inclusão digital" (Silva Neto; Carvalho, 2007, p.7), a compreensão sobre os aspectos conceituais acerca da temática, ainda é turva. À proporção que os olhares institucionais, na maioria das vezes, não corroboram a visão dos cientistas da informação, cientistas sociais e bibliotecários orgânicos, que, no que lhe concerne, são:

[...] aqueles que têm consciência do seu poder de mediação, do seu lugar de atuação no desenvolvimento de competências e habilidades. **Ele tem noção de que é um profissional político, no sentido de que ele sabe que a informação serve para transformar vidas, que o conhecimento serve para transformar vidas.** (Mata; Santos; Pacheco, 2022, p. 12, grifo nosso).

Na contemporaneidade, é fundamental que exista profissional com perfil orgânico sobre uma dada realidade socioinformacional, neste caso, a inclusão digital. Assim, no texto de Silva Neto e Carvalho (2007), os autores trazem uma abordagem para o contexto da inclusão digital com vista à apropriação da informação como elemento central desse processo. Contudo, discutiremos essa perspectiva mais adiante, antes, porém, mostraremos um quadro 3, com a compreensão de instituições públicas de nível federal acerca da inclusão digital.

Quadro 3 - Compreensão acerca da inclusão digital no Brasil

Categorias de Análises			
Instituições Públicas Federais/Ministérios/Projetos/ ano	Objetivos dos Programas e Projetos de Inclusão Digital	Abordagens Institucionais sobre a Inclusão Digital	Definição dos Projetos e Programas
Casa Brasil (2004)	Implantar, junto às comunidades carentes, um espaço destinado à convergência das ações do Governo Federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural; gerar trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte; buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza; difusão tecnológica, popularização da ciência, promoção da inclusão digital capacitação tecnológica	Perspectiva política, econômica, social, cultural, intersetorial, interministerial e gestão integrada com atores do terceiro setor (instituições sem fins lucrativos, ativistas, Ongs, Associações, etc.); setor Acadêmico (universidades, institutos federais, faculdades, professores, etc.) e setor privado (empresas e empresários); perspectiva inclusiva e humanista (respeito o patrimônio público).	A Casa Brasil é um espaço comunitário de acesso universal, livre e gratuito, constituído por uma estrutura modular, isto é, um local para uso comunitário planejado para reunir diversos Módulos implantados simultaneamente ou em etapas. A participação popular, através do conselho gestor local, auxiliará na utilização do espaço comunidade.

2 - GESAC (2002)	Disseminar meios que permitam a universalização do acesso às informações e serviços do governo, por meio eletrônico; promover a universalização do acesso e manter a presença permanente do poder público próximo ao cidadão. Além dos serviços de governo, o GESAC possibilita o acesso à <i>Internet</i> pública.	Perspectiva Política e econômica hegemônica sobre a coisa pública; concepção privatista dos serviços e produtos públicos; visão excludente (antisocial/critério para distribuição dos pontos de acesso era basicamente o quantitativo populacional e não social); perspectiva neoliberal na construção da inclusão digital	O GESAC Governo Eletrônico. Serviço de atendimento ao cidadão é o primeiro programa do Governo Federal voltado para o acesso do cidadão às TIC's. GESAC será gratuito para acesso a informações e serviços do governo. Para acesso a outros conteúdos o uso será cobrado.
3 Ministério da Ciência da e Programa da Sociedade da Informação (2000)	Ofertar instrumentos, meios e facilidades, para os menos favorecidos, facilitando o acesso às oportunidades de emprego geração de renda ou melhoria da renda através da melhor qualificação profissional e com isto transformar cidadãos brasileiros.	Perspectiva tecnicista, capacitista, tecnicismo e instrumentalista; visão reducionista do processo de inclusão digital.	O Programa da Sociedade da Informação, afirma que, a inclusão digital, é, portanto, um instrumento de promoção da inclusão social.
Programa Sociedade da Informação SOCINFO (2000)	Articular e coordenar o desenvolvimento e a utilização de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos e suas aplicações, visando a universalização do acesso e a inclusão de todos os brasileiros na sociedade da informação.	Visão instrumentalista (foco na instrumentalizado trabalhador tecnicista; concepção pífia da informação no contexto da inclusão digital; Perspectiva ofertista mercadológica dos serviços públicos; visão capitalista sobre a inclusão digital	O Socinfo entende que, a inclusão digital inserida na inclusão social, exige a inclusão digital e, para tanto, vem desenvolvendo esforços para que essa última torne-se realidade.
5 - Ministério do Planejamento, Orçamento	Construir infraestrutura de inclusão digital voltada para uso público e comunitário; promover a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil em sua gestão, utilizando preferencialmente o modelo de telecentros comunitários software livre.	Perspectiva social e inclusiva a todos; Concepção humanista (gestão pública participativa); visão democrática (sociedade livre)	O Governo Eletrônico diz que a Inclusão digital deve ser tratada como um elemento constituinte da política de governo eletrônico, para que esta possa configurar-se como política universal. Esta visão funda-se no entendimento da inclusão digital como direito de cidadania e, portanto, objeto de políticas públicas para sua promoção.
6 - Ministério da Fazenda Projeto Cidadão Conectado Computador (2005)	Promover a inclusão digital mediante a aquisição em condições facilitadas de soluções de informática constituídas de computadores, programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnicas necessários ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.	Perspectiva social (assistencialista); visão social da inclusão (pífio acesso à informação e ao conhecimento)	O Programa Projeto Cidadão Conectado Computador

Fonte: adaptado de (Silva Neto; Carvalho, 2007); (Corrêa, 2007)

Nota-se no quadro 3, que dentre os (6) programas e/ou projetos institucionais federais de inclusão digital, o GESAC mantém uma perspectiva social e humanista, e,

menos política enquanto aspecto teórico. No entanto, a relação política deste programa é mais forte do que pensamos salientar. Desta forma, o dado supracitado nos permite analisar como o governo federal e suas autarquias gerenciam programas e projetos de inclusão digital, visando à eficiência da gestão pública, enquanto atividade meio, pois, atividade fim, fica na incumbência dos projetos nas comunidades, buscando a eficácia do processo, que, muitas das vezes, nem são avaliados, devido a diversos fatores, por exemplo, políticos, econômico e cultural, tanto do governo como das comunidades (Corrêa, 2007).

Cabe salientar, também, que, apesar de haver uma grande rede de atores sociais (gestores locais) e políticos em todos os estados do Brasil, o programa foi muitas vezes usado como moeda de troca, a fim de manter as bases políticas locais, fato que, imputou o seu desenvolvimento em todo território brasileiro. Contudo, o GESAC continua sendo um dos principais programas de inclusão digital do país, enquanto projeto político, pois, sua visão conceitual sobre a inclusão digital ainda pode ser considerada pífia, enquanto desde seu início de criação, já apresenta uma concepção neoliberal dos criadores, o ex. presidente Fernando Henrique Cardoso, que entendia que, “[...] será gratuito para acesso a informações e serviços de governo. Para acesso a outros conteúdos o uso será cobrado” (Corrêa, 2007). Notadamente, uma concepção privatista dos serviços e produtos públicos, possivelmente gerenciados por servidores e/ou funcionários públicos, mantidos pelo erário do estado.

Na verdade, a gestão do GESAC, visava apenas os aspectos de quantidade em detrimento da qualidade, que, diretamente com o que compreendemos por processo de inclusão digital, que, permite o acesso à informação e ao conhecimento a fim de que ocorra o uso e apropriação da informação, conceito que está mais na visão de Silva Neto e Carvalho(2007), ao afirmarem que a inclusão digital é uma necessidade para a inclusão social, e, é esta em última instância, irá promover o cidadão através da: facilidade de acesso a emprego, relações sociais, maior acesso à informação, qualificação profissional, etc. Diferentemente do programa Gesac, o Casa Brasil, já começou grande e politizado, pois tem como principal objetivo de

Implantar, junto às comunidades carentes, um espaço destinado à convergência das ações do Governo Federal nas áreas de Inclusão Digital, social e cultural; gerar trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. (Corrêa, 2007, p. 115).

A perspectiva é totalmente inclusiva, social e cultural, ao ponto de estabelecer interação com toda a cadeia gestora dos projetos de inclusão digital e fortalecer a criação de espaços de inclusão social, sobretudo, na cultura digital. Porém, nem tudo era bem definido como deveria ser. Apesar do Casa Brasil, ser um programa ligado ao poder executivo, eles também não entendiam que o processo de inclusão digital dava-se para além da oferta de equipamentos tecnológicos e cursos de informática básica, navegação na *Internet*, instalação e configuração de aplicativos e desenvolvimento de projetos comunitários utilizando as ferramentas do programa, conteúdo comum na maioria dos projetos de inclusão digital de todas as instituições federais, que desenvolve as ações de inclusão digital com vista apenas na instrumentação, capacitismo e tecnicismo dos usuários desses programas no Brasil.

Nesta perspectiva, vê-se que os programas e/ou projetos de inclusão digital analisados no quadro 1, nenhum deles podem afirmar de fato, e, de direito, que desenvolve as ações de inclusão digital visando o livre acesso à informação contida no ambiente da *internet*, sem falar que, desenvolver ações de inclusão digital envolvem uma concepção de mediação da informação entre sujeitos com formação distintas e contextos sociais diversos. Para alguns pesquisadores da Ciência da informação, como Silva Neto e Carvalho (2007, p. 1) a inclusão digital se constitui:

[...] a partir do momento em que as pessoas que não tinham acesso aos meios digitais, para a recuperação da informação, conseguem tê-lo, usando máquinas (normalmente computadores), softwares e redes (normalmente a *Internet*). Quando há acesso, e por consequência recuperação de informação, fica possível também a produção e disseminação de informações. De acordo com o governo brasileiro, a inclusão digital favorece e auxilia a inclusão social.

No entanto, é preciso entender que não basta apenas saber ler, usar a *internet* e manipular *softwares/hardwares*, faz-se necessário ter na estrutura organizacional profissionais de caráter orgânico, capaz de fomentar ações de inclusão digital visando a aquisição de competências múltiplas, dentre elas, a competência em informação. À proporção que, atualmente, há muitos regimes de informação, que, garantidamente, influenciam no processo de recuperação da informação no contexto das ações de inclusão digital.

A este respeito, emerge o bibliotecário orgânico como aquele “[...] que tem sensibilidade e empatia de compreender a realidade do sujeito e mediar ações de CoInfo

que coadunam com a realidade em que ele está inserido para que elas passem a tersignificado para o sujeito” (Mata; Santos; Pacheco, 2022, p. 12). A partir desse estado de consciência social, o profissional competente em CoInfo, tem, antes de mais nada, uma perspectiva crítica e humanista da sua realidade política, social, cultural e informacional.

Ele sabe que a informação serve para transformar vidas, que o conhecimento serve para transformar vidas. Como saber que esse elemento também serve para desinformar, manipular e destruir a função social dos espaços de informação, formação e transformação social: como os arquivos, bibliotecas, museus, pontos de leitura, pontos de cultura, entre outros, que, pode desenvolver ações de inclusão digital, com vista ao domínio de CoInfo diante da complexidade informacional, que, passa a contemporaneidade (Araújo, 2020). Nesse contexto, afirma-se que:

[...] os elementos necessários para a inclusão digital não devem contemplar apenas o acesso físico à rede *Internet* e computadores, mas, especialmente, devem promover a capacitação das pessoas para utilizar estes meios de comunicação da informação e, principalmente, para criar a possibilidade de compartilhamento e criação culturais digitais (Lazarte, 2000, p. 51).

No entanto, compreendemos que dentro do contexto da inclusão digital a promoção de capacitação tem de ser para além do capacitismo, tecnicismo e cultura digital, do compartilhamento de informação sem a devida análise da informação. Nesse sentido, precisa fomentar um processo de CoInfo com as seguintes etapas, que no que lhe concerne, não é algo linear, mas sim, dinâmico e pragmático, visando a criticidade que é necessário dentro desse processo, chamado movimento de competência em informação, a saber:

Reconhecer que uma informação precisa e correta é a base para uma tomada de decisão inteligente; reconhecer a necessidade de informação; formular questões baseadas em necessidades de informação; identificar fontes potenciais de informação; desenvolver estratégias de pesquisa bem-sucedidas; saber acessar diversas fontes de informação, incluindo o computador e outras tecnologias; avaliar a informação; organizar a informação para aplicação prática; integrar informações novas a conhecimentos já adquiridos; utilizar a informação de uma forma crítica e para a resolução de problemas. (Doyle, 1994 *apud* Freire; Freire, 2012, p. 23).

Assim, conforme se tinha mencionado logo no começo desta seção, o campo

científico constituído pela Ciência da Informação, neste caso, a CoInfo, compreende que as ações de inclusão digital na sociedade contemporânea precisam ser entendidas para além da oferta de equipamentos tecnológicos, computadores, modem, impressoras, entre outros dispositivos móveis digitais. Decerto, essas etapas devem focar no acesso, na recuperação, na seleção, na análise, no uso e na apropriação da informação, visando o protagonismo social, cidadania ativa e emancipação política, econômica, social, cultural e informacional no Brasil.

Neste sentido, faz-se necessário afirmar que, há alguns modelos de competência em informação que podem ser importantes para que as ações de inclusão digital possam conhecer e, se possível, utilizá-los para a comunidade, grupo, sujeitos e/ou coletivos sociais. Nesta linha de pensamento, Corrêa (2018, p. 4) traz os modelos de competência em informação estudado por Furtado e Alcará (2015), que, no que lhe concerne, descreve os modelos no quadro 4, da seguinte forma:

Quadro 4 - Modelos de CoInfo

Autores	Modelos	Descrição dos Modelos	Ano
Eisenberg e Berkowitz	Big6 Skill	Voltado ao público estudante, tinha como foco a solução de problemas de informação com o uso de tecnologias e buscava desenvolver habilidades de localização de informações para a realização de tarefas escolares diversas	1987
Society of College National and University Libraries	Pilares da Competência em Informação	combina habilidades, competências, atitudes e conhecimentos com o objetivo de identificar e examinar habilidades que formam a competência em informação	1999
National Institute of Library and Information Sciences, no Sri Lanka	Empowering 8	Baseia-se na solução de problemas aprendizagem referentes aos processos de busca e uso da informação. A criação deste modelo tem como contexto cultural as regiões Sul e Sudeste da Ásia e dirige-se aos estudantes da educação básica.	2005

Fonte: adaptado de (Corrêa, 2018, p. 4; Furtado; Alcará, 2015)

No Quadro 4, percebe-se que os três modelos de CoInfo têm como elemento central a informação como insumo de desenvolvimento, como também para o processo de ensino-aprendizagem ao longo da vida. No entanto, apenas o modelo Big Skill (seis grandes habilidades, tradução livre), menciona o termo tecnologia com vista aos problemas de recuperação de informação, que, na ocasião, estarão no contexto das ações de inclusão digital. Desta forma, torna-se salutar dizer que, [A] competência em

informação representa uma possibilidade teórica-prática de intervenção social do bibliotecário para a construção de uma sociedade bem informada, mais autônoma e competente na busca, assimilação e uso crítico da informação (Corrêa, 2018, p. 2). Pois, diante dos regimes de informação impostos pela contemporaneidade sobre as organizações sociais de informação, a CI tem a possibilidade de promover processos inclusivos na sociedade, fundamentados na responsabilidade social do campo científico, que, ao longo de sua história busca compreender o fenômeno da informação e do conhecimento sobre a sociedade de modo geral.

Assim, na busca por uma sociedade competente em informação no contexto contemporâneo, Silva (2012, p. 89)⁵, apresenta um modelo de competência em informação que pode ser apropriado pelo sistema de educação profissional e tecnológica no Brasil, posto que, o autor contextualiza o referido modelo a realidade da educação brasileira, a partir dos aspectos: empíricos, teóricos e práticos, à medida que há na literatura trabalhos sobre a temática de caráter generalista, voltado para o ensino básico e superior, nesta perspectiva, estão os trabalhos de Xing, Li e Huang (2007) e Spudeit (2015).

Por outro lado, os trabalhos sobre competência em informação voltados especificamente para a esse nicho educacional, são os trabalhos desenvolvidos por Almeida (2015), Santos (2017) e Oliveira e Silva (2018), pois, fomentam as seguintes características específicas, conforme mostra o quadro 5, a saber:

Quadro 5 - Modelos de competência em informação aplicado a Educação Profissional e Tecnológica

Dimensões da Vida no Processo Educativo (Brasil, 2007)	Princípios da Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2007)	Quatro Pilares da Educação (DELORS, 1998)	Padrões de Competência em Informação (ACRL, 2000)
--	--	---	---

Trabalho	Trabalho como princípio educativo	Aprender a Conhecer	Identificar as necessidades informacionais
Ciência	Pesquisa como princípio educativo	Aprender a Ser	Acessar a informação
Cultura	Relação parte-	Aprender a fazer	Avaliar a informação
Tecnologia	totalidade na proposta curricular	Aprender a Conviver	Usar a informação
			Compreender as questões sociais, econômicas e legais que cercam o acesso e uso da informação

Fonte: Silva (2021).

Observa-se no quadro 5, a importância da aquisição de CoInfo na Educação Profissional e Tecnológica no sistema brasileiro. No entanto, vê-se que, ainda, há uma perspectiva puramente técnica inter-relacionada as Dimensões da vida e, aos padrões de CoInfo, cunhado por Silva (2021), à proporção que percebe-se a ausência de elementos central como: atitude ética, política, moral, praticidade, inovação, protagonismo e consciência social, a partir de uma formação orgânica de discentes, que, por ventura vem a ser docente, e, portanto, precisa de formação, qualificação e aquisição de competência em informação ao longo de vida, a partir de uma cultura de aprendizagem fora dos padrões hegemônicos, que, subtrai dos sujeitos a capacidade e atitude de reflexão e criticidade das realidades. Por isso, a aquisição de competência em informação é tão urgente na contemporaneidade, conforme apresentado na próxima seção.

2.2.4 Competência em Informação e Inclusão Digital: reflexão internacional, nacional, regional e local

Discorre-se de forma mais profunda acerca da competência em informação e inclusão digital, onde a fluidez das relações sociais torna-se cada vez mais líquidas, e, o valor social dos sujeitos fica para trás, em detrimento do individualismo voraz capitaneado pelo sistema neoliberal de produção de informação e de conhecimento altamente excludentes.

Caracteriza-se, ainda, o estado de Alagoas de forma breve, porém, crítica. Quanto Maceió é sistematicamente criticado. À medida que é o principal município do estado, pois concentra as principais instituições públicas e privadas, no que lhe concerne,

deveriam ser mais enérgicas na resolução das desigualdades sociais de sua região, que não é o caso, conforme se vê no decorrer desta seção.

De acordo com Belluzzo (2020), a competência em informação no Brasil, se apresenta como um movimento inovador com atributos de eficácia e eficiência nas diversas áreas do conhecimento científico, em especial, na Ciência da Informação. Assim, a competência em informação pode ser aplicada e desenvolvida nos fenômenos infocomunicacionais – nas ações de inclusão digital – com aporte prática da biblioteconomia e da Ciência da Informação, a fim de se concretizar à cidadania ativa, a empregabilidade e o trabalho dos atores humanos envolvidos, tendo em vista a nova morfologia social – a sociedade em rede, tendo a informação como um princípio fundamental de desenvolvimento sócio informacional.

Na contemporaneidade, a competência em informação é extremamente importante para os campos constituídos pela CI, seja no âmbito nacional bem como internacional (Araújo, 2020c). Para o autor, quando se fala sobre competência em informação, situa-se acerca de dois termos: a competência e a informação, que contém, simultaneamente, significado e história, ao longo da construção histórica da CI.

Decerto, pode-se compreender, a partir de (Araújo, 2020; Souza, 2011; Borges e Daher Junior, 2021; e Borges *et al*, 2011), que, a junção dos dois termos na CI, compõem as subáreas de conhecimento científico, imbricados na CI, a partir dos elementos: competência em informação, principalmente, na inter-relação dos fenômenos infocomunicacionais contemporâneos. Neste contexto, entende-se que:

[...] a questão das Competências em ambientes digitais pode representar um novo condicionante para a participação sócio informacional. Ao passo que, —na sociedade atual, cada vez mais alicerçada nas tecnologias digitais, vem excluindo os que não dominam a cultura digital. (Borges et al. 2011, p. 4).

A competência em informação visa implantar na Sociedade do Conhecimento a cultura de ensino-aprendizagem ao longo da vida, o aprender aprendendo e o aprender a aprender. Desta forma, trata-se de um processo que vai para além do aporte informacional, pois, conforme conhecida no contexto científico, não tem uma perspectiva linear dos seus moldes operandi, tampouco uma concepção positivista dos seus métodos de aplicação.

Pelo contrário, visa justamente humanizar e alocar nos sujeitos um conjunto de

habilidades informacionais, que lhes permitam a compreensão dos elementos ideológicos, sociológico, políticos e simbólicos dentro do contexto informacional, pois se compreende que, assim como a informação não é neutra, a tecnologia também não é, enquanto, a essência da técnica é a própria sociedade (Araújo, 2016), de modo que ambas se unem, a fim de desenvolver-se mútua, constante e concomitantemente, dentro do processo dialógico entre os atores humanos (pessoas) e não humanos (tecnologias analógicas/impressas e digitais/softwares, hardwares, dispositivos plataformas, periféricos e a *internet*), posto que

A competência em informação surge não como um modismo desta sociedade, porém, como uma necessidade decorrente do aparecimento e disponibilização das mais variadas e sofisticadas tecnologias intelectuais de informação e de comunicação para produção, tratamento, organização, disseminação, acesso e uso de informações. Nesse contexto, as informações são produzidas em uma velocidade incontrolável, fazendo com que o ser humano, mesmo com toda a sua capacidade adaptativa, não consiga ter acesso eficaz às informações que necessita e muito menos domine as tecnologias que favorecem esse acesso (Santos, 2015, p. 4).

Segundo o autor, no atual cenário, as tecnologias intelectuais de informação e comunicação têm impulsionado profundas mudanças na maneira com que os indivíduos lidam com a informação. Dessa forma, torna-se necessário aprender a utilizar a diversidade das tecnologias para buscar, recuperar, organizar, analisar e avaliar a informação para logo utilizá-la com fins específicos à tomada de decisões e resolução de problemas do cotidiano - educacional, profissional, científica, social, política, cultural, informacional, entres outras (Santos, 2015).

Assim, a competência em informação é tratada pela comunidade científica no país, como sendo um conjunto de habilidades em informação que possibilita o desenvolvimento sócio informacional de qualquer sujeito, visto que competência em informação exige que as pessoas reconheçam quando as informações são necessárias e consigam localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias (American Library Association 2008 *apud* Belluzzo, 2020).

Para Belluzzo (2020), Campello (2019), Silva Neto e Freire (2014) em linhas gerais, a CoInfo é entendida como uma habilidade para localizar, filtrar, avaliar, organizar, criar, utilizar e comunicar a informação, contexto políticos, econômicos, sociais e culturais no âmbito internacional. E, no contexto da educação, ou em qualquer outro

ambiente informacional de ensino-aprendizagem, a competência em informação permite que os professores e profissionais da informação devam [possam] buscar [e] desenvolver habilidades informacionais que facilitem a sua atuação no processo de ensino-aprendizagem quanto à exploração e uso dos espaços de informação em meio virtual [digital], visto que

Na sociedade contemporânea a informação tem sido um elemento que os indivíduos buscam, acessam e relacionam a todo instante em rede. Aliado a essa questão estão as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) que proporcionam à sociedade um contingente informacional que merece uma atenção especial quanto ao seu uso e alcance (Silva Neto; Freire, 2015, p. 1).

O avanço das tecnologias da informação e comunicação, como também dos processos tecnológicos na segunda metade do século XX no mundo todo, provocaram um crescimento exponencial de produtos e serviços tecnológicos dos mais diversos formatos e funcionalidades de cunho pessoal, coletivo, industrial e/ou organizacional.

Todo esse aparato está centrado na produção e consumo de informação transmitida e transferida pelas tecnologias de informação ao nível nacional e internacional, tendo a *internet* como canal de veiculação de pensamento, ideia e comportamento, como já dito. Por um lado, concentrando riqueza e bem-estar social, para uma grande minoria de privilegiados; por outro lado, há um enorme abismo social e digital da grande maioria da população no planeta.

Contudo, a *internet* é uma rede sociotécnica, que, pode ao mesmo tempo, proporcionar acesso universal à informação e ao conhecimento, como também, pode não estar ao alcance de todos, por vários motivos. (Latour, 2000; Araújo, 2016; Silveira; Braga; Pentead, 2004; Llarena, 2015).

Um deles é o poder político, que em tese deveria legislar, a fim de beneficiar às populações mais pobres e carentes a partir de políticas públicas de Estado. O outro é o poder econômico, que, atua no controle: da sociedade, da informação, da comunicação e do conhecimento, como forma de manutenção do status quo, de quem detém o poder real, sobre a informação, bem como das tecnologias *internet* e demais dispositivos móveis, por onde, a informação pode chegar a todos rompendo tempo, espaço e lugar.

Por isso, Lévy (2007), conclama por uma antropologia do ciberespaço, onde todas as culturas podem contribuir, contra a concepção da robotização da humanidade,

defendida pela visão determinista tecnológica. Na verdade, o poder econômico, controla também os políticos, partidos e empresas de tecnologias ao nível mundial, principalmente, em países em desenvolvimento, como o Brasil e outros países latino-americanos.

Desta forma, juntos, poder político e poder econômico, controla, ainda, os meios de comunicação de massa, a fim de que estes manipulem as informações com o intuito de desinformar a população sobre a realidade social, política, econômica, cultural e informacional do país. Por isso, é importante refletir sobre o desenvolvimento da competência em informação e inclusão digital, em tempos de infodemia, negacionismo científico, movimento anti-democracia e anti universidade (Silveira, 2008; Nemer, 2021; Rosa, 2004). Nesta perspectiva, afirma-se que

Ao mesmo tempo, em que [as tecnologias] oferecem inúmeras oportunidades para o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos, essas tecnologias também podem apresentar barreiras que podem levar à exclusão digital e consequentemente à exclusão social. Isso pode levar a um problema social, econômico e político, decorrido, dentre outras variáveis, pela inexistência, pelo não conhecimento e pela falta de aplicabilidade de ações de informação para inclusão, quando se trata de acesso e uso de informação utilizando-se tecnologias digitais (SILVA NETO; FREIRE, 2015, p. 2).

Posto isto, acredita-se que a Ciência da Informação (CI) não pode ficar alijada a essa questão (Silva Neto, p. 19), por ser uma ciência interdisciplinar e social por natureza, tendo como um dos principais paradigmas de investigação, o fenômeno informacional, que está diretamente inter-relacionado com o uso da informação, a partir das TIC's nos diversos contextos sociais da sociedade atualmente (Souza, 2021; Araújo, 2018; Le Coadic, 2004; Capurro, 2003).

Sendo assim, observa-se a importância da competência em informação como processo teórico e prático, conseguindo desenvolver nos sujeitos habilidades (competências) necessárias para o tratamento informacional no contexto de uso intensivo de tecnologias. Ao passo que o profissional orgânico da informação imbricado com os professores [e outros profissionais] deve entender todo esse processo, desenvolvendo habilidades operacionais e intelectuais, principalmente, no que se refere à busca, organização e uso da informação (Silva Neto; Freire, 2015). No contexto dos fenômenos infocomunicacionais Araújo (2014, p.12) salienta que se faz necessário compreender a dinâmica de tais fenômenos na sociedade atual.

Nesse sentido, o autor afirma que na CI, existe uma

[...] outra subárea [Competência em Informação, que] também utilizou os mesmos pressupostos da área de ICT, porém voltados para o ambiente geopolítico, e a partir de uma perspectiva tomada das teorias críticas. Tal campo, muitas vezes designado como política e economia da informação bem como estudos voltados para as ligações entre informação, cidadania e democracia começou a problematizar a desigual produção e acesso a fontes, serviços e sistemas de informação por parte dos diferentes países do mundo e, dentro destes países, por parte de diferentes grupos ou classes sociais.

De uma preocupação com o acesso físico à informação, **tais estudos evoluíram para a compreensão das competências e capacitações envolvidas com a produção e o uso da informação.** Mais recentemente, **passaram a destacar como os contextos econômicos, políticos, regulatórios, sociais e culturais nos quais essas fontes, serviços e sistemas se inserem são coletivamente apropriados e usados para sustentar ou combater relações estruturais de poder,** bem como para embasar os livros verdes da sociedade da informação promovidos por diferentes países (Araújo, 2014, p. 12c, grifo nosso).

Sendo assim, é preciso entender e compreender, que, sem o mínimo de competência em informação para enfrentar os desafios dos regimes de informação em que a sociedade contemporânea está submersa, a partir dos processos tecnológicos, informacionais, políticos e econômicos, que estão por trás da exclusão social e digital no mundo, fica bem mais difíceis de ser percebidos, posto que existe um discurso de inclusão digital, acesso à informação e ao conhecimento, a partir de aumento de pessoas conectadas à *internet* nos últimos anos nos países; pelo contrário, o que há, de fato, são os regimes de informação impostos à sociedade como também às Organizações Sociais de Informação no contexto do processo de inclusão digital, no âmbito internacional como nacional.

Desta forma, impossibilita que ocorra de fato e de direito, uma inclusão social e digital sistêmica (González de Gómez, 2000; Unger; Freire, 2013). No contexto internacional, a inclusão social e digital ainda é um grande desafio para a Sociedade da Informação na contemporaneidade.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) publicados no ano de 2021, mostram que, a exclusão social e digital ultrapassa 1 milhão de pessoas no mundo. Nesse contexto, estima-se que 37% da população mundial – ou, seja, cerca de 2,9 bilhões de pessoas nunca usaram a *Internet* (Organização das Nações Unidas, 2021). Assim sendo, segundo o Relatório da União Internacional de Telecomunicações (ITU) divulgado, em

Genebra, no dia 30 de novembro de 2021, traz os seguintes dados da exclusão social e digital,

Dos 2,9 bilhões ainda offline, estima-se que 96% vivem em países em desenvolvimento. E mesmo entre os 4,9 bilhões contados como "usuários da *Internet*", muitas centenas de milhões só podem ter a chance de entrar online com pouca frequência, via dispositivos compartilhados, ou usando velocidades de conectividade que limitam significativamente a utilidade de sua conexão (União Internacional de Telecomunicações; Organizações das Nações Unidas, 2021, p. 1).

Observa-se que o Relatório é taxativo ao afirmar que, a divisão digital, ou seja, a exclusão digital é maior em países em desenvolvimento, como na África, onde o índice de exclusão social e digital, por gênero, é preocupante. O Relatório da ITU (2021, p. 1) salienta que, a divisão digital de gênero está diminuindo globalmente, mas grandes lacunas permanecem nos países mais pobres:

Globalmente, 62% dos homens usam a *Internet* em comparação com 57% das mulheres. Embora a divisão digital de gênero tenha diminuído em todas as regiões do mundo e tenha sido praticamente eliminada no mundo desenvolvido (89% dos homens e 88% das mulheres online) permanecem **amplas lacunas nos Países Menos Desenvolvidos (31% dos homens, em comparação com apenas 19% das mulheres) e nos Países em Desenvolvimento Landlocked (38% dos homens em comparação com 27% das mulheres). A divisão de gênero permanece particularmente pronunciada na África 35% dos homens em comparação com 24% das mulheres; e nos Estados Árabes 68% dos homens, em comparação com 56% das mulheres** conexão (União Internacional de Telecomunicações; Organizações das Nações Unidas, 2021, p. 1, grifo nosso).

Nota-se que, no continente europeu, apesar de ter avançado no processo de inclusão social e digital, a exclusão digital mostra uma lacuna peculiar em países ricos. Os números podem ser menores na Europa, entre homens e mulheres no presente contexto. Porém, essas lacunas demonstram que, a resolução enérgica desse problema universal, também é patriarcal. Enquanto, os homens são maioria, quando se trata da inclusão social e digital em esfera global. Em contrapartida, as mulheres continuam historicamente à margem das políticas públicas ao nível internacional.

Desta forma, compreende-se que o modelo de inclusão social e digital, fomentado atualmente, possui característica desigual, e, com traços preconceituosos. Pois, este

processo já inicia excludente, rompendo o princípio da igualdade para todos. E, assim sendo, não há, de fato, uma inclusão social, tampouco digital, como também de desenvolvimento e igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, visto que

[...] há um vasto abismo de conectividade que permanece nos LDCs [países menos desenvolvidos], onde quase três quartos das pessoas nunca se conectaram à *Internet*. As mulheres em LDCs [países menos desenvolvidos] são particularmente marginalizadas, com cerca de quatro em cada cinco pessoas ainda offline conexão (União Internacional de Telecomunicações; Organizações das Nações Unidas, 2021, p. 1).

De acordo com Bogdan-Martin (2021 *apud* União Internacional de Telecomunicações e Organização das Nações Unidas (2021) a divisão digital é um problema de ordem educacional, social, econômica, política e tecnológica e, principalmente, informacional, enquanto – muitos desses "excluídos digitalmente" enfrentam desafios formidáveis, incluindo pobreza, analfabetismo, acesso limitado à eletricidade e falta de habilidades digitais e conscientização (Bogdan-Martin, *apud* União Internacional de Telecomunicações; Organização das Nações Unidas, 2021, p. 1).

O referido Relatório afirma que, as comunidades e países, estão ficando para trás no que diz respeito aos Objetivos da Agenda 2030. É, "Infelizmente, as comunidades identificadas na Agenda 2030 como o maior risco de serem deixadas para trás são as mesmas comunidades que agora estão sendo deixadas para trás" (Bogdan-Martin, 2021, p. 1). Naverdade, os países em desenvolvimento que ainda não conseguiram minimizar os autos IDH, em especial, os de exclusão social e digital no mundo, vão ficar de fora da agenda política, social, econômica, cultural e informacional, ao nível global, de modo que esta é perspectiva da atual sociedade do conhecimento na era digital.

Para a ONU, o acesso à informação e ao conhecimento é uma questão de princípios éticos, políticos e econômicos. Esses três pilares não podem ser tratados como antagônicos dentro do processo. Isso porque, a informação é o principal elemento de desenvolvimento da sociedade contemporânea. Nesse sentido, a ONU (2021, p. 1, tradução nossa) afirma que:

É claro que as TIC e a Internet têm sido vitais para ajudar a manter a continuidade da atividade comercial, emprego, educação, prestação de serviços básicos aos cidadãos, entretenimento e socialização. As plataformas e serviços digitais permitiram inúmeras inovações que ajudaram a mitigar os custos de

saúde, sociais e econômicos da tragédia e a criar resiliência contra crises futuras.

No entanto, é sabido que, a pandemia da Covid-19 provocou no mundo novas possibilidades, no que diz respeito, ao uso de *internet* e foram desenvolvidas novas tecnologias para fomentar as ações e atividades do dia a dia das pessoas em esfera global. Neste contexto, as tecnologias tiveram novas aplicabilidades, em diversos setores da sociedade, em especial, na educação, no trabalho, na economia e, principalmente, no ambiente político, onde cada vez mais, faz-se uso constante da *internet*, e, das redes sociais tanto para se informar, quanto para praticar atos de cidadania, protagonismo social e consciência política.

De modo que, a inclusão social e digital precisa ser mapeada e identificada no contexto internacional. Enquanto, [...] não podemos conectar os desconectados se não sabemos quem são, onde moram e por que permanecem *offline* nem podemos medir o sucesso de nossas políticas [públicas] para preencher a lacuna (ONU, 2021, p. 4, tradução nossa).

Segundo a ONU a eficiência e eficácia das políticas públicas no âmbito da inclusão social e digital deverão ser aplicadas onde ocorrem as lacunas da divisão digital. Ao passo que, sem esta perspectiva política e econômica não poderemos mitigar e/ou erradicar a exclusão digital se não pudermos medi-la (ONU, 2021, p. 4, tradução nossa).

No tocante a compreensão do fosso ou divisão digital, vai para além do levantamento estatístico quantitativo dos países, regiões, comunidades, perfil populacional, social, cultural, econômico e informacional. De tal modo que, assim, como a inclusão social e digital é um processo; a exclusão social e digital também é, enquanto, esta lacuna possui assimetrias na sua construção, e, desta forma, ela não pode ser compreendida de modo homogêneo. Cada continente tem uma especificidade no contexto da exclusão social e digital. Posto que

[...] Embora a divisão de acesso esteja perto de ser superada, com 95% da população mundial vivendo agora ao alcance de uma rede de banda larga móvel, ainda existem pontos cegos importantes. Quase 30 por cento da população rural de África ainda carece de cobertura de banda larga móvel (ONU, 2021, p. 4, tradução nossa).

A desigualdade social é um problema mundial, que afeta as estruturas sociais, em

especial, nos países em desenvolvimento da América Latina, bem como no continente africano, como se viu ao longo da construção desse texto. As lacunas sociais de acesso à informação podem estar na ausência de políticas públicas de informação, de educação, de cultura. No contexto das desigualdades, Lucca (2022, p. 151) salienta que

[...] a desigualdade social, converte-se em desigualdade informacional. Na mesma medida, exclusão social é exclusão informacional, e vulnerabilidade social é vulnerabilidade informacional. O desafio que se encerra, no processo de construção de uma sociedade justa e igualitária, perpassa necessariamente pelo objeto da informação e pelo rompimento da divisão entre os ricos de informação' e os pobres de informação'.

Para a autora, construir uma sociedade justa e igualitária é um processo, que tem como ponto de partida, a resolução da desigualdade informacional, em contexto infocomunicacional como no ambiente da inclusão digital. Nesta perspectiva, Lucca (2022, p.152) afirma que

Inclusão digital não diz respeito somente à promoção dos instrumentos necessários ao acesso à informação e atendimento às necessidades de informação das pessoas, mas, também, às habilidades requeridas para tirar proveito de todo o potencial informativo disponível nesse ambiente – e em todo o contexto informacional contemporâneo – e ter, de fato, as necessidades de informação atendidas.

Neste contexto, compreende-se que a inclusão digital, enquanto um mecanismo legal de política pública pode e deve ser usada como ferramenta estratégica de combate à exclusão social, inclusão digital, e, na resolução de desigualdade social, em países desenvolvidos como também em países em desenvolvimento, pois os países que mais necessitam de tal intervenção social desta política pública.

A inclusão digital é uma forte aliada da inclusão social, pois propicia aos sujeitos habilidades para tratar a informação no contexto de suas necessidades específicas, e, assim, os indivíduos podem ser autores, e, reconhecer como capazes de entender e solucionar os problemas sociais, que vivenciam por meio da educação e consequente exercício da cidadania ativa, posto que

A inclusão digital não pode ser compreendida como o simples acesso às tecnologias da informação e comunicação, visto que deve estar comprometida

com a informação, visando, antes de tudo, o desenvolvimento social, devendo estar sempre contextualizada com a realidade do sujeito (Oliveira; Pinho Neto, 2016, p. 2).

Quando se fala em inclusão social de âmbito informacional, certamente estamos também, e principalmente, referindo-nos à *Internet* e à necessidade de elevada e qualificada conectividade, permitindo também, além de acesso ao texto, o acesso a imagens, músicas, audiovisuais, etc., visto que

A atual educação que modula a disciplina sobre a matéria, sobre o exercício disciplinar da cognição repetitiva, da memória de longo prazo e da racionalização sólida, está restrita a um formar para o mundo do trabalho, para um aprender a trabalhar condicionado a aquisição de um tipo específico de hábitos disciplinadores dos corpos e das mentes de baixa reflexividade para a indústria e a burocracia privada e do Estado, as quais, em grande parte, progressivamente substituirão suas atuais rotinas, executadas por atividade humana, por processos computacionais automáticos e programáveis (Prado, 2008, p. 17).

Para o autor, é necessário mudar a concepção de inclusão social e digital, à medida que este instrumento é essencial para comprovar à sociedade a sua aplicabilidade e eficácia, junto às comunidades enquanto ferramenta de acesso à informação e conhecimento, e, redução da pobreza informacional em localidades periféricas e desprovidas de políticas públicas de Estado. Nesse sentido,

[...] a centralidade da inclusão digital deve integrar-se às escolas com um centro ampliado de inclusão social e desprecarização informacional, aumentando suas atividades, de modo que sejam realizadas em turnos integrais e finais de semana, efetivamente integrando, assim, a inclusão digital com a escolaridade formal, com a inclusão cultural e artística e também com uma política de renda (Prado, 2008, p. 17).

Segundo o autor, é preciso pensar uma inclusão digital desconectada da desprecarização informacional, ou seja, não pode existir inclusão digital descontextualizada dos aspectos educacional, político, cultural e econômico. Ao passo que há nesse contexto, o monopólio tecnológico das grandes corporações, que ditam as regras e preços dos produtos tecnológicos: softwares, hardwares e dispositivos móveis, que, por um lado, aumentam o poder econômico das empresas como *Microsoft*, *Apple*,

Amazon e Google. E, desta forma, condicionam todo mercado consumidor de tecnologia estrangeira, em território internacional, posto que, “o software proprietário se orienta em benefício do fabricante, [enquanto], o software livre se orienta principalmente para o benefício de seus usuários” (Silveira, 2004, p. 2).

Assim, cabe afirmar que a verdadeira inclusão digital perpassa primeiro, pelo rompimento do uso de tecnologias de caráter proprietário/privado, pois que ela só é possível se for desenvolvida em países em desenvolvimento, a partir do uso de softwares e hardwareslivres. A medida que

Começou nos anos 1980 e se espalhou pelo planeta levado pelas teias da rede mundial de computadores. Seus maiores defensores são os apaixonados por programação e sistemas de informática, os acadêmicos, os cientistas, os mais diferentes combatentes por causa da liberdade e, mais recentemente, as forças político-culturais que apoiam a distribuição mais equitativa dos benefícios da era da informação. Seus maiores opositores são as megaempresas que vivem exclusivamente de um modelo econômico baseado na exploração de licenças de uso de software e do controle monopolístico dos códigos essenciais dos programas de computadores. A disputa pelo conhecimento das técnicas e tecnologias de armazenamento, processamento e transmissão das informações ocupa hoje o centro estratégico das economias nacionais. **Saber fazer programas de computadores será cada vez mais vital para um país** (Silveira, 2004, p. 2).

Para Silveira (2004), Prado (2008), García, Sebastián e López (2008) e Santos (2023), os espaços de inclusão digital constituem-se como ferramenta de redução da violência e pobreza em localidades esquecidas pelo poder público de caráter neoliberal sistêmico (de concepção excludente). Assim, é preciso deixar claro que, governos ultraconservadores ou de extrema-direita, constroem uma agenda com vistas à manutenção de lacunas sociais existentes, em várias regiões do globo, sobretudo, em países considerados pobres, como no Brasil, e, em se tratando da região Nordeste, esse problema só aumenta no contexto das desigualdades sociais e digitais, pois:

[...] é preciso pensar mecanismos que coloquem os oprimidos [minorias sociais] como protagonistas fazedores de tecnologias que atenda demandas reais das comunidades, em que estão inseridos, mas que também possam ir além das fronteiras socioeconômicas e culturais, [bem como política e informacional] (Biscotto *apud* Nemer, 2021, p.1).

À medida que todos deveriam ter oportunidades iguais e, não serem considerados

invisíveis, pela sociedade e pelos políticos, e, em certa medida, esquecida também pela comunidade científica, quando não fazem estudo ou investigação desses fenômenos de exclusão social e digital no contexto brasileiro (Nemer, 2021; Carvalho, 2010). Os ambientes de inclusão digital são instrumentos importantes, ao passo que, eles não só foram uma abertura às tecnologias da informação e comunicação nas comunidades de altas vulnerabilidades sociais, mas, também uma ferramenta que possibilita a prevenção e redução da violência nas comunidades pobres do Brasil. Conforme salienta, Martins (2008, p. 43)

Diante da realidade brasileira, onde boa parte da população não possui condições financeiras de adquirir equipamentos tecnológicos e de ter acesso doméstico à *internet*, os Espaços Comunitários assumem papel fundamental para inserção dos indivíduos marginalizados na sociedade da informação. Com finalidade de redução da exclusão digital e social, esse espaço público, sem fins lucrativos, é equipado de computadores com conectividade à web e recursos humanos capacitados para alfabetização digital/informacional (Martins, 2008, p. 43).

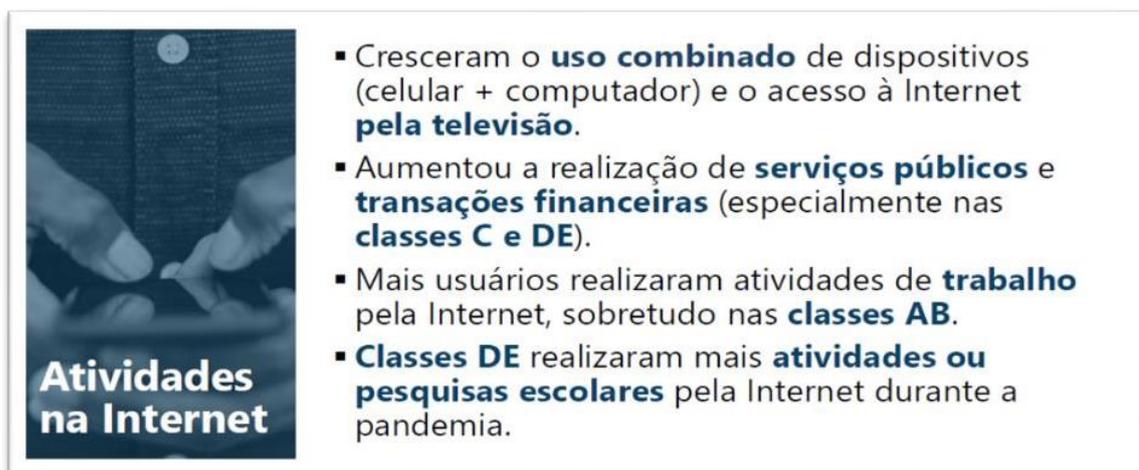
Nesse sentido, Nemer (2021) salienta que nos espaços de inclusão digital as interações sociais, a ideia de que basta a simples instalação de equipamento de rede de *internet wifi* nas comunidades para que a inclusão digital aconteça; isso é uma concepção das classes dominantes do país, isto é, as classes sociais A e B, detentoras de toda riqueza produzida pelas classes sociais C, D e E, onde se concentram as maiores injustiças sociais, historicamente e socialmente construída, a partir de uma hegemonia, sociocultural, sociopolítica, socioeconômico e sócio informacional.

Para o autor, não basta o poder público alocar equipamento de acesso à *internet* para que ocorra a inclusão social e digital, tampouco o acesso à informação e ao conhecimento, com vista ao protagonismo e empoderamento social das comunidades periféricas. [...] A pandemia [da Covid-19] nos mostrou como esse pensamento é perigoso, já que ficou mais evidente que muitas pessoas não tinham sequer um tablet para acessar aulas online (Nemer, 2021, p. 3). No Brasil, o acesso à *internet* é um direito de todos, mas, segundo o Centro Regional de Estudos para o desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), 14% da população (26 milhões de pessoas) nunca usou a *internet*; desse total, 81% recebem até dois salários-mínimos (Nemer, 2021).

Contudo, neste contexto, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR

(NIC.br) (2022) órgão vinculado ao Comitê Gestor da *Internet* no Brasil, revelam que, na área urbana os usuários de *internet* subiu de 53% para 73%; na zona rural, saiu de 34% para 50%; no que diz respeito aos idosos com mais de 60 anos de idade, subiu de 57% para 67%; esses dados estão caracterizando o perfil socioeconômico das classes sociais mais pobres do país – população das classes D e E, apesar de ter havido um aumento no acesso à *internet* nos referidos anos, nesta estrutura social. Os dados mostram que, esse aumento se constituiu devido à Covid-19, que reconfigurou toda sociedade mundial, em especial, nos países em desenvolvimento. Em 13 de agosto de 2020, o Painel Tic Covid- 19, 1ª edição, trouxe os principais resultados das atividades na *internet* no país, conforme mostra a figura 3.

Figura 3 – Atividade na *Internet* – Cultura e Comércio



Fonte: UNESCO, CETIC.BR, NIC.BR e CGI.BR, 2020

O público-alvo desse estudo se constituiu por indivíduos usuários da *internet* com 16 anos ou mais de idade no país. O *corpus* de coleta se deu em 2.627 respondentes. A coleta de dados ocorreu entre 23 de junho e 8 de julho de 2020 e o instrumento para coleta foi a entrevista, por meio da *web* e telefone. A partir da análise de conteúdo, pôde-se perceber que, em todas as tabelas, os números quantitativos, confirmam a existência de uma assimetria entre as classes sociais.

E, que o uso da *internet* pela classe social D e E, é predominantemente voltado para as pesquisas e estudos escolares, fenômeno que pode estar diretamente relacionado com a inserção no mercado de trabalho e com aumento da renda salarial, e, conforme o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (2022), cerca de 85% da população brasileira utiliza *internet* e, aproximadamente, 24 milhões de crianças e adolescentes

estão conectadas.

Contudo, cabe dizer que o aumento de pessoas conectadas nos últimos 10 anos, não se deu a partir de abertura de locais públicos de acesso gratuito à *internet*, por exemplo, pelo contrário, deu-se a partir da crise sanitária mundial causada pela pandemia da Covid-19, que provocou um distanciamento social na sociedade. De certo modo, a pandemia provocou um aumento exponencial da *internet*, principalmente, dos dispositivos móveis digitais em toda esfera social, em especial, no âmbito da educação: básica, fundamental, média e superior no Brasil.

Como as atividades do cotidiano da sociedade foram forçadas para o contexto digital, isto é, da *internet*, e, simultaneamente, escancarou as assimetrias sociais do país, que, até então, estavam escondidas, ou melhor, camufladas por mais de duas décadas, sob o prisma positivista científico e político hegemônico de viés tecnológico; que a partir do paradigma social da informação no âmbito da Ciência da Informação, busca refletir tal cenário sob o ponto de vista social da informação no contexto da inclusão digital.

Já no que se refere à ausência de instrumentos eficazes de inclusão social e digital, bem como na oferta de renda mínima, para que as minorias sociais: negros, mulheres, comunidades rurais, comunidades tradicionais, entre outras, pudessem comprar dados móveis de acesso à *internet*, à informação e ao conhecimento, a pandemia também mostrou, que não há uma concepção de nação brasileira, ao passo que o governo federal protelou a sanção do Auxílio Emergencial por mais de 60 dias, após o Congresso Nacional ter aprovado o mesmo em regime de urgência em todo país.

Enquanto em alguns estados, como Estado do Amazonas, a pandemia da Covid-19, assolou e ceifou vidas humanas, pelo simples fato de não haver uma governabilidade informacional entre os governos, e, sim, um ataque à ciência, à prática científica e à universidade entra, em colapso de informação verdadeira em detrimento de informação falsa, (patrocinada por agentes públicos, sociedade civil, empresas privadas e instituições religiosas, sem compromisso com a verdade dos fatos) (Nemer, 2021; Nicoletis, 2020). Diante de um quadro polarizado e de desinformação da sociedade brasileira, a política pública de inclusão digital é fundamental em todo território nacional, sobretudo, na região Nordeste, que historicamente possui os piores índices de IDH: na educação, na saúde, na segurança pública, na economia e no social.

Localizado na referida região, o estado de Alagoas, tem mais de 3 milhões de habitantes, constituído por 102 municípios e distribuídos nas 8 microrregiões, que

formam o total dos municípios alagoanos, conforme figura 4.

Figura 4 - Mapa do Estado de Alagoas



Fonte: Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES, 2022, p.1)⁶.

Sobre o sistema econômico, este, no que lhe concerne, é centrado na produção de açúcar e etanol como maior fonte de tributos e riqueza do estado. O turismo fica em segundo lugar, no que se refere ao recolhimento de tributos, porém, a cadeia de turismo é a que mais proporciona emprego formal, ao lado do setor de comércio e serviços, sobretudo, no litoral Sul e Norte do Estado, como também na capital Maceió, centro financeiro e sede dos governos do Estado e do Município. Contudo, vale destacar que, a ausência de uma cadeia industrializada, visando o crescimento econômico no estado e desenvolvimento social não é prioridade do governo (Oliveira; Cruz, 2021).

De acordo com Carvalho (2008), o Nordeste necessita desenvolver infraestrutura e, ampliar as políticas sociais, atraindo os empreendimentos privados no mesmo ritmo dos últimos anos, para assim, manter a singularidade desta década - o crescimento econômico com diminuição das desigualdades, ou seja, crescimento econômico e desenvolvimento social precisam caminhar juntos, à medida que, as classes assalariadas produzem toda riqueza, porém, não usufruem dessa produção, pois o sistema Neoliberal tem como princípio básico, a massificação dos custos de produção, contudo, privatiza os lucros, para si mesmo. Nesta perspectiva, Carvalho (2008, p. 3, grifo nosso) salienta que:

O PIB do Nordeste, entre 1960 e 1990, passou de US \$8,6 bilhões para US \$91,4 bilhões. Os investimentos produtivos (públicos e privados) na região

elevaram seguidamente sua participação no PIB nacional, saltando de 12%, em 1960, para 17%, em 1990. **Esse crescimento do Nordeste em relação ao país teve outra característica importante, a radical transformação no perfil de sua estrutura produtiva.** No espaço de três décadas, o setor agropecuário – que representa 41% da riqueza regional em 1960 – ficou reduzido a somente 14,4% dessa participação. O setor industrial, que tinha 12% do PIB regional, alcançava 28,2%, em 1990.

Para o autor, o setor de serviços nas cidades teve destaque em relação ao setor agropecuário; motivado pelo novo perfil de produção na região. Nesse sentido, Carvalho (2008, p. 3, grifo nosso) menciona que:

No entanto, o crescimento econômico, ao longo de várias décadas, quase não alterou os traços mais fortes da região: a distribuição de renda e de terra desiguais, o baixo índice de desenvolvimento humano e a concentração espacial da indústria na faixa litorânea, localizada principalmente nas capitais dos estados maiores. Entre 1970 e 1990, os indicadores sociais apontam avanços, mas estes a mantêm distante da média nacional, no que diz respeito aos índices de esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil e alfabetização.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) publicado em 2012, aponta a região do Nordeste como uma economia, que, em 2022, poderia ter o seu Produto Interno Bruto (PIB), acima da média nacional, até o ano de 2030. Para Oliveira e Cruz (2021) a referida região só poderia ultrapassar o PIB nacional, a partir do alinhamento de duas políticas fundantes para esse fim: a política econômica e a política de produtividade. Enquanto a política de crescimento econômica com vistas à produtividade, precisaria, sobretudo, reduzir as desigualdades a partir da política de produtividade nacional, principalmente, regional, como no Nordeste, que, historicamente, detém de pífias e ínfimas, políticas públicas voltadas à resolução e/ou mitigação das desigualdades estruturais no país. Neste contexto, Oliveira e Cruz (2021, p. 3) afirmam que:

[...] os resultados mostram que políticas de melhoria da produtividade e redução de desigualdades pessoais não são suficientes para reduzir o quadro de desigualdades regionais. Interessante notar que a redução das desigualdades e o crescimento do PIB per capita apresentam impactos significativos na dinâmica da redução da taxa de pobreza. [...] mesmo com redução das desigualdades e crescimento do PIB per capita, [os resultados] mostram, [que] a incapacidade de o país, com essas políticas, zerar a taxa de pobreza no Nordeste, apesar de chegar próximo desse objetivo. As implicações nos diversos cenários indicam

que seriam necessários esforços localizados regionalmente para ser possível zerar a pobreza em 2030.

Assim, é preciso lembrar, que, todos os países ricos e pobres devem adotar medidas contundentes, a fim de mitigar, minimizar as diversas modalidades de desigualdades existentes em seus continentes. De modo que, é preciso combinar crescimento econômico com redução das desigualdades para o Brasil se desenvolver e, possa cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela ONU como meta até 2030 (Oliveira; Cruz, 2021). E, como bem ratificou o Relatório da UNESCO (2021), ao citar que, as comunidades que, não atingirem os objetivos da ODS até 2030, infelizmente, vão ficar para trás, pois, trata-se de uma agenda global, e, nenhum continente ou país, está fora dessa lógica mundial, e, as desigualdades sociais existentes em países em desenvolvimento não podem ser tratadas como mecanismo de regulação social ou de massa de manobra de qualquer setor da sociedade global.

Destaca-se que, os autores do referido estudo, analisaram quatro cenários: o primeiro cenário aborda a tendência sem alteração na política, o segundo cenário, diálogo sobre o choque de produtividade, o terceiro cenário, suscita acerca da redução das desigualdades e o quarto cenário, explicita sobre a inter-relação desses dois últimos eixos temáticos, isto é, mostra que produtividade e redução das desigualdades caminham juntos, e, ambas devem ser prioridades dentro da política econômica do Estado (Oliveira;Cruz, 2021).

Nesse sentido, os aspectos econômicos, bem como os de produtividade, estão na linha de frente de qualquer governo, e a projeção e/ou simulação de uma eventual política, que, viabilize a redução de assimetrias regionais é fundamental para o crescimento econômico na totalidade, principalmente, permita o desenvolvimento da cadeia produtiva, que, está diretamente relacionada ao desenvolvimento social, isto é, da mitigação das desigualdades sociais em toda esfera da sociedade brasileira. A esse respeito, Oliveira e Cruz (2021, p. 19), salientam que:

O cenário de melhoria de produtividade supõe que, para atingir uma melhora global de produtividade, devem-se realizar avanços não apenas na produtividade total dos fatores, mas também nos insumos e no capital físico e humano, assim como melhorias institucionais. Os pressupostos que orientam o choque de produtividade se assentam no acúmulo de capital físico, capital humano e avanço institucional/melhoria na produtividade total de fatores. Certamente, as ações que guiam o acúmulo de capital envolvem políticas bem

orientadas e explícitas. Conhecemos a importância de discutir de forma densa e consistente as melhores ações que os agentes (principalmente os públicos) poderiam tomar para otimizar o acúmulo de capital. Contudo, os choques para esse exercício de simulação são dados como exógenos. Considera-se que a qualidade da educação, por sua vez, é ponto chave no acúmulo de capital humano (Oliveira; Cruz, 2021, p. 19).

A educação, nesse contexto, é fundamental, ao passo que Alagoas não consegue manter bons índices de qualidade na alfabetização dos alagoanos, há muito tempo. Assim, este importante setor da sociedade vem caindo de qualidade, e, a partir de 2010, a taxa de analfabetismo em Alagoas ainda correspondia a 24,3%, configurando o menor desempenho entre os estados nordestinos (Feitosa; Gauw, 2018). O que chama mais atenção no presente cenário é que, o Estado não avança de forma pontual na educação, mesmo sabendo que um povo sem educação de qualidade não consegue se desenvolver enquanto civilização, bem como sociedade.

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE, 2021), salienta que o estado tem cerca de 17,1% dos analfabetos do Brasil. Para o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL), os índices de analfabetismo preocupam porque contradizem o discurso oficial, à medida que

A pandemia expôs e agravou a situação do ensino público, afirmou a presidente do Sinteal, Maria Consuelo Correia. O estado tem cerca de 350 escolas com 175 mil matriculados. Retomou as aulas semipresenciais. A maioria dos 8 mil professores não esconde o medo da variante Delta. Os professores, agentes administrativos e coordenadores receberam o crédito de R\$ 5 mil para aquisição de computador e contratar serviço de *internet*. Porém, os alunos ficaram de fora do processo de acesso. O professor tem o computador e a *internet*, o aluno, não. Desta maneira, essa nossa política de Educação, pode agravar os indicadores neste setor, avalia Consuelo. No retorno das aulas, segundo o quarto secretário de Estado da Educação em um ano, Rafael Brito, apenas 15% das escolas ainda estão se adequando aos protocolos sanitários contra a Covid-19. A maioria dos professores reclama da precariedade nas salas, nos sistemas elétrico, hidráulico e pede melhorias estruturais nos colégios. Estima-se que 20% das escolas têm boa qualidade de ensino, 80% precisam se adequar. (Gazeta de Alagoas, 2022, p.1).

Assim como a educação de qualidade está também no campo da qualidade de vida, especificamente, na condição social como um fator de redução de desigualdades,

sobretudo, da pobreza. Apesar de existir uma política pública de redução da extrema pobreza em Alagoas, o Estado ainda tem altos índices de pessoas em situação de miserabilidade em pleno século XXI. Nesse contexto, o Jornal Gazeta de Alagoas, versão digital (2022), afirma que o Estado não tem o que comemorar em seu aniversário de 204 anos de Emancipação Política. Ao que o número de alagoanos vivendo à margem de uma condição digna de vida é preocupante ao longo desses dois séculos de história.

Segundo o referido Jornal, no campo social, a pandemia empurrou para a pobreza extrema mais 38,6 mil e os números deste ano mostram que 1,1 milhão (1.190.647) de pessoas - 35,5% da população - vivem em situação de extrema vulnerabilidade social. Em março de 2020, quando a pandemia começou, o total de pessoas em situação de extrema pobreza, conforme o Ministério da Economia, totalizava 1.152.012 (3,3%) de alagoanos, revela o ministério com base no Cadastro Único. A condição da pobreza extrema é atribuída a pessoas que vivem com renda de até R\$ 89.

No entanto, é preciso afirmar que o mesmo estado que exclui a sua população mais pobre, isto é, as minorias sociais: negros, mulheres, comunidades rurais, comunidades tradicionais, favelas, morros, grotas, entre outras comunidades, o mesmo que outrora, possui o Fundo de Erradicação à Pobreza (Fecoep), que, no que lhe concerne, não está sendo usada de forma correta essa política pública para mitigação das desigualdades no estado de Alagoas, sobretudo, na melhoria da condição de vida das pessoas que vivem nas favelas, às margens da Lagoa Mundaú, na capital Maceió, que, no que lhe concerne, necessita de um conjunto de políticas públicas, tais como: de educação, de cultura e de informação, a fim de alcançar a transformação social, econômica, política, cultural e informacional, ao passo que [...] as políticas públicas voltadas ao acesso à *internet* devem ser pautadas na inclusão digital tendo como focos o letramento digital e a emancipação digital (Franco, 2021, p. 1).

2.2.5 Marco Civil da *Internet* no Brasil: avanços, desafios e perspectivas

Discute-se sob o prisma da Ciência da Informação, a relevância do Marco Civil da Internet no país, descrevendo os principais artigos e objetivos da Lei, a fim de analisar os seus avanços, desafios e perspectivas no contexto da universalização da *internet*, sobretudo, dentro do processo da inclusão digital, que, perpassa pela infraestrutura de redes de banda larga de qualidade disponibilizada aos municípios a partir de

concessões e/ou contrato entre órgãos dos governos: federal, estadual, municipal, setor privado: empresas de caráter internacional, nacional e municipal, terceiro setor: organizações privadas não governamentais, sem fins lucrativos, prestadoras de serviços públicos e o setor acadêmico: constituído pelas Instituições de Ensino Superior (IES), bem como seus Programas de Pesquisas em Ciência, Tecnologia e Inovação, estes últimos atores na maioria das discussões sobre o tema ficam alijados, à proporção que a CI, não está participando e/ou tendo um cientista da informação fazendo parte do corpo acadêmico no Comitê da *Internet* do Brasil.

Após duas décadas da construção da sociedade da informação no Brasil, pode-se afirmar que muita coisa mudou no contexto da *internet* no país. Nos anos 2001, havia cerca de 8,6% dos domicílios brasileiros conectados à *internet* por meio de computador. No entanto, em 2019, após 18 anos, é que o país alcança a marca de 71% dos domicílios que já dispunham do acesso à rede (Franco, 2021; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002; Comitê Gestor da *Internet* no Brasil CGI.br, 2020).

Neste contexto, observa-se que o processo de oferta de acesso à *internet* é lento e, principalmente, desigual, posto que só nos anos de 2019 é que as classes sociais D e E começam a ter acesso à rede, contudo, de forma gradativa, onde só a metade dessa população foi beneficiada. Enquanto, desde 2015, o acesso à *internet* se aproxima da universalização nos domicílios das classes A e B, que em 2019 representavam 99% e 95%, respectivamente, demonstrando desta forma seu caráter anti-universal e excludente.

Para Franco (2021, p. 4) o acesso ainda não universal à *internet* no contexto brasileiro foi fortemente evidenciado na crise de saúde causada pela pandemia do novo coronavírus. De acordo com o autor, as atividades educacionais foram condicionadas ao acesso à *internet*, e as dificuldades de acesso e a insuficiente capacitação para o uso das tecnologias se apresentaram às duas partes do processo alunos e docentes, atingindo de sobremodo os já inseridos num cenário de desigualdades *off-line*.

Desse modo, compreende-se o acesso à *internet*, à informação e ao conhecimento para toda universalizada, está condicionada pela infraestrutura de rede de banda larga em todo território brasileiro e a todas as classes sociais, considerando que todos os órgãos do poder público são mantidos pelos impostos pagos por todos os brasileiros. Nesse sentido, compreende-se que o Marco Civil da *Internet* no Brasil, é fundamental para fazer com que haja de fato, e de direito, a universalização da *internet*. Criado em 2014, o Marco Civil da *internet* no Brasil⁷, é disciplinado pela Lei nº 12.965, de abril de 2014, que

estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da *internet* no Brasil. Analisando a referida lei, observa-se que ela está estruturada em cinco capítulos e 32 artigos, que estão inter-relacionados com as três dimensões, incluindo a finalidade social da *internet*, garantia do acesso, qualidade do serviço prestado e responsabilidade dos provedores de acesso, garantia de uma *internet* livre e aberta, bem como estabelecimento de governança participativa, entre outros.

O Marco Civil da *Internet* do Brasil é a primeira legislação do mundo a regular a *internet* de forma ampla e irrestrita e, respeita os princípios da *internet* complexa, aberta e sustentável. Vale destacar, ainda, que em 2014, o quantitativo de pessoas usando a rede no mundo era de 3 bilhões, e atingiu no ano de 2015, cerca de 5 bilhões de pessoas utilizando a *internet*, sendo sua maioria nos países desenvolvidos. Assim, a proporção mundial de utilizadores da *internet* em domicílio é maior nos países desenvolvidos, nos quais pelo final de dezembro será de 78%, para 32% da população com acesso domiciliar nos países em desenvolvimento. Na Europa, três entre quatro pessoas terão acesso à rede, e nas Américas do Norte e do Sul, duas de três pessoas terão acesso à rede até o final do ano (JORENTE *et al*, 2016).

Contudo, apesar de existir diversos argumentos de que o acesso à *internet*, em regiões remotas e distantes, como no caso, das regiões norte e nordeste do Brasil, trata-se de uma visão puramente positivista sobre o processo, posto que não traz boas perspectivas de universalização, tampouco de inclusão das regiões, na agenda de implantação da *internet* em tais locais. Simplesmente por atender a lógica do mercado capitalista e hegemônico, que determina onde, quando e quem será beneficiado, conforme se observa ao longo deste texto. Por outro lado, tentam suprir as assimetrias sociais de infraestrutura de rede de banda larga e fibra óptica, nestas regiões a partir da utilização de celular para o acesso à *internet*, à proporção que, o Norte, em 2013, detinha 75,4% de utilização da *internet*. Paradoxalmente, a pesquisa TIC Domicílios traz a seguinte realidade, a saber:

A proporção de domicílios onde há pelo menos um telefone celular permaneceu inalterada entre o quarto trimestre de 2018 e o quarto trimestre de 2019: 93,2%. Por outro lado, caiu de 31,6% para 28,4% a proporção que tem telefone fixo. No mesmo intervalo de um ano também diminuiu a presença de microcomputadores nos lares brasileiros, de 43,4% para 41,7%. Por fim, a proporção de residências no Brasil com tablet caiu de 13,8% para 12,5%. (PNAD/TIC, 2018, p. 1).

Nota-se que, o uso da *internet* passa de forma efetiva pela política econômica adotada pelo estado brasileiro. A política de crescimento econômico não caminhou em sintonia com o desenvolvimento social, que, está diretamente inter-relacionado com a criação de empregos, redução de juros, carga tributárias sobre os produtos e equipamentos tecnológicos importados e/ou fabricados no Brasil, que, influenciam na aquisição de aportes tecnológicos pela sociedade, principalmente, pelas minorias sociais, à proporção que, é necessário compreender, o Marco Civil da *Internet* do Brasil, especialmente, o artigo 6 que visa a promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural, considerando, sobretudo, os seguintes artigos e suas relações com os usuários, no que diz respeito aos direitos e deveres na rede, a saber:

artigos 7º e 8º, quando dispõe sobre direitos e garantias dos usuários. O artigo 24 estabelece, como diretrizes para o desenvolvimento da *internet* no Brasil, entre outros: **o estabelecimento de mecanismos de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com a participação do governo, setor empresarial, sociedade civil e comunidade acadêmica; o desenvolvimento de ações e programas de capacitação para o uso da *internet*, além da promoção da cultura e da cidadania.** Esse artigo está em consonância com o braço desenvolvimento de políticas (policy development) e educação e capacitação (education and capacity building) (Jorente *et al*, 2016, p. 8, grifo nosso).

Segundo os autores, supracitados, o Marco Civil vai possibilitar que ocorra o desenvolvimento inteligente de programas de *internet*, mais efetivos, não envolvam simplesmente implantar equipamentos tecnológicos, mas que sejam construídos sobre três pilares fundamentais:

♣ **infraestrutura humana:** os técnicos engajados, educados e treinados que criam, ocupam e mantêm redes em nível regional e local;

♣ **infraestrutura técnica:** as redes, conexões, roteadores e outros tipos de hardware sobre o qual a *internet* funciona, e por meio do qual o que está desconectado se torna conectado;

♣ **infraestrutura de governança:** as estruturas, guias e regras que promovem o uso da *internet*, inovação e expansão. (Jorente *et al*, 2016, p. 8, grifo nosso).

Porém, faz-se necessário compreender que, sem uma devida oferta, ou melhor, uma garantia de infraestrutura de rede de banda larga e/ou 5G no contexto dessas três dimensões, o fomento de programas de desenvolvimento de inteligência pode ficar apenas no campo teórico, na promessa política de governos, como a implantação da quinta geração da *internet* em todo território brasileiro, assim, como aconteceu com a Lei n.º 12.244 de maio de 2010, que, dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, apesar do avanço histórico para o campo da biblioteconomia no Brasil. Acredita-se que, faltaram comprometimento e protagonismo social da categoria, visando à efetivação desta Lei junto aos estabelecimentos públicos e privados do país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos desta pesquisa. A metodologia da pesquisa é fundamental para que todo estudo possa ser norteado conforme seu problema e hipótese, a fim de que seus objetivos sejam todos alcançados, a partir de escolha adequada do método, técnicas e instrumentos de coleta de dados.

Assim sendo, a ciência é uma construção social, que, envolve atores humanos e não humanos, visando o desenvolvimento da sociedade e, principalmente, busca a resolução de problemas de ordem sócio informacional, sociocultural e sócio político a partir do uso de teorias e procedimentos metodológicos, que, de certa forma, vão dar aporte a práxis científica, isto é, o fazer ciência com procedimento e metodologia da pesquisa.

Pode-se dizer que, não há ciência sem metodologia e sem procedimentos de caracterização e execução, sobre o fenômeno investigado no contexto social. Por fim, o objetivo da metodologia de pesquisa é encontrar soluções embasadas para os questionamentos presentes no trabalho científico. Ela deve estar presente em qualquer estudo de caráter científico como: dissertação de mestrado e tese de doutorado (Lakatos; Marconi, 2003).

A pesquisa científica é um processo de investigação para solucionar, responder ou aprofundar sobre uma indagação no estudo de um fenômeno, que se manifesta na sociedade por diversos motivos. No momento, um dos principais causadores de problemas no âmbito social é o homem motivado por interesses também distintos. Mas, em todo caso, a ciência com seus métodos busca sempre uma saída a fim de manter o equilíbrio dos fenômenos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De caráter exploratório, bibliográfico, descritiva e análise de conteúdo. A pesquisa exploratória tem por objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar finalidade com o campo de estudo. (Gil, 2002). De cunho qualitativo, em termo de [...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (Demo, 1995, p. 32). Bibliográfica, ao

passo que, [...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por conseguirem fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema (Lakatos; Marconi, 2003, p. 157).

De análise de conteúdo, uma vez que fornece um conjunto de técnicas que, permite fazer pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência, cita-se análise de conteúdo como sendo a estratégia escolhida, uma vez que fornecerá um conjunto de técnicas que, permite fazer pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2011). Ademais, representa uma pesquisa descritiva, visto que visa estabelecer uma relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado, sem a manipulação do pesquisador (Llarena, 2015).

A abordagem da Pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativo, pois, segundo Gil (2003), a abordagem qualitativa depende de muitos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Quanto à abordagem quantitativa, tem como a formulação de hipóteses, definições operacionais de variáveis, quantificação nas modalidades de coleta de dados e de informações, e utilização de tratamentos estatísticos, o que não vem a ser o caso desta pesquisa, posto que se trata de uma abordagem predominantemente qualitativa.

No que tange a Natureza da Pesquisa se trata de uma pesquisa básica, desse modo, tenta-se trazer verdades locais sobre as ações de inclusão digital a partir da perspectiva da CoInfo, isto é, aplica-se em certa medida, o conjunto de habilidades e técnicas do processo da CoInfo no objeto investigado. “[...] A aplicação de conhecimentos já disponíveis para a solução de problemas denomina-se pesquisa aplicada. Este tipo de pesquisa pode, no entanto, tanto contribuir para ampliar a compreensão do problema como sugerir novas questões a serem investigadas” (Laville; Dionne, 1999).

Quanto aos Objetivos sob o ponto de vista conceituais, define-se como exploratória, posto que se trata de entender e compreender os elementos constituintes do objeto de investigação. Para Severino (2013) a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Contudo, em segundo momento, a pesquisa pode configurar-se para um viés descritivo, ao passo que, nesta fase, as análises sobre o objeto visam trazer argumentos consistentes, sem intervir neles. Nesse contexto,

cabe dizer que esta pesquisa trabalhou os dados de forma híbrida, porque foram tratados de modo quantitativo e qualitativo. É exploratória, porque visou obter maiores informações de como se configura o objeto informacional na natureza, a partir dessa abordagem.

A Natureza das Fontes da Pesquisa é de abordagem bibliográfica, por utilizar do marco teórico para fundamentar os aspectos teóricos-conceitual da CoInfo, por meio de artigos, livros, teses e dissertações. A natureza das fontes bibliográficas é importante, pois são elas que vão dar subsídios teóricos a fim de se construir um arcabouço teórico consistente. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. E, em certa medida, documental, corroborando a fundamentação teórica.

Universo e Amostra da Pesquisa está voltado na produção científica, artigos de periódicos, recuperados nas bases de dados BRAPCI, Scopus e *SciELO*, de acesso totalmente aberto. O período de coleta esteve voltado para os últimos 10 anos (2009-2021). Desta forma, a pesquisa se desenvolveu a partir do mapeamento dos artigos em periódicos científicos localizados nas bases de dados, supracitadas, a partir dos termos competência em informação e inclusão digital; competência informacional e inclusão digital; competência crítica em informação e inclusão digital. Onde se observou a relação entre os três termos por meio de análise do conteúdo com base nos critérios considerados para esta investigação, tais como: A) Títulos; B) Palavras-chave; C) Abordagens.

Vale afirmar que, para deixar mais detalhado sobre os termos pesquisados nas bases de dados, bem como suscitar qual dos termos a investigação apropriou-se a fim de desenvolvê-la, conforme fora analisado a relação teórica e empírica entre os mesmos. Assim, os termos competência informacional e competência crítica em informação, são delineados, a saber: a competência informacional visa o processo de alfabetização informacional, refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação. Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos.

O termo competência crítica em informação, visa o aprofundamento teórico das perspectivas de avaliação crítica e uso ético da informação e o compromisso prático de engajamento na luta contra as estruturas de poder que sustentam a produção e a

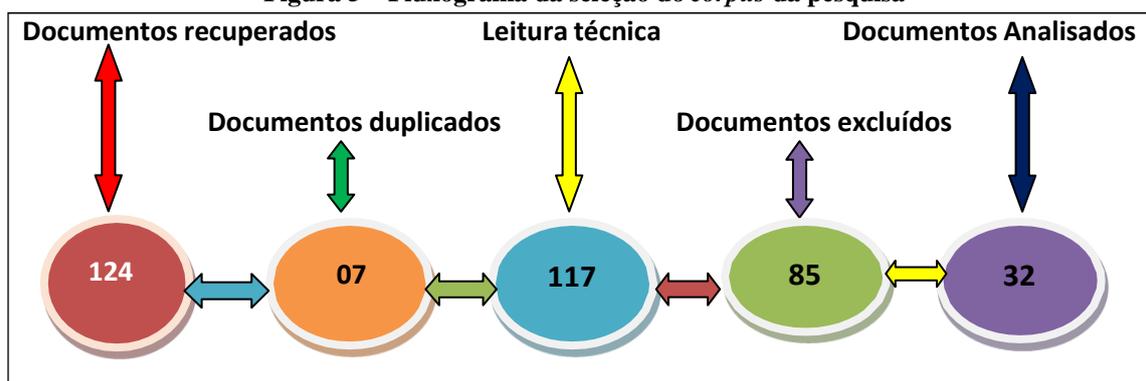
disseminação dominante da informação, criando obstáculos à autonomia informacional e à emancipação social. Portanto, trata-se de uma visão crítica no processo dialógico entre a informação e os sujeitos sociais. Esses critérios envolvem termos refletidos/discutidos, em comum, na competência em informação quanto na inclusão digital, baseados nos autores utilizados para a construção da fundamentação teórica percebeu-se que o termo competência em informação e inclusão digital permite não só observar os domínios de informação como também tecnológico, com vista ao uso e apropriação da informação no ambiente digital, como possibilidade de crescimento econômico e desenvolvimento social, visando a: emancipação política, social, cultural, protagonismo social e informacional. Além de atender os objetivos desta pesquisa e seu marco teórico-empírico, sobretudo, da nossa problemática e proposta de análise.

Quanto aos critérios de inclusão e exclusão no corpus de análise. A investigação adotou a seguinte estratégia:

1. **Critério de inclusão:** artigos de periódicos que apresentasse os termos – competência informacional e inclusão digital; competência crítica em informação e inclusão digital, principalmente, competência em informação e inclusão digital, no título, no resumo e nas palavras-chave de forma direta, como também publicações que abordassem a temática de modo indireto, ou seja, não apresentava no título o assunto, mas tinha os termos no resumo e nas palavras-chave.
2. **Critério de exclusão:** artigos de periódicos, que não apresentasse os referidos termos, no título, no resumo e nas palavras-chave, de forma direta e indireta.

Assim, o levantamento quantificou um universo de 124 publicações recuperadas, 07 foram duplicadas, e em cerca de 117, foi feita a leitura, que resultou na exclusão de 85 artigos, que não estava relacionada com a investigação. Assim, o processo desenvolvido no levantamento da amostragem pode ser visualizado na figura 5.

Figura 5 – Fluxograma da seleção do *corpus* da pesquisa



Fonte: elaborada pelo autor (2022).

Logo, a amostra da pesquisa está constituída por 32 artigos, que se constituem como *corpus*, da análise de conteúdo nos títulos, dos resumos, nas palavras-chave e nas abordagens dos autores desses artigos, que suscita sobre a produção científica acerca da competência em informação e inclusão digital. Contudo, nos critérios de exclusão desta pesquisa considerou relevante para compôr o *corpus* de análise a produção científica minerada nas três bases de dados que realmente trouxesse proposições teóricas e empíricas entre competência em informação e inclusão digital, constatado nos 32 artigos analisados.

3.2 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

Quanto à técnica de coleta dos dados, a investigação utilizou os operadores booleanos AND e/ou OR nos três termos: “competência em informação” AND “inclusão digital” OR “competência informacional” OR “inclusão digital” e “competência crítica em informação” AND “inclusão digital”, a fim de quantificar o número relevante de publicações de artigos de periódicos científicos inter-relacionados a pesquisa. Destarte, a tabela 1, mostra o quantitativo de artigos de periódicos recuperados nas referidas bases de dados: BRAPCI, *Scopus* e *SciELO*.

Tabela 01- Quantitativo de periódicos recuperados por base de dados

BASE DE DADOS	ARTIGOS RECUPERADOS
BRAPCI	37
<i>Scopus</i>	15
<i>SciELO</i>	72

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Quanto aos instrumentos utilizados para coleta de dados, a pesquisa utilizou a página principal de cada base de dados, aplicando os termos acima supracitados. Cabe ainda, ressaltar que a escolha de cada base de dados, deu-se visando atender os objetivos, bem como responder à problemática desta pesquisa, nesse sentido, escolheu-se da BRAPCI, à medida que ela objetiva dá subsídio a toda publicação do campo científico da Ciência da Informação (CI), no Brasil; no que diz respeito à *Scopus*, a pesquisa escolheu esta base de dados, tendo em vista o seu escopo editorial diverso, diferentemente da BRAPCI, que visa à publicação da CI; quanto a escolha da *SciELO*, esta por sua vez, deu-se devido o seu escopo, abrangência e contribuição científica de diversos países latinos americanos. Além de permitir maior número de publicações científicas em língua: portuguesa, inglesa e espanhola, recuperadas e selecionadas em relação às bases de dados BRAPCI e *Scopus*. Assim, a execução dos procedimentos de coleta, deu-se nas seguintes ferramentas:

Base de Dados BRAPCI

A Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, conhecida no campo científico como BRAPCI, tem como objetivo subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação. Nesta base de dados, a investigação encontrou um quantitativo exponencial de artigos de periódicos, quando foi utilizado o operador booleano OR, na recuperação de publicações, que abordassem a competência crítica em informação OR inclusão digital.

No entanto, cabe ressaltar que, diferentemente do operador booleano OR; o operador booleano AND não conseguiu recuperar nenhuma publicação referente ao termo utilizado. Na BRAPCI, estas foram as principais inconsistências encontradas. Por outro lado, tais problemas não foram encontrados na execução dos demais termos: competência informacional e inclusão digital; competência em informação e inclusão digital, utilizando ambos operadores booleanos: AND e/ou OR, o que possibilitou a pesquisa executar o processo de coleta para conteúdo.

Como suscitado, verifica-se que não houve problema na recuperação dos artigos de periódicos, quando utilizou os termos supracitados e conformidade com o operador booleano AND, que permitiu ampliar a busca por publicações, após qualificação da pesquisa. Portanto, na base de dados da BRAPCI, a investigação não encontrou maiores

dificuldades na recuperação de publicações de artigos de periódicos, utilizando o operador booleano AND nos termos: competência em informação e inclusão digital bem como na competência informacional e inclusão digital; exceto, no uso do termo competência crítica em informação e inclusão digital em consonância com o operador booleano AND.

Por fim, vale salientar que, a BRAPCI, é uma base de dados de acesso livre, onde qualquer publicação pode ser acessada sem ter que fazer: login, senha e/ou pagar por alguma publicação que esteja disponível, porém, não acessível, problema que ocorreu na base de dados *Scopus*, conforme apresentado a seguir.

Base de Dados *Scopus*

A *SciVerse Scopus*, conhecida como *Scopus*, é uma base de dados composta por: resumos e citações de artigos de periódicos para jornais e revistas acadêmicas. É uma base de dados da editora Elsevier, que é proprietária também de outros produtos editoriais, como o banco de dados de patentes.

Nesta base de dados, a investigação teve maiores dificuldades no que diz respeito ao acesso aos artigos de periódicos conforme os termos e operadores booleanos utilizados, devido a sua interface. Assim, foi necessário, criar um usuário e senha, direto na página inicial da base, a fim de recuperar as publicações que estivessem inter-relacionadas com os termos, competência em informação e inclusão digital bem como na competência informacional e inclusão digital como também com a competência crítica em informação e inclusão digital. Contudo, destaca-se que a *Scopus* dá outra forma de acesso às publicações. Que pode ser por meio do vínculo institucional.

O principal problema encontrado na base de dados *Scopus*, que chamou a atenção, foi que, dos artigos de periódicos científicos recuperados, todos foram visualizados, porém, a base não permitiu que dois fossem exportados. Desta forma, dificultando a recuperação completa dos artigos de periódicos, como também a leitura técnica e, posteriormente, a análise de conteúdo.

Portanto, acreditamos que, este problema tenha ocorrido, à medida que o acesso à base de dados *Scopus*, bem como o processo de busca dos artigos de periódicos científicos, tenha sido feito por um usuário livre, isto é, que não possui assinatura na editora Elsevier, proprietária da base de dados, mesmo fazendo cadastro na referida base,

o que de fato, não aconteceu.

Pode-se dizer que, o caráter privado e capitalista desta base de dados, trava a recuperação de publicações científicas, mesmo ela ofertando mais mecanismos de busca em relação à BRAPCI, entretanto, o acesso livre ao quantitativo dos artigos de periódicos científicos recuperados, é pífio em relação à BRAPCI, como também em relação à base de dados *SciELO*, como apresentado a seguir.

Base de Dados *SciELO*

A *Electronic Library Online*, conhecida na área acadêmica como *SciELO*, é uma base de dados digital de acesso livre. Tem como objetivo a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. A *SciELO*, tem cobertura científica de 16 países, e, disponibiliza artigos de periódicos científicos em português, espanhol e inglês. Além de manter parceria com diversas instituições de fomento a pesquisa no contexto Latino-Americano e do Caribe. Desta forma, pode-se dizer que, a referida base de dados tem maior cobertura de publicações científicas, em relação à BRAPCI, ao passo que, esta, tem como cobertura científica o contexto brasileiro.

No entanto, compreendemos que, ambas as bases de dados BRAPCI e *SciELO*, possuem algo em comum. As duas bases de dados oferecem acesso totalmente livre a todos os artigos de periódicos. Na *SciELO*, é possível ter acesso aos resumos dos artigos de periódicos nos três idiomas supracitados, o que não ocorre na BRAPCI, contudo, a visualização e o acesso aos artigos de periódicos na referida base de dados, pode ser considerado mais relevante, à medida que sua interface é de melhor acesso e, menos burocrática em relação a *Scupos* e *SciELO*.

Nesta base de dados, a pesquisa não teve maiores dificuldades no processo de recuperação dos artigos de periódicos, bem como na execução dos operadores booleanos. Porém, o principal problema na coleta de dados, foi no processo de exportação dos dados para a planilha Excel. Sendo assim, foi necessário fazer download dos artigos periódicos individualmente, fato, que, tomou muito tempo da pesquisa, sobretudo, no processo de leitura técnica dos artigos de periódicos, a fim de identificar os termos supracitados.

Portanto, cabe, ainda, dizer que do ponto de vista do processo de leitura técnica dos títulos, dos resumos e das palavras-chave dos artigos de periódicos científicos

recuperados nas bases de dados, a *SciElo*, proporciona maiores condições deste processo. À medida que esta base de dados, permite que se observem todos os resumos concomitantemente nos idiomas selecionados, neste caso, publicações de artigos de periódicos científicos em língua portuguesa, inglesa e espanhola, diferentemente, da BRAPCI e da *Scopus*, que, possibilita a leitura técnica também dos artigos de periódicos científicos, no entanto, limita-se ao idioma original, bem como observação de todos os resumos, palavras-chave e acesso livre a todas as publicações recuperadas.

A seguir tem-se as Análises e Discussões dos Resultados. Antes, porém, e, por questão de detalhamento dos procedimentos metodológicos, têm-se a tabela 2, com as bases de dados BRAPCI, Scopus e *SciELO*, como também o quantitativo de artigos de periódicos científicos analisados por base de dados.

Tabela 02- Quantitativo de periódicos analisados por base de dados

BASE DE DADOS	ARTIGOS ANALISADOS
BRAPCI	12
<i>Scopus</i>	08
<i>SciELO</i>	12

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Na próxima seção, discorre-se sobre a análise e discussão dos resultados desta pesquisa. Nesta abordaremos, de forma crítica, a produção científica sobre a temática, que apesar de ser bastante explorada pela comunidade científica, ainda, carecer, contudo, de estudos e pesquisas com viés mais crítico em relação ao processo de inclusão digital na atual conjuntura: política, econômica, social e cultural, principalmente, dentro do campo científico da Ciência da Informação (CI), que, por sua vez, compreende melhor a inter-relação entre informação, conhecimento e sujeito, e, portanto, as nuances que há no fenômeno informacional.

4 ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para o desenvolvimento desta seção, a busca sobre as proposições teóricas e empíricas relacionais entre a competência em informação e inclusão digital nos periódicos científicos se deram nas bases de dados BRAPCI, SCOPUS e SciELO. À medida que o primeiro estágio da pesquisa foi sendo finalizado, partimos para o estágio seguinte, onde a investigação ampliou sua observação para outras bases de dados, a fim de analisar a referida relação entre a competência em informação e a inclusão digital, com vista à construção de um marco teórico consistente e robusto, que, conseguisse subsidiar aos nossos pressupostos e problemáticas, visando atingir os objetivos da investigação, em tela, percorridos.

No que lhe concerne, sobre a técnica de análise de conteúdo, Bardin (2011) descreve três etapas, a saber:

- a) **primeira etapa/pré-análise** - etapa na qual o material coletado é organizado, sistematizando-se suas ideias principais. Nesse momento, acontece o contato inicial com os textos e se realiza a “leitura flutuante”, a formulação das hipóteses e objetivos, e a referência dos índices e elaboração de indicadores;
- b) **segunda etapa/exploração do material** - etapa em que se procede a exploração do material com a definição de categorias e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos. “Consiste essencialmente de operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p. 131); e
- c) **terceira etapa/tratamento dos resultados, inferência e interpretação** - etapa final em que as informações são tratadas por meio de operações estatísticas com vistas a seleção e síntese dos resultados, a partir dos quais são inferidas as interpretações, sobre os artigos de periódicos científicos pós-minerados.

Quanto aos dados referentes aos termos supracitados, estes, por sua vez, foram analisados e sistematizados em 03 (três) quadros. O primeiro quadro traz artigos de periódicos coletados na BRAPCI; o segundo quadro de artigos de periódicos coletados na Scopus; o terceiro quadro de artigos de periódicos coletados na SciELO. Desta forma, estão

apresentados os quadros (6 a 8), as análises dos referidos quadros estão sob o prisma da análise de conteúdo.

Quadro 6 - Artigos de periódicos coletados na BRAPCI que relacionam a inclusão digital e a competência em informação

BRAPCI			
AUTOR/ ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	ABORDAGEM
MEDEIROS NETO (2017)	Uma perspectiva para interseção e união de conceitos e contributos: inclusão digital, competência em informação e literacias digitais	Literacia Digital; Competência informacional; Exclusão digital; União de conceitos; Interseção de conceitos.	A relação entre inclusão digital e inclusão social; a nova educação em rede; aprendizagem ao longo da vida (aprender a aprender); um novo comportamento social; competência infocomunicacional; apropriação da <i>web</i> , após a inclusão digital; a emergência da Organização em redes sociedade (em rede); capacidade de conexão; CoInfo como ascensão social e política
BORGES; OLINTO (2017)	Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social	Ética da Informação. Competência em informação. Exclusão digital.	Ética da informação relacionada à hermenêutica ; a análise das ciências humanas e sociais sobre o fenómeno informacional; dialética da inclusão/exclusão na sociedade contemporânea; competência crítica em informação; nova ordem social, política e econômica ; filosofia da informação como investigação crítica da natureza e princípios básicos da informação; trabalho educativo (construção de uma Sociedade emancipatória e igualitária) .
VITORINO; RIGHETTO; PACKER (2019)	Competência em informação de idosos: um protótipo voltado às suas necessidades de Informação	Competência em informação. Necessidades de informação. População idosa. Grupos socialmente vulneráveis	Competência em informação (como força motriz para a redução da exclusão e digital) ; vulnerabilidade social e competência em informação; regime de informação capitalista (desconsidera os indivíduos fora da zona economicamente ativa); concepção social da Ciência da Informação frente à dinâmica do sistema capitalista.
MARTINS; LUCAS (2019)	Os programas de inclusão digital do Governo Federal sob a óptica da competência informacional	Inclusão digital; competência informacional; governo eletrônico; exercício da cidadania; tecnologia da informação	Crítica à política adotada do governo eletrônico de caráter capacitista; propõe o desenvolvimento de política pública de informação voltada para a competência informacional; crítica às práticas informacionais de viés excludentes da Sociedade da informação (ausência de ética e moral no trato da coisa pública) ; a borda a Competência Informacional: inclusão digital (domínio das ferramentas tecnológicas), inclusão informacional (uso da informação, construção do saber, análise e reflexão do conhecimento, compreensão da informação e tomada de decisão) e inclusão social (desenvolve habilidades sociais, valores individuais e coletivos, atitude ética, moral e política visando o pleno exercício da cidadania ativa).

FEIJÓ; CORRÊA (2020)	O papel dos bibliotecários no desenvolvimento de habilidades e inclusão digitais em bibliotecas universitárias	CoInfo. Bibliotecários e programas de CoInfo. Habilidades e inclusão digital em bibliotecas universitárias.	Reflete sobre a responsabilidade dos bibliotecários de (BU), acerca do fomento de competência digital dos usuários, a passo que esses profissionais prestam serviços de informação de base tecnológica; discute a importância desse profissional em auxiliar a comunidade acadêmica no desenvolvimento de habilidades – evocando a função pedagógica desse profissional no processo de uso da informação no ambiente da <i>internet</i> ; crítica a ausência de CoInfo no bibliotecário de Biblioteca Universitária (BU), pois, trabalham no ambiente de ensino, pesquisa e extensão (onde a cultura de aprendizagem ao longo da vida torna-se uma realidade)
NEVES (2011)	Mediação da informação para agentes sociodigital: o salto	Mediação da informação. Competência informacional. Inclusão sociodigital. Mediação humana. Letramento Informacional.	Perspectiva filosófica (materialismo dialético); crítica à apropriação política do termo (inclusão digital); abordar a inclusão digital para além da disponibilização de acesso a tecnologias (envolve aspectos políticos e sociais da contemporaneidade); reflete a inclusão digital e competência informacional sob o prisma da (inclusão–sociodigital) - Educação/gestão de recursos - físicos (são computadores e internet), digitais (são linguagens, conteúdos, acesso e apropriação da informação), humanos (são os letramentos e a educação com vista à mediação) e sociais (participação das instituições e da comunidade no projeto de inclusão sociodigital).
SANTOS; ALMÊIDA (2017)	O ENVELHECIMENTO HUMANO E A INCLUSÃO DIGITAL: Análise do Uso das Ferramentas Tecnológicas pelos Idosos	Envelhecimento Humano. Idosos. Tecnologias de Informação e Comunicação. Inclusão Digital. Competência Informacional	Perspectiva social da CoInfo - educação e cidadania dos imigrantes/migrantes digitais/idosos digitais); aborda a necessidade de haver CoInfo nas práticas informacionais dos bibliotecários, com vista à inclusão digital de idosos/migrantes digitais; reflete a CoInfo na inclusão digital induzida ajuda a melhorar as condições de vida do cidadão/idoso; Aborda a CoInfo como possibilidade de qualidade de vida dos migrantes digitais/idosos a partir da sociabilidade e interatividade.
AZEVEDO; REIS; LIMA; MACHADO; MIRANDA; LOURENÇO; DUARTE (2011)	Inclusão digital e competência informacional: proposta de abordagem metodológica para estudo de usuários da informação digital	Inclusão digital. Competência informacional. Estudos de usuários	Aborda uma nova metodologia qualitativa para as ações de inclusão digital, competência informacional e inclusão social; relação entre a CoInfo e inclusão e digital em três eixos: 1) ações de inclusão digital voltada para a aquisição de competência informacional; 2) ações de inclusão digital voltada para o alargamento dos serviços de informação utilitárias visando à cidadania e 3) ações de inclusão digital voltada para conteúdos contextuais, linguagem locais e problemas regionais; crítica a visão positiva de estudos de usuários no contexto da inclusão digital nos últimos anos no Brasil.

PERUCCHI; SOUSA (2011)	Competência Informacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba IFPB: um estudo do projeto Pedagógico	Competência informacional. Educação para a competência informacional. Projeto Pedagógico Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologiada Paraíba.	Reflete a CoInfo em quatro dimensões - a primeira: inclusão digital, a segunda: a competência informacional, a terceira: a inclusão social, a quarta: trata-se da CoInfo para o aprendizagem ao longo da vida/educação contínuo; aborda a Teoria Social e a Teoria Crítica nos estudo de CoInfo como força motriz, a fim de compreender as assimetrias sociais
SILVA; A.; SILVA, E (2020)	A reconfiguração do indivíduo derivada do Laboratório de Inclusão Digitale Literacia (LIL)	Autonomia Cidadã; Competência Informacional; Inclusão Digital de adultos e idosos; Laboratório de Inclusão e Literacia (LIL).	Aborda a CoInfo para século XXI, analisando: aspectos comportamentais; e 2 comunicacionais (sociológicos, cognitivos morais e éticos); Aplica o primeiro nível de CoInfo - alfabetização digital como um ambiente informacional; relação entre CoInfo e inclusão digital (comportamento informacional da população idosa); crítica a ausência de políticas públicas de inclusão digital em localidades menos desenvolvidas econômica e tecnologicamente; crítica a falta de Programa e/ou modelo teórico de CoInfo visando nortear as políticaspúblicas no campo da qualificação de idosos; propõe o NACE/Escola do Futuro-USP-Modelo Comunicacional para Mídias Interativas em três aspectos básicos do processo que move todo o sistema: fluxo, conexão e relacionamento.
MARQUES; PINHEIRO (2013)	A CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: foco nas políticas de informação	Cúpula Mundial. Políticas de informação. Sociedade da Informação. WSIS. Políticas públicas de informação. Indicadores de inclusão digital. Competência informacional.	Relação entre CoInfo e Política Pública de informação; Aborda criticamente o Plano de Ação de Genebra elaborado em 2003, - ênfase no desenvolvimento democrático e igualitário da Sociedade da Informação; reflete sobre as políticas de informação, indicadores de inclusão digital e competência informacional produzido por órgão oficiais (IBGE, UTI e FGV); reflete especificamente, sobre Linha de Ação C2-Infraestrutura da informação e da comunicação: fundamento básico da Sociedade da Informação, e C4-Criação de Capacidades.
BRIZOLA; ROMEIRO (2018)	A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO RESISTÊNCIA: uma análise sobre o uso da informação na Atualidade	Competência Crítica em Informação. Ética. Cidadania. Desinformação. Competência em Informação.	Abordagem filosófica, crítica e política da CoInfo no processo de recuperação da informação no ambiente digital; propõe a Competência Crítica em Informação(CCI), como perspectiva teórica dentro Biblioteconomia e Ciência da Informação; reflete a CCI, como ferramenta crítica nas práticas informacionais a partir da perspectiva ética de ambos atores sociais (profissionais da informação e sujeito informacional); aborda os estudos críticos da ética aristotélica nas CoInfos.

Fonte: Dados da investigação, 2022.

Foram minerados 12 (doze) artigos de periódicos que retratam a relação entre

Inclusão Digital e Competência em Informação. Tanto nos títulos, nas palavras-chave, nas abordagens, quanto no corpo dos textos analisados, pode-se perceber que reflexões sobre a vulnerabilidade social, trabalho educativo, exclusão e desigualdade social, uso das TICs estão, fortemente, presentes. Na concepção de Silva *et al.* (2018) com a competência em informação, novas portas se abrem perante as exigências da sociedade, principalmente no final do século XX. O texto de Vitorino; Righeto e Packer (2019) apresenta uma perspectiva crítica da competência em informação e nela, reflete as necessidades informacionais em idosos e a exclusão digital desses cidadãos face à dinâmica imposta pelo sistema capitalista.

Os dois primeiros textos analisados comungam com a visão de Belluzzo (2009) quando afirmam que a competência em informação é um dos pré-requisitos à inclusão digital dos cidadãos em situação de vulnerabilidade e exclusão. Comungam, também, com Cubillos e Silva (2009) ao sinalizarem que o processo de inclusão digital se dá pelo incentivo da aprendizagem contínua (aprender a aprender) e aquisição de competências específicas que ajudam na utilização crítica das TICs. Desta forma, para Silva *et al.* (2018) a competência em informação contribui com as pessoas ao longo da vida e em todos os seus contextos. Para tanto, apresenta-se logo abaixo o quadro 7, com os artigos de periódicos analisados na base de dados da *Scopus*.

Quadro 7 – Artigos de periódicos na SCOPUS que relacionam a inclusão digital e a competência em informação

<i>SCOPUS</i>			
AUTOR/ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	ABORDAGEM
SILVA; OLINTO (2015)	Tecnologías de la información y comunicación, competencia en Información e inclusión social en la biblioteca pública: un estudio de Manguinhos	Biblioteca pública. Tecnología de Información y comunicación. Alfabetización informacional. Biblioteca pública y comunidad. Biblioteca Parque.	Alfabetización en información con el uso de tecnologías de la información y comunicación (TIC) en las bibliotecas públicas; formación del ciudadano/usuario y el rol de los bibliotecarios; relación entre la biblioteca pública y su comunidad local, enfocando las nuevas tendencias de la literatura sobre esta relación; tipos de demandas de los usuarios; participación de la comunidad en la biblioteca de manera intensificada y diversificada.

VITORINO; RIGHETTO; PACKER (2019)	Competência em informação de idosos: um protótipo voltado às suas necessidades de informação	Competência em Informação. Necessidade de informação. População Idosa. Grupos socialmente vulneráveis.	Recurso tecnológico para o atendimento das necessidades de informação de um grupo vulnerável, caracterizado como a população idosa. Criação de um protótipo para dispositivos móveis (smartphones) a fim de atender às possíveis necessidades de informação do referido grupo. Ausência do conjunto de atitudes e habilidades digitais. Premência da competência em informação e sua força motriz <i>lifelong learning</i> para dispor aos grupos socialmente vulneráveis uma real e efetiva inclusão social/digital. . Efetivação do papel social da Ciência da Informação.
CHACÓN; VIVAS; PEÑA (2015)	Caracterización de Competencia Informacional y su Psicología	Educación Superior; Investigación en Ciencias Sociales; Alfabetización Informacional; Desarrollo de	Desarrollo de competencias investigativas, informacionales y lecto-escriturales; na sociedad de la información y centrar su función en tres aspectos: la información, el conocimiento y el aprendizaje - A partir de la convergencia de acciones intencionalmente dirigidas hacia el desarrollo de competencias para el aprendizaje a lo largo de toda la vida.
CHACÓN; VIVAS; PEÑA (2015)	Desarrollo de competencias informacionales en Estrategias de intervención	Alfabetización informacional; Competencias informacionales; Estudiantes universitarios; Enfoques teóricos; Modelos de desarrollo de la competencia informacional; Estrategias de intervención.	La historia de la Ciencia de la Información, permite identificar los diversos enfoques que han orientado las acciones dirigidas al desarrollo de estas competencias: objetivista, cognitivista e histórico cultural; La perspectiva objetivista considera que los usuarios adquieren información de fuentes reconocidas por una autoridad; La segunda perspectiva, destaca el lugar de los aprendices como pensadores activos y constructores de significados y busca desarrollar habilidades instrumentales para acceder, evaluar y usar información con sentido para los usuarios; La tercera perspectiva, [...] introduce el concepto de competencia informacional como práctica con dimensión social y cultural; hace énfasis en la relación entre su desarrollo y la formación de un sujeto social capaz de asumir conciencia tanto crítica como ética a la diversidad y complejidad de factores culturales que median el acceso a la información y la información misma; En los últimos cinco años dos enfoques han orientado la investigación y la intervención sobre competencias informacionales: el enfoque cognitivo y el sociocultural.

DÍAZ (2015)	Diagnóstico de las competencias informacionales en Ciencias de la Información desde percepción del estudiante de la Universidad de la Habana	Competencias informacionales; Ciencias de la Información.	Reflexiona acerca de la importancia que dan estos estudiantes a las competencias informacionales y su nivel de destreza, así como también las necesidades de aprendizaje; ofrecer un diagnóstico de la impresión que tienen los estudiantes de CI de la Universidad de la Habana sobre su motivación y dominio de las competencias informacionales, así como las vías de adquisición de las mismas
ARAÚJO; REINHARD (2015)	Factors influencing the use of electronic government	E-Government, Capability Approach, Digital Inclusion, Tele-centers.	Reflection of definition of public policies for digital inclusion (in this case, the usage of e-gov services); reflection on problem to the dichotomy between having or not having access to computers and the <i>internet</i> is an oversimplification has a technological determinism bias; addresses the use of <i>internet</i> to improve the provision of government services to citizens, information and democratic participation (active citizenship, protagonism and social conscience); highlight home access to the <i>internet</i> contributes to the increase of citizens' e-literacy, also in the lower social classes and has also an impact on their e-gov use
VIVAS; CASTAÑEDA -PEÑA; BARBOSA- CHACÓN; MELO (2015)	Fenomenografía de competencias informacionales: perfiles y transiciones	Competencia informacional; Comportamiento informacional; Alfabetización informacional; Fenomenografía	Competencia informacional (CI) enmarcada en una perspectiva sociocultural - a las trayectorias históricas y culturales de los usuarios de información; presenta en la definición de CI cuatro modalidades propuestas a saber: (a) potencializante, se refiere a las concepciones del sujeto sobre el conocimiento y la forma de llegar a conocer; (b) virtualizante, identifica las motivaciones que mueven al sujeto a actuar y que se manifiestan en los argumentos para realizar y perseverar en una tarea; (c) actualizante, corresponde al conocimiento del sujeto sobre qué hacer y cómo realizar una acción de búsqueda de información y; (d) realizante, entendida como la ejecución del sujeto al hacer uso de fuentes de información y se expresa en la forma cómo apropia información, y cómo comunica la elaboración que hace a partir de esta.

SANTOS; BORGES; PIRES; FERREIRA FILHO (2015)	Gestão da inovação e ampliação da inclusão sociodigital: uma análise da aplicação do Balanced scorecard no Progrma Navega Pará	Programa Navega Pará, Inclusão digital, Planejamento estratégico, Balanced Scorecard.	Aborda o processo de inclusão digital sob a perspectiva da inclusão sociodigital; reflete a questão sociodigital como condição necessária para oportunizar pessoas ao mercado de trabalho impulsionar melhor qualidade devida e liberdade social; reflete a inclusão digital como uma política vital no combate a redução da pobreza, a partir da capacitação e uso da informática e da internet (analfatismo digital) ; aborda, ainda,o Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta metodológica em quatro perspectivas: financeira, do cliente, interna e de crescimento e aprendizado
---	---	---	--

Fonte: Dados da investigação, 2022.

Na Base Scopus foram analisados 08 (oito) artigos de periódicos, que abordam a relação entre competência em informação e inclusão digital de maneira prática, admitindo a necessidade da conversa entre os dois termos. No entanto, constatou-se que, teoricamente, essa relação não foi efetivada por nenhum dos autores dos textos analisados. Mesmo por Vitorino, Righetto e Packer (2019), enquanto autores de duas das publicações mineradas. Assim, presume-se que, voltaram apenas aos seus interesses de investigação, não abordando as práticas da competência em informação e a inclusão digital. Deste modo, observou-se, ainda, que apesar da competência em informação se mostrar como uma possibilidade real de desenvolvimento no contexto de ações e/ou atividades de inclusão digital, fomentado em espaços digitais na contemporaneidade, essa perspectiva ainda é um desafio na era digital.

Os resultados nos mostram que, a comunidade científica e os pesquisadores precisam olhar para esse tema de modo a perceber que se trata de um fenômeno social, que necessita de mais pesquisas, principalmente, sob a perspectiva da competência em informação, posto que, a competência em informação está para além do simples acesso à informação analógica/digital (computadores e dispositivos móveis conectados à internet), a inclusão digital precisa ser voltado para *el enfoque cognitivo y el sociocultural* (Chacón; Vivas; Peña, 2015). Assim, ela pode compreender o sujeito informacional em sua completude psico-sócio-cultural inter-relacionado com a informação e o conhecimento no ambiente digital (Araújo, 2022), se for aplicada e desenvolvida sem preconceito sem viés puramente tecnista ou capacista (Silveira, 2005).

Desta forma, pode-se afirmar que, a inclusão digital só será de fato uma política

pública de inclusão, quando a sociedade entender que o digital por si só, não fomenta o desenvolvimento social, visto que, é necessário haver competência em informação na inclusão sociodigital. Pois o acesso á informação no contexto da inclusão digital é um direito fundamental, e, com tal, precisa ser compreendido com cidadania ativa na era digital. Á medida que o uso da internet melhorar a prestação de serviços governamentais aos cidadãos, informação e participação democrática - cidadania ativa, protagonismo e consciência social (Araújo; Reinhard, 2015). Contudo, tem-se abaixo o quadro 8, com os artigos de periódicos analisados na base de dados *SciELO*.

Quadro 8 – Artigos de periódicos na *SciELO* que relacionam a inclusão digital e a competência em informação

<i>SciELO</i>			
AUTOR/ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	ABORDAGEM
SILVA; JAMBEIRO; LIMA; BRANDÃO (2005)	Inclusão digital eeducação para acompetência informacional: uma questão de ética e cidadania	Inclusão digital; Competência informacional; Letramento informacional; Educação para a competência informacional; Cidadania; Ética.	A forte relação entre: ética, política, educação e cidadania nas ações de inclusão digital, a partir da competência em informação; inclusão digital e competência em informação com foca na informação utilitária (voltada às necessidades básicas das comunidades); inclusão digital e competência em informação com vistas à informação (voltada a trabalho e qualificação profissional); crítica ao modelo de universalização da inclusão digital do governo eletrônico, que não visa à cidadania digital, apenas atende o interesse classe dominante (manipulação social e econômica); inclusão digital, educação/ informação (competência em informação) como política pública; por uma Ciência da Informação (menos positivista/econômica), mas, sim, social.

OBALLE; VITE; CHINGA (2020)	Competências digitais em uma universidade pública peruana	Competência digital; informações; comunicação	Relação entre formação docente e discente (ensino-aprendizagem), voltados à aquisição de metacompetências; competências digitais voltadas à produção de conteúdo a partir da apropriação da informação como domínio maior de (metacompetência presentes na: competência pessoal, competência tecnológica, competência metodológica e na competência social); relação entre competência digital e inclusão digital, a partir do desenvolvimento da cidadania ativa, inclusão social e emprego; relação entre competências, inclusão digital e criticidade informacional; competência em informação como construto teórico para a competência digital; crítica aos planos de ensino ofertados nas universidades descontextualizados da era digital.
ARAÚJO; CARVALHO; OVENS; KNIJNIL (2021)	Competencias digitais, Currículum y formación docente en Educación Física	Habilidades digitais; Educación Física; Formación del profesorado; Currículo.	Relação entre informação, tecnologias e comunicação no âmbito da formação docente (aprender ao longo da vida); defende-se uma formação docente universitária orgânica articulada nas competências digitais (crítica); crítica ao modelo (pedagógico pautado no produtivista), nos modelos tecnicista ou construtivista de formação docente puramente mercadológica de (visão economicista da educação); crítica ao capacitismo presente nos currículos na formação docente, em especial, no Brasil; uso crítico das tecnologias da informação e comunicação por meio da competência crítica em informação; crítica à formação lenta em competências digitais de docentes universitários; crítica à visão instrumental da mídia e tecnologia no contexto da educação e formação inicial dos docentes; crítica ao não enfrentamento de uma (perspectiva crítica dos conteúdos, formas de circulação e relações de poder inscritos nas narrativas midiáticas e dispositivos tecnológicos); perspectiva sociocultural da tecnologia versus perspectiva artefato técnico da tecnologia no contexto brasileiro (lacuna uso responsável e democrático de mídia e tecnologia)

SÁNCHEZ; ROMERO; HERNÁNDEZ (2017)	Nuevos modelos tecnopedagógicos Competencia Digital de los alumnos universitarios	Competencias digitales, innovación educativa, Educación superior, Sociedad de la información. Abstrac	As competências digitais como ação de inclusão igualdade digital (cidadania digital/responsabilidade social das Universidades); A contemporaneidade como vetor de desenvolvimento tecnológico, exige das Universidades novas demandas pedagógicas para (docentes e discentes) em nível global ; relação entre ensino, inovação, informação e produção colaborativa com vistas a uma cultura de aprendizagem com mais (Informação, Tecnologia e Inovação); crítica ao modelo pedagógico arcaico (educação bancária); tem uma perspectiva sobre uma pedagogia hiper conectada, em rede e colaborativa.
ALVAREZ-FLORES (2021)	Uso crítico e seguro de tecnologias digitais por professores universitários	Competência do professor digital; comportamentos de risco; tecnologia digital	Relação entre competência e uso crítico das tecnologias; Perspectiva filosófica, ética e social no uso das tecnologias da informação nas atividades pedagógicas ; relação entre uso crítico das tecnologias (formação e segurança da informação nas redes); competência digital como instrumento/ferramenta para o uso crítico das tecnologias da informação e comunicação; relação entre competência digital e qualificação docente (aprender ao longo da vida)
MACHADO; AMARAL (2021)	Uma análise crítica da competência cultura digital na Base Nacional Curricular Comum	BNCC; Formação de competências; Cultura digital; Tecnologia educacional; Pedagogia crítica.	Perspectiva filosófica sobre a tecnologia e pedagogia crítica sobre os artefatos tecnológicos; crítica sobre os objetos da informação e do conhecimento, visando à autonomia e liberdade de pensamento ; crítica aos simplismos pedagógicos voltado ao capacitismo e tecnicismo tecnológico; concepção freiriana (processo da burocratização da mente), versus uma pedagogia pronta e acabada (concepção do Estado Brasileiro); crítica à Competência Cultura Digital da BNCC

<p>PERIN; FREITAS; COELHO (2021)</p>	<p>Modelo de competência docente digital</p>	<p>Competência docente digital, tecnologia, educação, formação de professores.</p>	<p>Relação entre competências digitais e construtivismo educacional; crítica à perspectiva instrumentalista na educação; relação entre competência docente digital e metacompetência (competências globais); relação entre competência crítica em informação e competência e digital (uso crítico das tecnologias da informação e comunicação); perspectiva crítica sobre os termos (competência digital e alfabetização digital) no contexto educacional; crítica a ausência de competência em informação pelos docentes</p>
<p>PEDRO; CHACON (2017)</p>	<p>Pesquisas na <i>internet</i>: uma análise das competências digitais de estudantes precoces e/ou comportamento dotado</p>	<p>Precocidade. Superdotação. Competências digitais. Pesquisas na <i>internet</i>.</p>	<p>Relação entre cultura digital e nativa digital (precocidade digital/comportamento digital); relação entre competência digital e uso da <i>internet</i> (acesso, busca, seleção, análise, apreensão e uso da informação); forte relação entre competência digital (competência técnica/instrumental e competência em informação/competência crítica em informação (tratamento da informação/aprender a buscar informação desenvolver estratégias de busca e seleção)); crítica à precocidade digital (cultura digital) à margem da competência em informação</p>
<p>QUEIROZ; ARREDONDO (2020)</p>	<p>Presença de competência de ensino digital em programas iniciais de formação em universidades públicas chilenas</p>	<p>de disciplinas Competência de ensino digital; formação inicial de professores; currículo; tecnologia educacional; ensino superior</p>	<p>Forte relação entre competência digital (habilidades digitais/ensino-aprendizagem) e formação docente/tecnologia (metodologias ativas na docência); relação entre formação de professores (aspectos didáticos, metodológicos e pedagógicos) e sociedade digital (práxis educacionais modernos digitais); crítica à política de formação docente digital (não considerou as estruturas sociais, institucionais, regionais e locais); crítica ao baixo número curriculares voltada à formação inicial digital docentes; crítica ao modelo de formação digital docente na América Latina (não atende a realidade da competência digital e competência em informação)</p>

LUCAS; MOREIRA; COSTA(2017)	Quadro europeu de referência para a competência digital: subsídios para a sua compreensão e desenvolvimento	Dig Comp, tecnologias digitais, sociedade digital, educação, formação, emprego, certificação	Forte relação entre competência digital e educação/trabalho; competência digital e inclusão social/cidadania ativa; competência digital trabalho (crescimento econômico sociedade em rede/crescimento competitivo); crítica à concepção funcionalista/tecnicista da competência digital no globo; crítica ao modelo passivo de competência digital europeu (Portugal); relação entre competência digital e uso de forma crítica e criativa/competência de pesquisa (seleção e tratamento informacional); forte relação entre competência digital (habilidades tecnológicas) e pensamento crítico (competências cognitivas/interpretação de mensagens, escolha de mensagens, e articulação de mensagens) ; competência digital com perspectiva (tecnológica cognitiva e ética)
CASILLAS-MARTIN; CABEZAS-GONZÁLEZ; MUÑOZ-REPISO; GOMEZ-PABLOS (2022)	Modelos de Mediação Sociofamiliar no Desenvolvimento Digital	Competências digitais; tecnologia educacional; tecnologia de comunicação; educação de base	Aborda o modelo de competência digital Europeu (DigComp 2.1) centrado em 21 competências digitais (básico, intermediário, avançado e altamente especializado) ; de Educación Obligatoria (12-16 años); crítica ao fosso digital espanhol
BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA (2019)	Competência Crítica em Informação como Crítica a Competência em Informação	Competência crítica em informação. Competência em informação. Teoria crítica. Emancipação social.	Aborda a perspectiva crítica em informação a fim de mitigar possíveis concepções capitalistas, neoliberais e hegemônicas em estudos com base em CoInfo ; crítica à CoInfo tecnicista mercadológica de interesse do mercado e governos; reflete a competência crítica em informação, a partir de bases filosóficas – visando a perspectiva social - a emancipação social dos indivíduos no bojo dos regimes informacionais dominantes

Fonte: Dados da investigação, 2022

Na Base de dados da *SciElo* foram analisados 12 (doze) artigos de periódicos. Assim, como nas demais Bases de dados, BRAPCI e *Scopus*, a relação concreta entre os termos competência em informação e inclusão digital, proposto pela dissertação, não se efetivou teoricamente nas abordagens dos textos analisados.

Contudo, pode-se perceber a partir da Análise de Conteúdo da Bardin (2011), que,

dos textos analisados, apenas (Silva; Jambeiro; Lima; Brandão, 2005) trazem uma abordagem sobre a competência informacional no contexto da inclusão digital, evocando o processo educacional como etapa fundamental para poder haver a competência informacional no contexto digital. Corroborando com a concepção de Oliveira e Castro (2017), quando se posicionam sobre as práticas de censura nas unidades de informação, imputando a inclusão socioinformacional e digital dos usuários. Contexto, no qual está relacionado especificamente a dimensão técnica e política da competência em informação abordada por Vitorino e Piantola (2011).

Para os autores, no cenário da cultura digital é imprescindível possuir criticidade, visando à atitude cidadã, proativa e positiva no que tange ao comportamento socioinformacional dentro do ambiente digital. Principalmente, no processo de transmissão e transferência de informação de forma ínfima e em larga escala. Neste contexto, Machado e Amaral (2021) abordam a necessidade de perspectiva filosófica sobre a tecnologia, e, pedagogia crítica sobre os artefatos tecnológicos. Diante dos regimes de informação há que se ter uma visão crítica (González de Gómez, 2003; Freire, 1997), a fim de se romper com a tecnologia do opressor sobre o oprimido (Nemer, 2021), como também de vigilância, racista e neoliberal (Silveira, 2004). No cenário de capitalismo informacional, bem como de vigilância no ambiente das TIC 's, evoca-se a necessidade de se apropriar da competência crítica em informação (CCI) conforme apontam (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2019).

À medida que o uso e apropriação da CCI, a partir da base filosófica e epistemológica, os sujeitos percebam que as informações, as tecnologias não são neutras, e, desta forma, precisam ser analisadas, selecionadas e aplicadas sob o prisma da economia política, como também do materialismo histórico e da pedagogia crítica no contexto da era digital.

No entanto, o texto de Silva, Jambeiro, Lima e Brandão (2005), apesar de ser produzido e publicado há mais de uma década, o mesmo traz reflexões que precisam ser levadas em considerações, visto que, a competência em informação voltada para a inclusão digital é uma questão: política, ética e moral, enquanto a cidadania digital deve passar pela universalização da *internet* (acesso à informação digital), portanto, passa pela agenda dos governos e, principalmente, pelas políticas públicas de informação, a fim de atender a todas as camadas da sociedade. Desta forma, corroborando com a perspectiva de Vitorino e Piantola (2011), quando reflete a CoInfo a partir da dimensão ética e política

no contexto brasileiro, por entender que, a efetivação deste processo perpassa por participação da sociedade enquanto cidadania ativa.

Nessa perspectiva, pôde-se perceber que os demais textos, no contexto da América Latina, que suscitam em torno da necessidade de haver uma competência digital tanto de docentes, como de discentes no âmbito das Universidades. Para Alvarez-Flores (2021) é preciso existir o (uso responsável das tecnologias da informação nas atividades pedagógicas) ao passo que o comportamento informacional é parte fundamental para a concretização da competência digital com consciência e possa ser efetivada, não de forma passiva, mas de modo crítico no uso da informação digital. Neste contexto, Oballe, Vite e Chinga (2020) afirmam que os planos de ensino ofertados nas universidades descontextualizadas da era digital, de forma que o desenvolvimento de competência digital nesta perspectiva visa tão somente um capacitismo (tecnicismo educacional/educação bancária) de atores estratégicos para o fomento de competências de tratamento informacional que a sociedade global tanto necessita.

No Brasil, a competência digital é compreendida dentro da cultura digital como lastro maior desse fenômeno, no ambiente educacional. Que na visão de Machado e Amaral (2021) não tem uma perspectiva filosófica sobre a tecnologia e pedagogia crítica sobre os artefatos tecnológicos - visando a autonomia e liberdade de pensamento no espaço educacional brasileiro, sobretudo, na Base Nacional Curricular Comum. No contexto europeu, em especial, em Portugal, a competência digital ainda não é uma realidade como aparenta ser.

De acordo com Lucas, Moreira e Costa (2017) a competência digital dos estudantes de Portugal, apresenta ausência de habilidades tecnológicas e de pensamento crítico em informação (competência cognitiva/interpretação de mensagens, escolha de mensagens, e articulação de mensagens). Contudo, faz-se necessário deixar claro que, a competência digital praticada tanto no âmbito latino americano como no contexto europeu, ela tem de ter uma perspectiva informacional, onde requer domínios tecnológicos, bem como de informação e, sua relação com o contexto social.

Portanto, a ausência desses elementos implica justamente no entendimento sobre a competência digital, apenas sob o prisma tecnicista e funcional, sem visão crítica de mundo globalizado, onde, nem tudo, nem todos estão dentro da rede global. Logo, a rede precisa funcionar com todos e para todos. E, neste sentido, tem-se o quadro 9, com os atributos necessários da competência em informação que podem promover o processo de

inclusão digital dos sujeitos, diante dos regimes da informação, desinformação, *fake news*, infodemia, guerra híbrida entre outros movimentos da sociedade hiperconectada, que afeta a vida de todos independentemente da sua classe social (rico ou pobre, preto ou branco), todos estão dentro do processo de exclusão/digital, de vulnerabilidade social, de atores e territórios historicamente excluídos dos bens e serviços produzidos pela sociedade.

Vale destacar que a construção do quadro abaixo constitui-se a partir da análise de conteúdo nos achados científicos, nas três bases de dados: BRAPCI, *Scopus* e *SciELO*, desta forma, a pesquisa visa atender um dos objetivos específicos, que é justamente **propor atributos de competência em informação que promovam a inclusão digital** nas ações e atividades no âmbito do acesso à informação e o conhecimento no contexto da penetrabilidade da *internet*.

Quadro 09 - Atributos de competência em informação que promovem a inclusão digital

BASES DE DADOS	Atributos teóricos e empíricos para haver inclusão digital na era digital
BRAPCI	<p>entender a competência em informação como ascensão social, política, cultural e informacional dos sujeitos excluídos</p> <p>Adotar a ética da informação visando à construção de uma sociedade emancipatória e igualitária das minorias sociais no Brasil</p> <p>abordar a competência em informação como força motriz para a redução da exclusão e digital, (...) frente à dinâmica do sistema capitalista hegemônico global</p> <p>desenvolver política pública de informação voltada para a competência informacional no contexto da inclusão digital no âmbito mundial</p> <p>executar a competência em informação para bibliotecário de biblioteca universitária (BU), considerando o ambiente de ensino, pesquisa e extensão das Universidades</p> <p>adotar a inclusão digital e competência informacional sob o prisma da (inclusão sociodigital), envolvendo aspectos políticos e sociais da contemporaneidade</p> <p>incluir a competência em informação nas práticas informacionais dos bibliotecários, com vista à inclusão digital de idosos/migrantes digitais, a fim de melhorar as condições de vida do cidadão/idoso</p> <p>desenvolver a competência em informação e inclusão e digital em três eixos: 1) ações de inclusão digital voltada para a aquisição de competência informacional; 2) ações de inclusão digital voltada para o alargamento dos serviços de informação utilitárias visando à cidadania e 3) ações de inclusão digital voltada para conteúdos contextuais, linguagem locais e problemas regionais</p> <p>abordar a Teoria Social e a Teoria Crítica nos estudos de competência em informação, a fim de compreender as assimetrias sociais causados pelo modelo de produção de riqueza centralizado</p> <p>competência em informação para Século XXI – considerando e analisando os aspectos comportamentais; e comunicacionais (sociológicos, cognitivos morais e éticos) da era digital</p> <p>abordar o Plano de Ação de Genebra 2003, com ênfase no desenvolvimento democrático e igualitário da Sociedade da Informação, a partir das políticas de informação, indicadores de inclusão digital e competência em informação (habilidades informacionais, competências operacionais/tecnológicas e infocomunicacionais/comunicar e informar de</p>

	forma coerente)
	desenvolver estudos críticos da ética aristotélica nas competências, como a perspectiva crítica e teórica dentro Biblioteconomia e Ciência da Informação
<i>SCOPUS</i>	
	compreender a Ciência da Informação, neste contexto, sob quatro modalidades, a saber: (a) potencializando, se refere a las concepciones del sujeto sobre el conocimiento y la forma de llegar a conocer; (b) virtualizante, identifica las motivaciones que mueven al sujeto a actuar y que se manifiestan en los argumentos para realizar y perseverar en una tarea; (c) actualizante, corresponde al conocimiento del sujeto sobre qué hacer y cómo realizar una acción de búsqueda de información y; (d) la ejecución del sujeto al hacer uso de fuentes de información y se expresa en la forma cómo apropia información.
	addresses the use of internet to improve the provision of government services to citizens, information and democratic participation (active citizenship, protagonism and social conscience)
	compreender que La historia de la Ciencia de la Información, permite identificar los diversos enfoques que han orientado las acciones dirigidas al desarrollo de estas competencias: objetivista, cognitivista e histórico cultural; La perspectiva objetivista considera que los usuarios adquieren información de fuentes reconocidas por una autoridad.
	abordar a sistformación del ciudadano/usuario y el roldelos bibliotecários; relación entre la biblioteca pública y sucomunidad local, enfocando las nuevas tendencias de la literatura sobre esta relación; tipos de demandas de los usuários; participación de la comunidad en la biblioteca de manera intensificada y diversificada
<i>SciELO</i>	
	universalizar a inclusão digital à margem da visão dos interesses políticos partidários, tecnicistas ou até mesmo das instrumentalistas
	fomentar a aquisição de compeência em informação na formação do corpo docente e discente no processo de ensino-aprendizagem
	desenvolver uma formação docente e discente orgânica - uso crítico das tecnologias da informação e comunicação por meio da competência crítica em informação
	compreender a contemporaneidade como vetor de desenvolvimento tecnológicos, exigindo igualdade digital – cidadania digital e responsabilidade social das Universidades
	adotar perspectiva filosófica, ética e social no uso das tecnologias (uso responsável das tecnologias da informação nasatividades pedagógicas)
	abordar a concepção freiriana como crítica a educação tecnicista e bancária dominante
	compreender o modelo de competência em informação Europeu (DigComp 2.1) centrado em 21 competências digitais (básico, intermediário,avançado e altamente especializado)

Fonte: elaborado pelo autor 2023.

A construção deste quadro 3, foi necessário para dialogar com o último objetivo específico desta dissertação. Desta forma, ver-se que este objetivo foi alcançado. Desta forma, pose-se afirmar, a partir da constituição do presente quadro de atributos teóricos e empíricos, que a inclusão digital praticada atualmente não possa de um simples acesso às tecnologias de informação e comunicação na contemporaneidade. Assim, para haver inclusão digital na Era Digital a aplicação e o desenvolvimento desses atributos torna-se uma condição necessária diante de uma possível tecnologização da humanidade, bem como dos aspectos simbólicos da informação e do conhecimento no contexto socio informacional dos sujeitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, observou-se que a competência em informação pode contribuir para a constituição do protagonismo social e inclusão digital. Os textos analisados, neste trabalho, enfocaram a necessidade de uma ruptura com as práticas informacionais de caráter funcionalista e a necessidade daquelas que influenciam criticidade e atitude junto aos processos sociais de direitos e inclusão digital, sobretudo, no contexto dos processos informacionais tecnológicos, da sociedade em rede. O comportamento: político, ético e moral do bibliotecário, cientista da informação entre outros profissionais da informação são necessários para a efetivação de competência em informação no contexto da informação e do conhecimento no ambiente da *internet*, principalmente, nas ações de inclusão digital.

Pois bem. Dito isto. Pode-se afirmar que o objetivo geral desta dissertação foi alcançado por que ao estudar a produção científica competência em informação e inclusão digital nas bases de Brapci, *Scopus e SciELO* constatou-se a partir dos achados científicos, que há relação teórica e empírica entre termos e que ambos concretizam-se prática infocomunicacional, de modo, ético, moral, político e responsável dos profissionais da informação, em especial, de bibliotecários de caráter orgânicos – consciente de sua função social frente aos desafios e perspectivas do presente século.

Assim, ao mapear a produção científica nessas bases de dados sobre a competência em informação e inclusão digital percebeu-se que os pesquisadores estão preocupados com a temática tanto no âmbito nacional como internacional. Contudo, observou-se que é preciso haver mais produção científica voltada para o contexto da competência em informação e inclusão digital no contexto brasileiro, visando outras realidades.

Ao verificar a produção científica que apresentava proposições teóricas e empíricas entre a competência em informação e inclusão digital, percebeu-se que elas ratificam que para haver inclusão digital, faz-se necessário existir competência em informação no processo de acesso, busca, seleção, uso e apropriação da informação no ambiente da *internet* e, que a aquisição de competência em infomação é uma condição necessária no contexto digital.

Logo, ao discorrer sobre as proposições teóricas e empíricas que envolvem a

competência em informação e inclusão digital, evidenciou-se a evolução da competência em informação em nível internacional. No Brasil, vem sendo teorizado e ganhando corpo teórico e metodológico, a fim de atender as especificidades do território brasileiro e sua diversidade cultural, social e informacional distinta de outros países. De certo que, ao relacionar as competências necessárias visando fortalecer o processo de inclusão digital, percebeu-se que diante do fenômeno informacional – a informação no espaço digital é preciso pensar o desenvolvimento da competência em informação e inclusão digital para além do consumo de informação e conhecimento disponível na internet. É, necessário haver competência técnica, política e moral de todos os atores envolvidos neste processo nos espaço informacional, tradicional ou não.

Deste modo, Araújo (2022) reflete bem a nossa perspectiva em busca de um protagonismo social e inclusão digital com vista à justiça social no campo da Ciência da Informação em tempos complexos como os dias atuais. É preciso deixar claro que: em primeiro lugar, a inclusão digital não se efetivará para todos e com todos, apenas com a distribuição de equipamentos tecnológicos de concepção tecnicista e de capacitismo dos sujeitos que estão dentro desse contexto, bem como de parceria entre o poder público e os demais setores com vistas apenas no consumo de tecnologias e dispositivos digitais móveis.

Em segundo lugar, trata-se de um processo que está para além de se ter acesso à *internet* e produtos informacionais disponíveis, enquanto as práticas dos atores envolvidos nesse processo, devem ser pautadas com base na ética, moral e cidadania. Em terceiro lugar, para se construir uma Sociedade da Informação, deve-se antes de tudo, ser e agir na ética, ao passo que a construção de cidadão passa pelo livre acesso à informação para apropriação de informação transmitida e transferida pelas tecnologias da informação e comunicação.

Contudo, pode-se dizer que, de certo modo, a corrida pela construção de uma Sociedade da Informação no Brasil, ocorrida nos anos 2000, não possibilitou a tão sonhada Sociedade. Posto que, ainda há muitos sujeitos à margem dessa sociedade, que a cada dia vem se consolidando como uma sociedade também da exclusão social e digital. Ora, a *internet* é um ambiente de informação complexo para quem não tem familiaridade ou capacitação na busca e recuperação da informação. Dessa forma, fica claro que a inclusão digital não é uma simples questão que se resolve comprando computadores para a população de baixa renda e ensinando as pessoas a utilizar esse ou aquele software.

Paradoxalmente, o principal desafio da competência em informação na conjuntura atual está centrado nos processos de exclusão digital sistêmica em escala global, enquanto houver essa lacuna, ou seja, minorias sociais fora do acesso e uso da informação no ambiente, lugar de cidadania digital, não há Sociedade da informação, tendo em vista que lhes faltam os atributos característicos como da ética, da moral, da consciência cidadã e do caráter sociopolítico.

Nesse aspecto, acreditamos que a investigação é relevante ao pretender contribuir para alcançar as perspectivas elucidadas nas constatações acima. À proporção que, um dos maiores bens que uma determinada sociedade pode deixar como legado cultural é o pleno exercício da cidadania, da ética e da moral, a partir de ferramentas e dispositivos legais, que garantam a todos a capacidade de acesso, independentemente de sua estrutura social, econômica, política e informacional.

Nessa perspectiva, corroboramos com Carvalho (2010 *apud* Silva; Ottonicar; Yafushi, 2017), quando afirmam que, o sistema político brasileiro de inclusão digital deve, portanto, privilegiar espaços (bibliotecas, arquivos, museus, telecentros, pontos de culturas) entre outros ambientes de ensino-aprendizagem capazes de desenvolver a competência em informação por meio das ações de inclusão digital e, por fim, a apropriação da informação no meio digital, como conquista da cidadania ativa e consciente de todos e para todos.

Pode-se afirmar que, de certo modo, a corrida pela construção de uma Sociedade da Informação no Brasil, ocorrida nos anos 2000, ainda está em processo, necessitando frisar que a inclusão digital não pode ser compreendida apenas como sinônimo de instalações e uso de computadores pela população de baixa renda, e sim como um instrumento aplicado ao desenvolvimento político, econômico, cultural e informacional, potencializando, portanto, a capacidade de criticidade sobre a realidade social em que o indivíduo está inserido, no sentido de contribuir para sua transformação social.

Pois, conforme o nosso marco teórico a aquisição de competência em informação pode ser estratégico para o desenvolvimento social dos vulneráveis no combate à perspectiva de um estado de miserabilidade sistêmica construído pela visão neoliberal, e, executados a contento em países em desenvolvimento como o Brasil, onde a exclusão social e digital, é um desafio para o campo da Ciência da Informação CI, enquanto, a abordagem social da informação com a cidadania ativa, política e social, possibilita haver uma justiça social, um protagonismo social dos cientistas da informação e

bibliotecários, e, principalmente, uma justiça epistêmica a fim de beneficiar os sujeitos sociais em relação à apropriação e uso das informações e compreensão dos fluxos informacionais de maneira crítica e responsável socialmente.

Notadamente, em contextos sociais mais críticos da sociedade contemporânea, como nos sujeitos sociais: negros, mulheres, idosos, comunidades LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais), as políticas públicas de Estado são inexistentes há mais de uma década no país. E, dessa forma, o padrão social da contemporaneidade é predominantemente excludente e nos impulsiona, cada vez mais, para o aumento das desigualdades sociais, econômicas, culturais e informacionais (Righetto; Cunha; Vitorino, 2018) uma vez que a informação também é instrumento de manipulação, portanto, não existe democracia sem acesso, uso e apropriação da informação.

É necessário compreender que, em tempo de pós-verdade, desinformação, *fake news*, negacionismo, movimento anti-ciência, entre outras contradições da contemporaneidade, a CoInfo emerge à medida que [...] não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional e o maior problema da inclusão social e [digital] não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação (BORGES, 2005, p. 58). Na nova economia, isto é, [da informação] não basta dispor de uma infraestrutura moderna de comunicação; é preciso competência para transformar informação em conhecimento. É a educação o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que as pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e assim garantir seu espaço de liberdade e autonomia.

A dinâmica da sociedade da informação requer educação negreçada de qualidade e continuada ao longo da vida, que permita ao indivíduo não apenas acompanhar as mudanças tecnológicas, mas, sobretudo, inovar. Pois diante, dos novos cenários e tendências estabelecidos pelo sistema hegemônico, que, imputa e alija as minorias sociais em detrimento de um acúmulo de riqueza e poder sem escrúpulos. Devido ao novo sistema capitalista de produção pautado no uso da informação pelo sistema de poder, que, por sua vez, exclui as camadas mais pobres do mundo, como se viu ao longo do texto.

Cabe ainda, destacar que, no continente latino americano, os estudos voltados para a competência em informação no ambiente digital, vêm sendo desenvolvidos no contexto das universidades, envolvendo docentes e discentes, a fim de saber as competências digitais desses atores frente ao paradigma informacional – denominado de

informação, que, ao longo dos séculos torna-se cada vez mais relevante para o crescimento econômico e social.

Por isso, Belluzzo (2021), evoca a necessidade de aquisição de competência em informação para oséculo XXI, contexto que exige o domínio cognitivo (pensamento estratégico e crítico da realidade social, política, econômica, cultural, educacional e informacional), o domínio intrapessoal (capacidade de lidar com as emoções e comportamentais para atingir os seus objetivos) e o domínio interpessoal (conjunto de habilidades que permite expressar ideias, pensamentos com as pessoas, grupos, coletivos entre outros), em outras palavras, trata-se do processo de competência em informação e midiática.

No entanto, o dinamismo da contemporaneidade é um fator preocupante, pois, ao mesmo tempo, ele evoca essa necessidade de competências, também, não dá as devidas condições estruturais e informacionais para que programas de competência em informação sejam implantados de forma sistêmica e contínua nas diversas facetas sociais, pois, o mais importante é que, não exista, acesso, uso e apropriação da informação e do conhecimento. E, desta forma, imputa os programas e projetos de envergadura social em detrimento do consumo de tecnologia puramente passivo, sem uso crítico (Bezerra, 2022; Nemer, 2021; Silveira, 2005).

A inclusão digital é uma questão de cidadania, que, na cultura digital exponencial necessita de aquisição de CoInfo, pois, diante do grande volume de informação e conhecimento no ambiente digital, evoca-se outras habilidades para além da capacidade de ligar um computador e usar ferramentas de informática. Na contemporaneidade, ter competências em informação e digitais é necessário, posto que, assim como a informação não é neutra, a tecnologia também não é, à proporção que, no contexto de fluxo informacional contínuo como da penetrabilidade da *internet*, a CoInfo é premente, no presente século.

E, como bem disse Feijó e Corrêa (2020), na conclusão do seu estudo sobre a CoInfo no contexto da biblioteca universitária, torna-se uma responsabilidade social e pedagógica do bibliotecário universitário, devido o caráter de ensino, pesquisa e extensão das Universidades. O fato de muitas pessoas estarem de posse de um dispositivo celular conectado à *internet* não significa que a exclusão digital seja algo já ultrapassado, vencido. Os esforços em relação à inclusão na sociedade digital ainda são necessários, como visto, até mesmo no ambiente, trata-se de uma posição: política, ética, moral, bem

como de justiça social e epistêmica.

À medida que, independentemente da classe social ou necessidade informacional, é preciso levar a informação à sociedade e ensiná-la a usar a informação, tanto no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico como para o seu desenvolvimento social e humano propriamente dito (Tarapanoff, Suaiden, Oliveira, 2002, p. 2). A pandemia de Covid-19 no mundo revelou o abismo social e digital no país, como também, mostrou a necessidade de competência em informação de profissional de informação, professores e alunos de modo geral, bem como dos desprovidos de acesso à educação de qualidade e equitativa, pois, são os negros e pardos das classes C, D e E, que, acessam a informação e o conhecimento digital por meio de seu smartphone.

Na crise sanitária do Coronavírus, ficaram sem acesso à *internet* por dados móveis conexão via 2G, 3G e 4G, pois, o sinal de 5G, não é para todos; é um privilégio das classes A e B, como se constatou na *seção 2.1.4*, que, nos faz refletir que, o quanto o capitalismo informacional impacta no processo de desenvolvimento social. Daí a importância de fomentar a CoInfo nas ações de inclusão digital de forma colaborativa e em rede, como modelo de protagonismo (consciência e resistência social); ao sistema neoliberal por detrás do uso passivo das tecnologias da informação e comunicação, que, fixou sua lógica de exclusão social e digital com a partir do novo paradigma informacional, isto é, o consumo de informação e de conhecimento por uma grande parcela da sociedade que, na verdade não está incluso socialmente e digitalmente, pois, é necessário haver **competências digitais** (capacidade de distinguir o virtual/digital do mundo real e ver as conexões entre esses dois domínios, usar os serviços básicos e avançado da *internet* como suporte à criação e à inovação) e **habilidades informacionais** (ser crítico e reflexivo com as informações e conhecimentos acessadas, recuperadas, selecionados e utilizadas no cotidiano/dia a dia), sem o domínio destas competências, somos apenas consumidores de tecnologias e de informação. E, desta forma, contribuímos cada vez mais para o crescimento da perspectiva hegemônica no latino americano, sobretudo, no Brasil, país de muitas realidades e diversas assimetrias sociais específicas.

Acreditamos que, é necessário um grande movimento interinstitucional visando à construção de uma nova educação de verdade, que, vise desenvolver em todos os níveis educacionais do país, o processo de competência em informação; pois, a educação está descontextualizada com a realidade brasileira, à medida que, apenas prepara os alunos

para o mercado de trabalho, isto é, mão de obra para o sistema capitalista, que, consome toda mais-valia do trabalhador (seja ele: intelectual ou não), o sistema, ainda, massifica os custos de produção, contudo, privatiza os lucros para si próprio, a partir de um projeto de educação tecnicista, capacitista, instrumentalista de viés passivo, no consumo de informação e de conhecimento transmitido e transferido pelas tecnologias da informação e comunicação.

Portanto, podemos afirmar que, a aquisição de competência em informação vai de encontro a apropriação oportunista da dialética dos políticos de demais atores sociais, que, usam a inclusão digital como algo feito e acabado simplesmente pela doação e instalação de kits de computadores e acesso à *internet* no Brasil, nos últimos 23 anos, de implantação da sociedade da informação. Assim sendo, viu-se que, a perspectiva social da Ciência da Informação sobre o fenômeno da competência em informação e inclusão digital, é predominantemente crítica, pois, desenvolve-se uma visão sobre o tema para além do acesso às TIC 's. Busca compreender e perceber o ser humano em sua individualidade, imerso em contexto psico- sócio-cultural, que está inter-relacionado com a informação e o conhecimento no ambiente digital.

Desta forma, pode haver um salto de qualidade, visando à liberdade de tecnologias hegemônica dentro do processo de inclusão digital, que, de certo modo, imputa o crescimento econômico e o desenvolvimento social, pois, atua, também, a partir do capitalismo de vigilância (Silveira, 2004; Neves, 2011; Araújo; 2022; Nemer, 2021; Azevedo; Reis; Lima; Machado; Miranda; Lourenço; Duarte, 2011). Rompe-se assim com os velhos modelos pedagógicos baseados na comunicação unilateral que privilegia o professor, desconsiderando as peculiaridades do aluno (Belluzzo, 2020, Silva; Silva, 2020; Neto, 2009).

Finalmente, afirma-se, que, como consequência desse processo de mundialização [da reestruturação do capitalismo, o paradigma informacional, isto é, a informação, insumo básico de produção de riqueza no mundo, provocaram no globo], as desigualdades sociais entre países e regiões são agravadas, e, boa parte da população, por não acompanhar o progresso econômico, torna-se marginalizada [ficam de fora do que ele mesmo produziu]. Assim, para o melhor e para o pior, cada um de nós, rico ou pobre, traz em si, sem saber, o planeta inteiro. A mundialização [a globalização] é ao mesmo tempo evidente, subconsciente e onipresente, [e, sistematicamente não incluindo os mesmos atores sociais supracitados acima nos processos contemporâneos] (Morin, 2010; Kern,

1995; Silva, Silva, 2020, Castells, 1999). *En la actual sociedad digital es clave adquirir y desarrollar competencias digitales para poder ejercer una participación social plena y conseguir una mayor movilidad social* (Sánchez-Antolín *et al.*, 2018).

Neste sentido, afirma-se que, a cúpula da Sociedade da Informação no mundo, como nos demais países, tem responsabilidade ética, moral, política, econômica, científica – epistemológica no processo de competência em informação e inclusão digital, em especial, em continentes de altos índices de exclusão social, sobretudo, digital. A tão sonhada sociedade não chegou para todos como deveria. À medida que fracassou no processo de desenvolvimento dos seus objetivos e metas, visto que se passaram mais de duas décadas de sua fundação no Brasil, para que o abismo social e digital fosse escancarado pela necessidade de inclusão digital das minorias sociais, a partir do isolamento social causado pela Covid-19 no planeta.

Assim sendo, vê-se que apesar de todo avanço informacional, tecnológico e econômico de certos grupos hegemônicos em nível global, como também nacional, o desenvolvimento social ficou à margem dessa evolução socioinformacional. Onde os mesmos atores humanos excluídos não fazem parte dos conglomerados tradicionais, isto é, de famílias abastadas e pertencente a blocos econômicos detentor de empresas e nichos tecnológicos de perspectiva tecnicista, capacitista e instrumentalista, visando apenas o consumo de tecnologias da informação e comunicação como forma de controle da informação, do conhecimento e da sociedade como um todo. Desta forma, mantém o seu status quo em detrimento do desenvolvimento social mundial, pois, como se observou os sujeitos que vivem à margem de todos os bens produzidos pela sociedade da informação. São as comunidades pobres localizadas em países em desenvolvimento: continente latino americano e em países subdesenvolvidos: continente africano.

Quanto ao panorama, pode-se afirmar a partir dos achados científicos teóricos, empíricos e práticos, há uma necessidade premente de justiça social ação enérgica de atores políticos de visão humanista acerca desta realidade; de justiça epistêmica ação contundente de estudos científicos de perspectiva social, visando à reestruturação da democracia e da sociedade com vista ao processo de aquisição de competência em informação, sobretudo, nas práticas informacionais, pois, são co-responsáveis pelo processo de ruptura com a visão hegemônica nos espaços de acesso, busca, seleção, recuperação uso e apropriação da informação - bibliotecas, arquivos, museus e, portanto, da *internet* como ambiente de disputa de poder. Neste processo, evoca-se a competência

em informação e inclusão digital, pois, a reestruturação social, também perpassa pelo pleno acesso à informação e ao conhecimento, e, sem tais domínios, os sujeitos não poderão compreender para que e para quem foi constituída a Sociedade da Informação e, principalmente, a reestruturação do sistema capitalista - informação.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Alagoas em Dados e Informações**. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/uk/dataset/municipio-de-maceio/resource/dbc525fc-515e-4cd0-ad2e-63ba21f337cb>. Acesso em: 25 mai. 2022.

ALAGOAS. GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Produto Interno Bruto Municipal**. Ano 4, n .4, (2005). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2008. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/45ac5d1e-0b6d-4577-8dab-320f0e9edd71/resource/4818988b-a741-4795-bb6e-839f5ac30f4b/download/pib-municipios-al-2002-2005.pdf>. Acesso em: mai. 2022.

ALAGOAS. GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, PATRIMÓNIO E GESTÃO. SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO. **PRODUTO INTERNO BRUTO DE ALAGOAS**: Nota técnica. Maceió, n. 01, nov. 2020. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/zh_TW/dataset/notas-tecnicas-contas-regionais/resource/40768c92-a153-4e6c-ae3e-3ac3924589d7/proxy. Acesso em: 25 mai. 2022.

ALAGOAS. LEI N.º 6.558, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004. Diário Oficial do Estado. DOE de 31/12/2004. **Institui o fundo estadual de combate e erradicação da pobreza**, nos termos da emenda constitucional federal n.º 31, de 14 de dezembro de 2000. Disponível em: Lei Nº 7742 DE 09/10/2015 - Estadual - Alagoas - LegisWeb. Acesso em: 25 jul. 2021.

ALAGOAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. **PLANO DIRETOR**. Maceió, 2006. Disponível em: https://www.sedet.maceio.al.gov.br/servicos/pdf/plano_diretor/00_lei_municipal_5486.pdf Acesso em: 25 jul. 2021.

ALAGOAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. **PLANO INTERSETORIAL DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM MACEIÓ**. 2021-2023. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/uploads/imagens/wpcontent/uploads/2021/10/pdf/2021/10/Plano-Intersectorial-Mcz-2021-1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ALAGOAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SEMED, Maceió, 2015-2025**. Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/PME-MACEIO-2015-2025-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de.; BORTOLIN, S. Mediação da informação e da leitura. In: SILVA, T. E. da (Org.). **Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação**. Recife: NECTAR, 2008. p. 67-85.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-54.

ALMEIDA MARQUES, F. P. J. Democracia online e o problema da exclusão digital. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 30, p. 93-113, jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/41269/30388>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ALMEIDA, M. A. Políticas culturais & ciência da informação: diálogos e desafios. *Ciência da informação*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 284-297, jul./2016. Disponível em: [Vista do Políticas culturais & ciência da informação: diálogos e desafios \(ibict.br\)](https://doi.org/10.11606/issn1516-7430.v43n2p284-297). Acesso em: 16 mar. 2022.

ALVES, C. V. O. C. BELLUZZO, R. C. B. A competência em informação como elemento essencial para a mediação da informação em ambiente organizacional na sociedade midiaticizada. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 01-18, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/202592>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ALVES, E. P. M.; COUTO, B. G. do. O consumo cultural-digital das famílias brasileiras. **INTERSEÇÕES**, [Rio de Janeiro], v. 21 n. 3, p. 717-741, dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/47256/31512>. Acesso em: 10 set. 2020.

AMORIN, W. A. C.; FISCHER, A. L. A aprendizagem organizacional e suas bases econômicas. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 2, n. 23, p. 329-366, mai/ago 2013. Disponível em: [Untitled-1 \(scielo.br\)](https://doi.org/10.1590/1519-0754/2013v02n023). Acesso em: 29 jun.2021.

ARAÚJO, C. A. V. A missão da ciência da informação na era da pós- verdade. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-19, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57185. Acesso em: 06 jan. 2023.

ARAÚJO, C. A. Á. O que é ciência da informação. [entrevista].Ribeirão Preto-SP,2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/186843/172373>. Acesso em: 06 mai.2022.

ARAÚJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação?. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01– 30, jan./abr. 2014. Disponível em: [Microsoft Word - 1 - 15958-70293- 1_araujo \(brapci.inf.br\)](https://doi.org/10.15958/70293-1_araujo). Acesso em: 04 abr. 2021.

ARAÚJO, C. A. V. A. ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, 2003. Disponível em: 10.18225/ci.inf.v32i3.985. Acesso em: 25 ago. 2022.

ARAÚJO, C. A. V. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: (PDF) O conceito de informação na Ciência da Informação (researchgate.net). Acesso em: 25 ago. 2013.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, mai/ago. 1999. Disponível em: Rev2-99(scielo.br). Acesso em: 01 ago. 2022.

ARAÚJO, E. A. Informação: recurso para a ação política do cidadão? **Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 9, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ARAÚJO, E. A. O **fenômeno informacional na Ciência da Informação**: abordagem teórico-conceitual. In: CASTRO, César Augusto (org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA, 2002.

ARAÚJO, E. A. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **Data Gramma Zero**, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: Artigo 03 (brapci.inf.br). Acesso em: 01 ago. 2022.

ARAÚJO, E. A. de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53981>. Acesso em: 01 ago. 2022.

ARAÚJO, R. F. DO PENSAMENTO TECNOLÓGICO À TECNOLOGIA COMO CIÊNCIA DA TÉCNICA: por uma epistemologia das tecnologias. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.26, n.3, p. 67- 80, set./dez. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95891>. Acesso em: 11 mar. 2017.

ARRUDA, A. M. A.; ALVES, A. L. Construções epistemológicas e o papel do sujeito ativo no processo da informação a partir da competência crítica em informação: uma análise de caso. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47681/rca.v4i2.27529>. Acesso em 15 jul. 2021.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Disponível em: BACHELARD_G_A_Formacao_do_Espirito_Cient.pdf. Acesso em: mar. 2021.

BARBOSA, F.; CALABRE, L. (Orgs.). **Pontos de cultura**: olhares sobre o Programa Cultura vivos. Brasília: Ipeia, 2011. Disponível em: livro_pontosdecultura.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 20 ago. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, F. A. F. A concentração da produção do conhecimento no mundo contemporâneo. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Orgs.). **Informação e desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília: IBICT, 2007. Cap. 12, p. 297-314.

BATISTA, N. S.; SOUZA, C. A. Preservação e memória: informação como matéria prima, importância dos acervos na produção do conhecimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 12, n. especial, p.149-155, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4830>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BELLUZZO, R. C. B. **Competência em informação no Brasil**: cenários e espectros. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Disponível em: [Competência em informação no Brasil | ABECIN Editora](#). Acesso em: 02 jun. 2021.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: das origens às tendências. **Inf.&Soc.:Est.**, João Pessoa-PB, v. 30, n. 4, p.1-28, out./dez. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155810#:~:text=Pode%2Dse%20dizer%20que%20os,dez.%202020%20permitem%20encontrar%20informa%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BELLUZZO, R. C. B. O conhecimento, as redes e a competência em informação(CoInfo) na sociedade contemporânea:uma proposta de articulação conceitual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. esp., p. 48-63, out. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/135507/ISSN2236-417X-2014-04-48-63.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. (Orgs.). **Competência em informação**: das reflexões às lições aprendidas. São Paulo-SP: FEBAB, 2013. Disponível em: <https://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2017/12/competencia-em-informacao-reflexo-es-a-solicoes-aprendidas1.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. SILVA. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.29, n.3, p. 5-22, jul./set. 2019. Disponível em: 148070 (brapci.inf.br). Acesso em: 01 abr.2021.

BEZERRA, A. C; SCHNEIDER, M.**Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1200/1/Bezerra%20%26%20Schneider%20Competencia%20Cr%C3%ADtica%20em%20Informacao%20a%202022.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.

BORGES, J.; DAHER JUNIOR, F. J. Ciência da Informação e Competências Infocomunicacionais: possíveis diálogos epistêmicos. **Perspect. ciênc. inf.** 26(04). Oct-Dec 2021. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/1981-5344/4296>. Acesso em: 05 mai. 2022.

BORGES, L. C.; OLINTO, G. Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, *in.* XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1052377>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BORKO, H. Information Science: whats is it? **American documentation**, v. 19, n.1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: BORKO(1968)-533107-Borko-H-v-19-n-1-p- 35-1968.pdf (ihmc.us). Acesso em 23 jun. 2018.

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. Mediação oral da informação e da leitura. Londrina: ABECIN, 2015a. (Cap. 1), p. 9-32.

BOURDIEU, P. **O campo científico**. In: ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. (Cap. 2), p. 122-155.

BRASIL. Capítulo VIII – CULTURA DIGITAL. *In:* INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC

Nº 8, DE 11 DE MAIO DE 2016. Altera a Instrução Normativa nº 1, de 7 de abril de 2015, para dispor sobre procedimentos relativos à Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva - PNCV.

BRASIL. **Ministério da Economia**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 8, DE 11 DE MAIO DE 2016 — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000**. Poder Executivo. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Disponível em: Emc31 (planalto.gov.br). Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a política nacional de Cultura Viva e dá outras providências. [Arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º].

Presidenta da República. Casa civil. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2014. Disponível em: L13018 (planalto.gov.br). Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. [Arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 11º e 12º]. **Presidência da República**. Casa civil. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1986. [Arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 11º e 12º]. Disponível em: L7505 (planalto.gov.br). Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004. Cria o programa nacional de cultura,

educação e cidadania, Cultura Viva. [Arts: 2º, 3º, 4º, 5º e 6º]. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2004. Disponível em: *portaria-156-de-2004.pdf (feambra.org). Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatística do eleitorado nacional**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home?p0_uf=AL&session=23644554013370. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRIZOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, set./dez., 2018. Disponível em: 100795(brapci.inf.br). Acesso: 15 jun. 2021.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, Amsterdã, v. 2, n. 3/4, p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRUCE, C. S. Workplace experiences of information literacy. **International Journal of Information Management**, v. 19, n. 1, february, 1999, p.33-47. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0268-4012\(98\)00045-0](https://doi.org/10.1016/S0268-4012(98)00045-0). Acesso em: 28dez. 2018.

CALABRE, L. Políticas culturais no governo militar: o Conselho Federal de Cultura. In: **ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH – RIO**, 12, 2008, Itaguaí. Anais... Itaguaí: ANPUH-Rio, 2008. Disponível em: Microsoft Word -Artigo_Liarevisao_29_4 (ufba.br). Acesso em: 23 jun. 2021.

CÂMARA, M. A. **TELECENTROS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DIGITAL**: Perspectiva Comparada em Minas Gerais, Minas Gerais, BH. 2005. Tese de doutorado – Programa de Pós- Graduação da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005. Disponível em: Microsoft Word - 4270FA8C-615A-088E46.doc (ufmg.br). Acesso em: Acesso em: 20 fev. 2018.

CAMPELLO, B. D. S. Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecário sem escolas de ensino básico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 234-235, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35808>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais [...] Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 14 jun. 2020.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência**

da Informação, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/54/47>. Acesso em: 14 jun. 2020

CARVALHO, H. G.; REIS, D. R.; CAVALCANTE, M. B. **Gestão da Inovação**. Curitiba: Aynará, 2011. Disponível em: [gestaoinovacao.pdf \(utfpr.edu.br\)](#). Acesso em: 02 de jun. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B2vyKS0tK2MkMjdiZTYxZWMTYmMyMy00MjBILThjYmYtNTBmZDBkZjRiMTYy/view?hl=pt_BR&pli=1. Acesso em: 25 jun. 2006.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRISTALDO, H. Brasil fica em 84º lugar em ranking mundial do IDH. **Agência Brasil**. Brasília, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-12/brasil-fica-em-84o-lugar-em-ranking-mundial-do-idh>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

CUBILLOS, D.; SILVA, A. S. C. da. **Inclusão digital: sistema de engrenagens**. **Liinc em Revista**, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/295/2022>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998. Disponível em: [Microsoft Word - Art-Met-Comparativo-98 \(ufrgs.br\)](#). Acesso em: 22 dez. 2022.

CHOO, C. W. et al. Information culture and information use: an exploratory study of three organizations. **Journal of the American for Information Science and Technology**. v. 59, n. 5, 792-804, 2008.

DAVALLON, J. A mediação: comunicação em processo? **Prisma.com**, n. 4, p. 3- 36, 2007. Disponível em: [Visualização de A mediação: a comunicação em processo? \(up.pt\)](#). Acesso em: 25 ago. 2022.

DE BRUYNE, P.; HERMAN, j.; DE SCHOUTHEETE. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. 1991.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS GASQUE, K. C. G. Competência em informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ – Novas Práticas em Informação e Conhecimento**. Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: [Competência em Informação: conceitos, características e desafios | Gasque | AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento](#)

(ufpr.br). Acesso em: 15 jul. 2021.

DORNELESA, P. S.; LOPES, R. E. Cidadania e diversidade cultural na pauta das políticas culturais. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 173-183, 2016. Disponível em: Amanote. Acesso em: 22 jul. 2021.

DUARTE, E. N. et al. Aprendizagem organizacional em unidades de informação: do grupo focal à comunidade de prática. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 78-95, set./dez., 2008. Disponível em: Vista do Aprendizagem organizacional em unidades de informação: do grupo focal à comunidade de prática(ufmg.br). Acesso em: 22 jul. 2021.

DUARTE, Z. (Org.). **Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013. 416p. Disponível em: arquivos_bibliotecas_museu_repositorio.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 2, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93085>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DURLI, Z. políticas educacionais no contexto das políticas sociais. In . (Org.). **Políticas públicas & inclusão digital**. Salvador-BA: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/202/1/Políticas%20publicas%20e%20inclusao%20digital.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DUTRA, F. G. C.; BARBOSA, R. C. Modelos e etapas para a gestão da informação: uma revisão sistemática da literatura. **Em Questão**, V.26, N.2, 2020. Disponível em: Vista do Modelos e etapas para a gestão da informação: uma revisão sistemática de literatura (ufrgs.br). Acesso em: 22 jul. 2021

ESTRELA, C. **Metodologia Científica**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

FARIAS, M. G. G. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. **Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p.106-125, fev. 2016. Disponível em: Vista do Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista (usp.br). Acesso em: 01 fev. 2022.

FARIAS, M. G. G.; COSTA, D. A. Empoderamento e protagonismo social no setor de referência de bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 1-14, set. 2017. Disponível em: Vista do Empoderamento e protagonismo social no setor de referência de bibliotecas universitárias (ufsc.br). Acesso em: 01 fev. 2022.

FARIAS, M. G. G.; VARELA, A. V.; FREIRA, I. M. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. **Investigación Bibliotecológica**, México (DF), v. 31, n. 73, p. 91-110,

sept./dic., 2017. Disponível em: Gestão do conhecimento ou gestão de organizações da era do conhecimento (brapci.inf.br). Acesso em: 01 fev. 2022.

FARIAS, M. G. G; VARELA, Aida Varela. Desiderato do protagonismo social na formação do bibliotecário mediante o desenvolvimento de competências em informação. Juazeiro do Norte-Ceará. **Revista Folha de Rosto**, v. 4, n. 1, p. 34-44, 2018. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/39377>. Acesso em: 01 fev. 2022.

FEITOSA, C. O.; GAUW, B. R. T. de. **REFLEXÕES SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ**. Maceió –AL V.5 N.8. DEZEMBRO/2018. p. 131 – 147. Disponível em: *8755-Texto do Artigo-50666-2-10-20211025.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

FERREIRA, M. M. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão?. **Trans Informação**, Campinas, 18 (2):113- 122, maio/ago., 2006. Disponível em: Sem título-1 (scielo.br). Acesso em: 01 ago. 2022.

FONSECA, F. Dos laboratórios experimentais à inovação cidadã. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 272-279, maio 2017. Disponível em: Dos laboratórios experimentais à inovação cidadã | From experimental laboratories to citizen innovation | Liinc em Revista (ibict.br). Acesso em: 01 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, I. M. **Inclusão Digital e uso de informação**. Seminário sobre Informação na *Internet*, 2, Brasília, DF: Conjunto Cultural da República, 2008.

FREIRE, I. M. Sobre a competência ética na ciência da informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, **Anais... XVIII ENANCIB**, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104738>. Acesso em: 26 ago. 2021.

FREIRE, G. H. A.; FREIRE, G. H. A. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 195-207, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36613>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FREIRE, I. M.; FREIRE, G. H. A. Uma abordagem das ações de mediação no laboratório de tecnologias intelectuais – Iti. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 2, 2014. Disponível em: 10.18225/ci.inf.v43i2.1409. Acesso em: 25 ago. 2022.

FREIRE, G. H. A.; FREIRE, I. M. Ações para competências em informação no ciberespaço: reflexões sobre a contribuição da metacognição. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. esp., p. 1-23, 2012. DOI: 10.5007/1518-2924.2012v17nesp1p1. Acesso em: 06 jan. 2023.

FROHMANN, B. **O caráter social, material e público da informação**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/176667>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FUJITA, M. S. L; MARTELETO, R. M; LARA, M. L. G. de. (Orgs.). O caráter social, material e público da informação. In: **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, pp. 19-34. Disponível em: Introduction (brapci.inf.br). Acesso em: 20 ago. 2022.

GARCÍA MARCO, F. J. **Las instituciones de la memoria ante el cambio digital**: una propuesta sobre la articulación interdisciplinar de las ciencias de la documentación. Pliegos de yustes, v. 1, n. 11/12, p. 61-70, 2010. Disponível em: 61- 70.pdf (pliegosdeyuste.eu). Acesso em: 16 mar. 2022.

GARCÍA, A. M. M; SEBASTIÁN, M. C; LÓPEZ, F. G. telecentros Españoles en la sociedad de la información: metodología de evaluación a partir de indicadores y método de análisis multivariable. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652008000200006>. Acesso em: 30 abr. 2022.

GARCÍA, A. M. M; SEBASTIÁN, M. C; LÓPEZ, F. G. **Telecentros Españoles en la sociedad de la información**: metodología de evaluación a partir de indicadores y método de análisis multivariable. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652008000200006>. Acesso em: 30 abr.2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: Metodos_e_Tecnicas_de_Pesquisa_Social_An.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

GOMES, H. F. Protagonismo e competências em informação: conferência de encerramento do v coinfo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-18, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162474>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: filosofia da informação**, v. 5, n. 2, p. 10-21, 2019. Disponível em: 10.21728/logcion.2019v5n2.p10-21. Acesso em: 25 ago. 2022.

GOMES, M. A.; DUMONT, L. M. M. A noção de competência em informação e a de sociologia da educação e do trabalho: embate epistemológico. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v6i2p84-105>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós- graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v.

15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n1/02.pdf>. Acesso em: 14 jun.2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Data Grama Zero – revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, out. 2000. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/332/332>. Acesso em: 14 jun. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433/243>. Acesso em: 14 jun. 2020.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. rev. aum. Brasília: Ibict; CNPq, 1994. 540 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1007>. Acesso em: 18 jun. 2021.

HETKOWSKI, T. M. (Org.). **Políticas públicas & inclusão digital**. Salvador-BA: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/202/1/Políticas%20publicas%20e%20inclusao%20digital.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

INAZAWA, F. K. O papel da cultura organizacional e da aprendizagem para o sucesso da gestão do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n. 3, p. 206-220, set./dez., 2009. Disponível em: Microsoft Word - revisao 2 O PAPEL DA CULTURA.doc (scielo.br). Acesso em: 10 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **(PNAD) CONTÍNUA TIC, 2018**. Disponível em: <https://teletime.com.br/29/04/2020/793-dos-brasileiros-tem-celular-informa-ibge/>. Acesso em: mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=0&uf=27>. Acesso em: 10 mar. 2021.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR. **Gestão de unidades de informação**: manual. Curitiba; Brasília: TECPAR, IBICT, 1997. Disponível em: <https://ava.ufal.br/mod/resource/view.php?id=312016>. Acesso em: 10 out. 2021.

JAPIASSU, H. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981. 173 p.

JESUS, M. de S. de; SIMEÃO E. L. M. S.; MARTINS, W. de J. **REDE SOCIOTÉCNICA NA GOVERNANÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO EXTENSIVA**. Disponível em: [ve_Marcelo_Jesus_etal.pdf](#) (fiocruz.br). Acesso em: 02 jun. 2021.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Escala, [2007].

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. **Empoderamento**: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 4, p.733-743, 2009. Disponível em: [pt](#) (scielosp.org). Acesso em: 10 out. 2021.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. Perspectiva, 2006. 260 p. Disponível em: [Kuhn-Estrutura-das-revolucoes-cientificas 1989.pdf](#) (usp.br). Acesso em: 25 mar. 2021.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000. Disponível em: https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2011/02/latour_2000_ciencia-em-acao-e28093-como-seguir-cientistas-e-engenheiros-sociedade-afora_unesp.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

LIMA, C. R. M. de; SANTINI, R. M. Código aberto e produção colaborativa nos pontos de cultura. *Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura*, v. 5, n 1/ 2, 2007. Disponível em: [Microsoft Word - clovislima-codigo.doc](#) (ibict.br). Acesso em: 29 mai. 2022.

LIMA, G; FURTADO, V. Política pública dos telecentros e prevenção da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jun./dez. 2008, p. 192-223. Disponível em: [parte01.pmd](#) (scielo.br). Acesso em: 29 jun. 2021.

LUCCA, D. M. de. A competência crítica em informação como estratégia para minimização de vulnerabilidade social: apontamentos a partir de pesquisa realizada com idosos. *In*: BEZERRA, A. C; SCHNEIDER, M. (Orgs.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.
Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1200/1/Bezerra%20%26%20Schneider%20%20Compet%3%aancia%20Cr%3%adtica%20em%20Informa%3%a7%3%a3o%20%282022%29.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2022.

LLARENA, R. A. da S. **Gestão do Conhecimento na Rede do ProJovem Urbano: modelo baseado nas políticas públicas**, João Pessoa, 2015. 327 f. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2015. João Pessoa, Paraíba, 2015. Disponível em: [arquivototal.pdf](#) (ufpb.br). Acesso em: 26 abr. 2021.

MACHADO, A. M. F; SANTOS, T. C. M. dos; ARAÚJO, R. F. de. Inclusão digital e competência informacional no contexto da alfabetização em séries INICIAIS. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 1, n.2, p. 32-41, maio/ago. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/marci/Downloads/1321-6072-1-PB%20(2).pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

MACHADO, E. C. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**. Disponível em: Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil (brapci.inf.br). Acesso em: 25 set. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: LAKATOS - MARCONI - FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTIFICA.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2015. Disponível em: MARTIN- BARBERO, Jesus. Dos Meios às Mediações.pdf - Google Drive. Acesso em: 25 set. 2021.

MARTINS, T. da S. **Os programas de Inclusão Digital do Governo Federal sob a óptica da Competência Informacional**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação, Florianópolis, 2008. Disponível em: OS_PROGRAMAS_DE_INCLUSAO_DIGITAL_DO_GOVE.pdf. Acesso: 30 abr.2022.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999. 206. p.

MEDEIROS NETO, B.; MIRANDA, A. Modelo de evaluación de la inclusión digital, informacional y social – MAVIDIS – de usuarios de la sociedad de la información apoyado en los indicadores y métricas para Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 210-230, maio/ago. 2014. Disponível em: MAVIDIS-FINAL-PB.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

MEDEIROS, A. K. de. **Políticas públicas e organizações culturais: o caso do programa Cultura Viva**. 2013. (Dissertação). Fundação Getulio Vargas, - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2013. Disponível em: (Microsoft Word - DISSERTA\307\303O_ANNY MEDEIROS 18032013) (fgv.br). Acesso em: 29 jun. 2021.

MELLO, D. B. de. El Programa Puntos de Cultura y sus destinatarios: un estudio de caso en la Provincia de Buenos Aires. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 181- 190, jan./abr. 2019. Disponível em: SciELO - Brasil - El Programa Puntos de Cultura y sus destinatarios: un estudio de caso en la Provincia de Buenos Aires El Programa Puntos de Cultura y sus destinatarios: un estudio de caso en la Provincia de Buenos Aires. Acesso em: 29 jun. 2021.

MIRANDA, A. M. M.; MARTINS, L. M.; ALCARÁ, A. R. Dimensões política e ética da competência em informação na representação estudantil em centros acadêmicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-20, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162461>. Acesso em: 26 ago. 2021

MORAES, M. B. de.; SPUDEIT, D. F. A. de O. (Orgs.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Disponível em: [Biblioteconomia social | ABECIN Editora](#). Acesso em: 01 ago. 2022.

MORÁN-REYES, A. A. Existe uma biblioteconomia da nossa américa? os problemas de -identidade de exclusão e -saber de inclusão. Rio de Janeiro-RJ. **Logeion: filosofia da informação**, v. 8, p. 4-26, 2021. DOI: 10.21728/logeion.2021v8n1.p4-26. Acesso em: 01 fev. 2022.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.344p. Disponível em: [MORIN, Edgar. Ciência com Consciência.pdf \(google.com\)](#). Acesso em: 01 fev. 2015.

MOTA, F. R. L. Competência informacional e necessidade de interação entre bibliotecários e professores no contexto escolar. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.16, n.1, p.121-127, jan./jun. 2006. Disponível em: [INFO _ n 01 - 2006.pmd \(brapci.inf.br\)](#). Acesso em: mar. 2018.

NATIONAL RESEARCH COUNCEL. **Conheça as Competências Para o Século 21**. Disponível em: <https://nonacre.blogspot.com/2012/08/conheca-as-competencias-para-o-seculo-21.html>. Acesso em: 26 ago. 2021.

NESPOLO, G. F., et al. Pontos de Cultura: contribuições para a Educação Popular em Saúde na perspectiva de seus coordenadores. **COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO**. 2014; 18 Supl, 2:1187-1198. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fQscXZ5bQpjhg5FLG6QHDnc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2022.

NEMER, D. **Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2021. Disponível em: https://editoramilfontes.com.br/acervo/Tecnologia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 06 jul. 2021.

NUNES, A. F. **"Por um Do in Antropológico"**: Pontos de cultura e paradigmas nas políticas públicas culturais. 2012. (Dissertação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2012. Disponível em: [DISSERTAÇÃO ARIEL ÚLTIMA VERSÃO Julho \(ufg.br\)](#). Acesso em: 29 jun. 2021.

OLIVEIRA, A. N.; CASTRO, J. L. Entre a censura e a disseminação: uma análise crítica sobre a prática profissional bibliotecária fundada na emancipação de informação e dignidade humana. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 7, p. 31-50, 2017. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/2837>.

Acesso em: 18 jun.2021.

OLIVEIRA, C. W. de A; CRUZ, B. de O. **IMPACTOS REGIONAIS DE CHOQUES DE PRODUTIVIDADE E REDUÇÃO DE DESIGUALDADES: O CASO DA REGIÃO NORDESTE.** Rio de Janeiro, setembro de 2021. Disponível em: Nordeste poderia crescer mais que o Brasil até 2030 (ipea.gov.br). Acesso em: mai. 2022.

OLIVEIRA, H. P. C. de. **ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO PERVASIVA: CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS.** 2014. 202f. Marília-SP, 2014. Tese (Doutorado)

-

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista –Júlio de Mesquita Filho. Marília-SP. 2014. Disponível em: Arquitetura da informação pervasiva: contribuições conceituais (uchile.cl). Acesso em: 30 abr. 2022.

OLIVEIRA, Andreia Silva de; SILVA, Carlos Robson Souza da. Criação e implementação de um modelo de desenvolvimento de Competência em Informação para a Educação Profissional e Tecnológica: [relatório final]. Cedro, CE: IFCE, PRPI, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/infocom/wp-content/uploads/2021/11/Competencia-em-Informacao-na-Educacao-Profissional-e-Tecnologica.-Robson-Souza..pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

OLIVEIRA, M. L. P; PINHO NETO, Júlio A. S. de. INCLUSÃO DIGITAL NO PROJETO TELECENTROS DE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.26, n.3, p.197-208, set./dez. 2016. Disponível em: Inclusão digital no Projeto Telecentros de Informação e Educação (brapci.inf.br). Acesso em: 30 abr. 2022.

OLIVEIRA, M. L. P.; SOUZA, E. D. S. A competência crítica em informação no contexto das fake news: os desafios do sujeito informacional no ciberespaço. **Anais... XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018** 22 a 26 de outubro de 2018. Disponível em: Template_Comunicação_Oral_XVIII_ENANCIB (brapci.inf.br). Acesso em: 30 abr. 2021.

PASSARELLI, B. **Mediação da informação no hibridismo contemporâneo: um breve estado da arte.** Ciência da Informação, v. 43 n.2, p. 231-240, 2014. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002789033.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V. A dimensão ética da competência em informação sob a perspectiva da filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 23, n. 2, p. 117- 133 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37706>. Acesso em: 26 ago. 2021.

PIMENTEL, J. B. O JORNAL, Maceió, domingo, 20 de outubro de 1996. Disponível em: Bairros de Maceió :: Um site premiado (bairrosdemaceio.net). Acesso em: 03 jun. 2022

PINHEIRO, L. V. R. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares,

interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N.; DILL ORRICO, E. G. **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal, Edufrn, 2006, p. 111-141. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/18/1/Pinheirodesdobramentos.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 9- 40, 2008. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141/3187>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de información**: Dimensiones e implementación para el éxito organizacional. 1. Ed. Rosário: Nuevo Paradigma, 2004. (Cap 1, 2 e3).

PRADO, M. A. R; SANTOS, D. S. V. Vertentes propositivas para a mediação da informação. **ConCI: Conv. Ciência. Inform.**, v. 3, n. 1, p. 2-24, jan./abr. 2020. Disponível em: Vertentes propositivas para a mediação da informação | ConCIS:Convergências em Ciência da Informação (ufs.br). Acesso em: 05 mai 2021.

RAMOS, L. B. **O centro cultural como equipamento disseminador de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. 246f. (Dissertação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: Repositório Institucional da UFMG: O centro cultural como equipamento disseminador de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Acesso em: 03 ago. 2022.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. *In*: **Além do rendimento, além das médias, além do presente: as desigualdades no desenvolvimento humano no século XX**. Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) . 2019. Disponível em: <hdr2019overview-pt.pdf> (undp.org). Acesso em: 01 mar. 2021.

RELATÓRIO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. *In*: **Measuring digital development**: Facts and figures 2021. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/FactsFigures2021.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

RENDÓN ROJA, M. A. Relação entre os conceitos: Informação, conhecimento e valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n.2, p. 52- 61, maio/ago. 2005. Disponível em: <2-2005.pmd> (scielo.br). Acesso em: 03 jun. 2022.

RENDÓN ROJAS, M. A. La Ciencia de la Información en el contexto de las Ciencias Sociales y Humanas. Ontología, epistemología, metodología e interdisciplina. Data grama zero – revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 4, ago. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/51091>. Acesso em: 14 jun. 2020.

RIGHETTO, G. G.; CUNHA, M. F. V. da; VITORINO, E. V. O papel social do bibliotecário voltado às pessoas trans: aproximações teóricas. Porto Alegre-RS. **Em Questão**, v. 25, n. 1, p. 212-238, 2019. DOI: 10.19132/1808-5245251.212-238. Acesso

em: 01 fev. 2022.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. A competência em informação como movimento de inovação social. **Pesquisa Bibliotecológica**, vol. 34, núm. 82, janeiro/março, 2020, México, pp. 29-52. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v34n82/2448-8321-ib-34-82-29.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis. In: XIX ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, Londrina, PR. **Anais [...]**. Londrina, PR: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018. 19 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102312>. Acesso em: 01 fev. 2022.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: conexões possíveis. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.28, n.1, p. 77-90, jan./abr. 2018. Disponível em: Vista do Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis (ufpb.br). Acesso em: 16 mai. 2022.

RIVERA PORRAS, D. A. at. al. Cultura organizacional, retos e desafios para as organizações saudáveis. **Revista Espacios**, v. 39, n. 22, 2018. Disponível em: [cultura organizacional.pdf](#). Acesso em: 01 fev. 2021.

SÁ, K. A. C. B. **O CONCEITO DE PONTO DE CULTURA QUE DESAFIAM NOSSA IMAGINAÇÃO**. 2016. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2016. Disponível em: [O conceito de ponto de cultura que desafia nossa imaginação \(ufrgs.br\)](#) Acesso em: 17 nov. 2020.

SANTAELLA, L. Mediações tecnológicas e suas metáforas. In: SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007. Cap. 8, p. 189-230.

SANTAELLA, L. Subjetividade e identidade no ciberespaço. In: SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007. Cap. 3, p. 83-93.

SANTOS, Camila Araújo dos. Competência em Informação na formação básica dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. 2017. 287f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_ca_do.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

SANTOS NETO, J. O. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, p. 253-263, maio/ago. 2017.

SANTOS, A. J. P.; HETKOWSKI, T. M. Software livre: políticas públicas de inclusão

digital. In: . HETKOWSKI, T. M. **Políticas públicas e inclusão digital**. Salvador: EDUFBA. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/202/1/Políticas%20públicas%20e%20inclusao%20digital.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

SANTOS, A. S. Percursos temáticos das pesquisas sobre competência em informação. In: VALENTIM, M. L. P. BELLUZZO, R. C. B. **Perspectivas em Competência em Informação**. São Paulo: Abecin Editora, 2020. (Capítulo 4).

SANTOS, F. A. da S. **Mídia e educação: os desafios cotidianos entre a prática de ensino e o discurso político de inclusão digital**. 2020. 156f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2020. Disponível em: [Dissertação Final de Mestrado Felipe Santos.pdf \(uff.br\)](#). Acesso em: 13 mar. 2022.

SANTOS, J. P. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico- científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, P. X. D. A dimensão política da disseminação da informação através do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação: uma alternativa à noção de impacto tecnológico. **Data Grama Zero**, v. 5, n. 4, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5649>. Acesso em: 18 jun.2021

SANTOS, R.N. , R. dos; FREIRE, I. M; PINHO NETO, Júlio A. S. de. Competência em informação e inclusão digital: interseções conceituais. *In: XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013*. Disponível em: [febab,+artigo.pdf](#). Acesso em: 14 jun. 2021.

SAVIĆ, D. Evolution of Information Resource Management. **Journal of Librarianship and Information Science**, v. 24, n. 3, sept. 1992.

SAYÃO, L. F. Modelos teóricos em Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 82-91, jan./abr. 2001. Disponível em: [um-2001 \(scielo.br\)](#). Acesso em: abr. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE ALAGOAS. **O que é Pontos de Cultura?** [Online]. 2018. Disponível em: [SECULT - Rede de Pontos de Cultura](#). Acesso em: 25 mar. 2013.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte e prática em organização que aprende**. São Paulo: Editora Nova Cultural LTDA, 2004.

SILVA , R. C. da.; SANTOS, B. R. P. dos.; OTTONICAR, S. L. C.; DAMIANI. P.M. O protagonismo da competência em informação no contexto das fake news. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf Brasília**, v 15 n 2 maio-ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v15.n2.2022.36755> . Acesso em: 06 mai. 2022.

SILVA NETO, C. E. da. **COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO PARA INCLUSÃO DIGITAL**: os professores da educação básica na sociedade em rede. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação. João Pessoa-PB, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3974?locale=pt_BR. Acesso em: 06 mai. 2022.

SILVA NETO, C. E. da; FREIRE, G. H. A. Ação e competência em informação para inclusão na educação: os professores na sociedade em rede. **PRISMA.COM** (29) 2015, p. 47-65. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69207>. Acesso em: 06 mai. 2022.

SILVA, A. **Cultura de aprendizagem e desempenho organizacional em emissoras de TV cearenses**. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/15066/3/2013_dis_asilva.pdf. Acesso em: abr. 2021.

SILVA, F. A. B da.; ARAÚJO, H. E. (Orgs.). **Cultura viva**: avaliação do programa arte educação e cidadania. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: [livro cultura viva.pdf \(ipea.gov.br\)](#). Acesso em: abr. 2015.

SILVA, R. C. OTTONICAR, S. L. C. CALDAS, R. F. CASTRO FILHO, C. M. de. A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS USUÁRIOS DE BIBLIOTECAS HÍBRIDAS: UM ESTUDO COMPARATIVO NO BRASIL E NA ESCÓCIA. **Inf. Inf Londrina**, v. 23, n.1, p. 398 – 423. jan./abr. 2018. Disponível em: [44440 \(brapci.inf.br\)](#). Acesso em: 31 jul. 2021.

SILVA, T. C.; BURGER, F. **Aprendizagem organizacional e inovação**: contribuições da GC para propulsionar um ambiente corporativo focado em aprendizagem e inovação. Disponível em: [569-3567-2-PB.pdf](#). Acesso em: 31 jul.2021.

SILVEIRA, S. A. da. **Software livre**: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: [Soft 1c \(fpabramo.org.br\)](#). Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVEIRA, S. A. da. **Software livre**: a luta pela liberdade do conhecimento. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: [Soft 1c \(fpabramo.org.br\)](#). Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVEIRA, S. A. da; BRAGA, S; PENTEADO, C. **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/marcio/Downloads/Redes_de_movimentos_sociais_e_inter_venca.pdf](#). Acesso em: 05 mai. 2022.

SORJ, B. **brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; Brasília, DF: Unesco, 2003. Disponível em: 134613 por.pdf. Acesso em: jul. 2008.

SOUTO, L. F. Interação. In: SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. Cap. 7, p. 75-90.

SOUTO, L. F. Mediação, necessidade informacional, busca de informação e serviços de disseminação seletiva de informações. In: SOUTO, L. F. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. Cap.8, p. 63-74.

SOUZA, B. P.; FUJITA, M. S. L.. Do catálogo impresso ao on-line: algumas considerações e desafios para o bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.17, n.1, p. 59-75, jan./jun., 2012. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/822>. Acesso em 10 out. 2021.

SOUZA, E. D.; DIAS, E. J. W.; NASSIF, M. E. A gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p.55-70, jan./abr. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/marcio/Downloads/4039- Texto Do Artigo-13598-1-10-20110530.pdf. Acesso em 10 out. 2021.

SOUZA, E. D.; SOUZA, E. D. A epistemologia interdisciplinar na ciência da informação: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 4, p. 220-221, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36521>. Acesso em: 23 dez. 2022.

SOUSA, G. K. A.; VALÉRIO, E. D. CAMPOS, A. F. Competência em informação para a igualdade racial. **Legion: filosofia da informação**, v. 7, p. 128-144, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5639/5236>. Acesso em: 26 ago. 2021.

SOUZA, L. P. P. OTTONICAR, S. L. C.; MORAES, C. R. B. O papel da competência em informação para enfrentar os desafios da anticidência. In: VALENTIM, M. L. P. BELLUZZO, R. C. B. **Perspectivas em Competência em Informação**. São Paulo: Abecin Editora, 2020. (Capítulo 1).

SOUZA, T. FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO À POBREZA. DOOTAX Blog. Recife/PE, 20 de maio de 2022. Disponível em: Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza (FECP) - Blog Dootax. Acesso em: 25 mai. 2022.

SOUZA, Y. S. Organizações de aprendizagem ou aprendizagem organizacional. **RAE- eletrônica**, v. 3, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2004. Disponível em: 1812.doc (scielo.br). Acesso em: 20 mai. 2021.

SPUDEIT, D. F. A. O. Proposta de um programa para desenvolvimento de competências em informação para alunos do ensino profissional. **Ciência da Informação em Revista**,

v. 2, n. 2, p. 67-77, 2015. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36287>.
Acesso em: 08 mai. 2023.

PICHS FERNÁNDEZ, A; PONJUÁN DANTE, G. La Cultura Informacional: sus principales relaciones conceptuales Ciencias de la Información, v. 45, n. 2, mayo-ago., 2014, pp. 33-37. **Instituto de Informação Científica e Tecnológica La Habana, Cuba**. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181432443006> Acesso em: 15 nov.2022.
» <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181432443006>

TAKAHASHI, Tadao. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em:
[file:///C:/Users/marcio/Downloads/Livro% 20Verde.pdf](file:///C:/Users/marcio/Downloads/Livro%20Verde.pdf). Acesso em: 31 jul. 2021.

TEIXEIRA, C. S.; SBIZ, A. A.; TEIXEIRA, M. M. C. **Inovação e suas características**: alinhamento conceitual. São Paulo: Perse, 2019. Disponível em:
[20.Inovação-e-suas- características.pdf](20.Inovação-e-suas-características.pdf) (centros inovação.sc.gov.br). Acesso em: 22 jul. 2021.

TEIXEIRA, L. A.; BRITO, T. R.; DORNELES, J. V.; MARQUES, R. F. Políticas de Inclusão de acessibilidade para a promoção da competência em informação: um olhar para a biblioteca central da UFMS. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 331-352, 2017. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1409>.
Acesso em: 26 ago. 2021.

UHLIR, P. F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006. 69 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000117.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

VALENTIM, M. L. P. BELLUZZO, R. C. B. **Perspectivas em Competência em Informação**. São Paulo: Abecin Editora, 2020. (Capítulos 1 e 4).

VALENTIM, M. org. **Gestão, mediação e uso da informação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 390 p. Disponível em:
Gestao_mediacao_e_uso_da_informacao-DIGITAL.pdf (scielo.org). Acesso em: Acesso em: 31 jul. 2021.

VALENTIM, M. P. (Org.) **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da ciência da informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. Disponível em: [112-367-1-PB \(2\).pdf](112-367-1-PB(2).pdf). Acesso em: 30 abr. 2021.

VITORINO, E. V. Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir doscenários de Brasil, Portugal e Espanha. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.

9, n. 2, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119659>. Acesso em: 26 ago. 2021.

VITORINO, E. V.; DE LUCCA, D. M. (Orgs.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética e política. Porto Velho, RO: EDUFRO, 2020. 240 p. Disponível em: [As Dimensões da Competência em Informação.pdf\(unir.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2021.

VITORINO, E. V.; RIGHETTO, G. G.; PACKER, C. R. P. P. Competência em informação de idosos. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, v.17, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v17i0.8655804>. Acesso em: 30 abr. 2021.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência em informação: bases históricas e conceituais, construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130- 141, set./dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

XIMENEZ, J. M. **Pronera em Roraima**: para além da regulação social. Tese (Doutorado) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo-SP: 2016. Disponível em: [https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1510/2/Jedson Machado Ximenes.pdf](https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1510/2/Jedson%20Machado%20Ximenes.pdf). Acesso em: 30 abr. 2022.

XING, Ying; LI, Haipeng; HUANG, Michael B. Information Literacy in Vocational Education: A course model. **Chinese Librarianship: an International Electronic Journal**, n. 23, 2007. Disponível em: <http://white-clouds.com/iclc/cliej/cl23XLH.htm>. Acesso em: 17 abr. 2022.

YAFUSHI, C. A. P.; ALMEIDA, M. F. I.; VITORIANO, M. C. C. P. Gestão da informação, gestão do conhecimento, cultura organizacional e competência em informação: o quarteto estratégico para a construção e uso competente da memória organizacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 9, n. 3, p. 4-20, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/148572>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ZAGO, C. C. Cultura organizacional: formação, conceito e constituição. **Sistemas & Gestão**, v.8, n. 2, 2013, pp 106-117. Disponível em: [Vista do Cultura Organizacional: Formação, Conceito E Constituição \(uff.br\)](#). Acesso em: 25 ago. 2022.

ZURKOWSKI, Paul. **The information service environment relationships and priorities**: related paper. Washington, DC: NCLIS, 1974. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

WOIDA, L. M. **A cultura informacional na Documentação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

APÊNDICE A - Referências utilizadas na análise de conteúdo, após a leitura técnica, nas três bases de dados

ARAÚJO, M. H. de.; REINHARD, N. FACTORS INFLUENCING THE USE OF ELECTRONIC GOVERNMENT SERVICES IN BRAZIL. **REGE**, São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 4, p. 585-596, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S180922761630145X>. Acesso em: 26 mar. 2023.

AZEVEDO, A. R. Inclusão digital e competência informacional: proposta de abordagem metodológica para estudo de usuários da informação digital. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/67580>. Acesso em: 26 mar. 2022.

BRIZOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. , v. 14, n. 3, p. 68-87, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100164>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CHACÓN, J. W. B.; VIVAS, G. P. M.; PEÑA, H. C. Information literacy typification and its contribution to learning of information users: A higher education experience. **INVESTIGACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA**. vol. 29, Núm. 67, setembro/dezembro, 2015, México, ISSN: 0187-358X, pp. 47-76. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0187358X1600037X> . Acesso em: 26 mar. 2023.

DÍAZ, M. S. Diagnóstico de las competencias informacionales en Ciencias de la Información desde la percepción del estudiante de la Universidad de la Habana. **INVESTIGACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA**, Vol. 29, Núm. 67, setembro/dezembro, 2015, México, ISSN: 0187-358X, pp. 201-218. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0187358X16000435>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GARCÍA, G. G.; LUCENA, F. J. H.; DÍAZ, I. A.; RODRÍGUEZ, J. M. R. Análisis sobre la productividad en torno a la alfabetización informacional en la etapa de Educación Superior. **Texto Livre**, v. 14, n. 2, Belo Horizonte. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/mestr/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/SciELO/An%C3%A1lise%20de%20produtividade%20em%20torno%20do%20letramento%20informacional.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.

LUCAS, E. R. O.; MARTINS, T. S. Os programas de inclusão digital do governo federal sob a óptica da competência informacional | federal digital inclusion programmes from the viewpoint of informational competency. **Linc em revista**, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: DOI: 10.18617/liinc.v5i1.293. Acesso em: 26 mar. 2022.

MARQUES, L. E.; PINHEIRO, M. M. K. A cúpula mundial sobre a sociedade da informação - cmsi: foco nas políticas de informação. **Informação & Sociedade**:

Estudos,

v. 23, n. 1, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92323>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MEDEIROS NETO, B.; MIRANDA, A. Aferindo a inclusão informacional dos usuários de telecentros e laboratórios de informática de escolas públicas em programas de inclusão digital brasileiros. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 19, n. 3, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93102>. Acesso em: 26 mar. 2023.

NEVES, B. C. Mediação da informação para agentes sociodigitais: o salto. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 3, 2011. DOI: 10.18225/ci.inf.v40i3.1298 Acesso em: 26 mar. 2022.

OLIVEIRA, M. L. P. PINHO NETO, J. A. S. Inclusão digital no projeto telecentros de informação e educação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 26, n. 3, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91424>. Acesso em: 26 mar. 2022.

PERUCCHI, V. SOUSA, B. A. Competência informacional no instituto federal de educação, ciência e tecnologia da Paraíba - ifpb: um estudo do projeto pedagógico.. **Informação & Informação**, v. 16, n. 1, p. 21-35, 2011. DOI: 10.5433/1981-

8920.2011v16n1p21 Acesso em: 26 mar. 2023.

SANTOS, L. R. D.; BORGES, F. Q.; PIRES, J. O. M.; FERREIRA FILHO, H. R. GESTÃO DA INOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INCLUSÃO SOCIODIGITAL: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO BALANCED SCORECARD NO PROGRAMA NAVEGAPARÁ. **Revista de Administração e Inovação**, v.12, n.1, p.201-226, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.elsevier.es/pt-revista-revista-administracao-e-inovacao-239-avance-resumen-gestao-da-inovacao-e-ampliacao-S1809203916300560>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SANTOS, R. F. D.; ALMÊDA, K. A. O envelhecimento humano e a inclusão digital: análise do uso das ferramentas tecnológicas pelos idosos. **Ciência da Informação em Revista**, v. 4, n. 2, p. 59-68, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36394>. Acesso em: 26 mar. 2022.

SILVA, A. M.; SILVA, E. R. P. A reconfiguração do indivíduo derivada do laboratório de inclusão digital e literacia (lil). **Prisma.com (Portugual)**, n. 41, p. 48-58, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135717>. Acesso em: 26 mar. 2023.

VIVAS, G. P. M.; CHACÓN, J. W. B.; PEÑA, H. C. Desarrollo de competencias informacionales en contextos universitarios: enfoques, modelos y estrategias de intervención. **INVESTIGACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA**, Vol. 29, Núm. 65, enero/abril, 2015, México, ISSN: 0187-358X, pp. 39-72.

Disponível

em:

file:///C:/Users/mestr/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Scopus/Desarrollo-de-competencias-informacionales-_2015_Investigaci-n-Bibliotecol-g.pdf. Acesso em: 26 mar.2023.

IVAS, G. P. M.; PEÑA, H. A. C. CHACÓN, J. W. B.; BARRETO, E.; MELO, L. Fenomenografía de las competencias informacionales: perfiles y transiciones. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 48, ed. 1, jan./abr. pp. 58-68. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0120053415000412?via3Dihub>. Acesso em: 26 mar. 2023.

TOLEDO, H. A. M. Alfabetización y competencia digital docente en el nivel de secundaria, provincia de Huaura, Perú. **Revista Andina de Educación**, v. 5, n. 1, Quito nov./abr. 2021. EPub 16/Jun-2021. Disponível em: <file:///C:/Users/mestr/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/SciELO/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20compet%C3%Aancia%20digital%20do%20professor%20no%20n%C3%ADvel%20secund%C3%A1rio,%20prov%C3%ADncia%20de%20Huaura,%20Peru.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GARCÍA, G. G. et al. Análise sobre a produtividade em torno da alfabetização informacional na etapa de Educação Superior. **Texto Livre** | Belo Horizonte | v.14 | n.2 | e 33694 | 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tl/a/TmpT6vwKh9kzwtfHdscfDB/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CUARTERO, M. D.; PORLÁN, I. G.; ESPINOSA, M. P. P. Conceptual analysis of digital competence models of university teacher. **RELATEC-Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa**, v. 15, n. 1, 2016. Disponível em: <https://relatec.unex.es/article/view/2490>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BLACIDO, I. R. et al. Las competencias de los docentes en el manejo de las herramientas digitales en los tiempos de pandemia en la Universidad Nacional de Educación (UNE). **Revista Dilemas Contemporáneos: Educación, Política y Valores**, Año: IX. Número: 1, Artículo n. 38, período-Septiembre, 2021. Disponível em: <https://dilemascontemporaneoseduccionpoliticayvalores.com/index.php/dilemas/article/view/2867/2878>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SOUZA, J. G. T. de. CAVALCANTE, L. de F. b. Competência em Informação no contexto EAD: reflexões sobre as práticas profissionais do tutor a distância. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.26, número 3, p. 126-158, set/2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/8CQVwGrKrgPVS3PdPFcHRxg/?format=pdf&lang=> <https://www.scielo.br/j/pci/a/8CQVwGrKrgPVS3PdPFcHRxg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CAMINO, L. G. et al. Desarrollo de la Competencia Digital en estudiantes de primaria y secundaria en tres dimensiones: fluidez, aprendizaje-conocimiento y ciudadanía digital.

Revista Ibérica de Sistemas y Tecnologías de Información. RISTI, N.º 44, 12/2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8453432>. Acesso em: 26mar. 2023.

FABIAN, J. R. O. et al. Habilidades digitais em estudantes do ensino médio em uma província no centro do Peru. **Revista Educação**, 2021, 45(1), Janeiro-Junho, ISSN: 0379-7082 / 2215-2644. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/educacion/article/view/41296>. Acesso em: mar. 2023.

FREIRE, I. M. Janelas da Cultura Local: Abrindo Oportunidades para Inclusão Digital. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 35, n. 3, p. 227-235, set/ dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/XDBV9zPZMYNTSY5nntnhXJz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2021.

PERIN, E. dos S.; FREITAS, M. do C. D.; COELHO, T. R. **MODELO DE COMPETÊNCIA DOCENTE DIGITAL.** **SciELO Preprints**, 2021. DOI:

10.1590/SciELOPreprints.1961. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1961/version/2080> . Acesso em: 26 mar. 2023.

CASILLAS-MARTÍN, S.; CABEZAS-GONZÁLEZ, M.; MUÑOZ-REPISO, A.

García-Valcárcel.; GÓMEZ-PABLO, Verónica-Basilotta. Modelos de mediação sócio familiares no desenvolvimento da competência digital. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, v. 23, ed. 26. 2021. Disponível em:

<https://redie.uabc.mx/redie/article/view/3839/2160>. Acesso em: 26 mar. 2023.

URIBE TIRADO, A. Programas de competência em informação em universidades na Argentina: os níveis de desenvolvimento. **Cien. docência tecnol.** [online]. 2012, n.44, pp.47-71. ISSN 1851-1716. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-17162012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 mar. 2023.

Comparative European Dig CompEdu Framework (JRC) and Common Framework for Teaching Digital Competence (INTEF) through expert judgment. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia** | Belo Horizonte | v.14 | n.1 | e 25740 | 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tl/a/4RgcmHZvKs9zzbfxFQnSJmR/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CABERO-ALMENARA, J.; GUTIÉRREZ-CASTILLO, J. J.; PALACIOS-RODRÍGUEZ, A. BARROSO-OSUNA, A. J. Validação de una escala para medir la competencia digital en estudiantes de posgrado. **Formação Universitária**, v. 14, n. 3 – 2021. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/formuniv/v14n3/0718-5006-formuniv-14-03-115.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

FABIAN, J. R. O.; GALINDO, W. G.; SAMANIEGO, E. S.; CASABONA, R. C. Á.
Habilidades digitais entre estudantes do ensino médio em uma província do Peru Central.
Revista Educação, vol. 45, n.º 1, pp. 1-33, 2021. Disponível em: Habilidadesdigitais em
estudantes do ensino médio em uma província no centro do Peru. Acesso em: 26 mar.
2023.

MÉNDEZ-TOLEDO, H. A. Alfabetización y competencia digital docente en el nivel de
secundaria, provincia de Huaura, Perú. **Revista Andina de Educação** 4(2) (2021).
Disponível em: <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/ree/article/view/2925/2774>.
Acesso em: 26 mar. 2023.